

REFORÇAR A RESILIÊNCIA A DESASTRES NATURAIS NA ÁFRICA SUBSARIANA: CONSTRUIR CAPACIDADES REGIONAIS DE COORDENAÇÃO, PLANEAMENTO E ACONSELHAMENTO DE POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCOS DE CATÁSTROFE.

RESULTADOS E CONQUISTAS DO PROGRAMA

BANCO MUNDIAL

SETEMBRO DE 2021



WORLD BANK GROUP

Banco Mundial

Setembro de 2021

© 2021 International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento / Banco Mundial)

1818 H Street NW

Washington DC 20433

Telefone: 202-473-1000

Internet: www.worldbank.org

O texto desta publicação pode ser reproduzido, total ou parcialmente e sob qualquer forma, para fins educativos ou não-lucrativos, sem carecer de permissão especial, desde que seja dado crédito à fonte. O Banco Mundial gostaria de receber uma cópia de qualquer publicação que use este relatório como fonte. As cópias podem ser enviadas para o Secretariado, através do endereço supracitado. Esta publicação não pode ser utilizada para revenda ou para outros fins comerciais sem prévio consentimento por escrito do Banco Mundial. Todas as imagens são propriedade exclusiva da fonte, não podendo ser usadas para nenhum outro fim sem permissão escrita da fonte.

DIREITOS E PERMISSÕES

O material deste trabalho está abrangido por direitos de autor. Uma vez que o Banco Mundial encoraja a disseminação do seu conhecimento, este trabalho pode ser reproduzido, total ou parcialmente, para fins não-comerciais, desde que lhe seja dado crédito pelo trabalho.

CITAÇÕES

Queira citar o relatório da seguinte forma: Banco Mundial, 2021. Reforçar a resiliência a desastres naturais na África Subsaariana: Construir capacidades regionais de coordenação, planeamento e aconselhamento de políticas para gestão de riscos de desastres - Washington, DC: Banco Mundial. Traduções — Caso crie uma tradução deste trabalho, queira adicionar a seguinte isenção de responsabilidade juntamente com os créditos: Esta tradução não foi criada pelo Banco Mundial e não deve ser considerada como tradução oficial. O Banco Mundial não se responsabiliza pelo conteúdo ou erros nesta tradução.



I. SÍNTESE

Em consequência do rápido aumento populacional, urbanização e desafios ao desenvolvimento provocados pelas alterações climáticas, as comunidades da África Subsariana estão desproporcionalmente vulneráveis a desastres naturais.¹ Entre 2008 e 2018, mais de 157 milhões de pessoas foram - direta ou indiretamente - afetadas por desastres naturais. Muitos dos perigos com que se deparam são de origem hidrometeorológica. É expectável que estas condições piorem, considerando que as alterações climáticas impactam o crescimento, desenvolvimento e estabilidade, e que as comunidades têm dificuldade em manter o aumento da temperatura abaixo dos 2°C, de forma a cumprir os compromissos internacionais.²

CONTEXTO DO PROGRAMA

Na senda de apoios anteriores, a União Europeia (UE) assinou um acordo (2013) com o Secretariado do Grupo de Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP)³ para programar recursos com o intuito de acelerar a integração da gestão de riscos de desastres (GRD) no planeamento de programas de desenvolvimento reforçando a sua ligação com a redução da pobreza e com a adaptação às alterações climáticas (AAC). O Programa “*Criar resiliência a desastres naturais nas regiões, países e comunidades da África Subsariana*” foi estabelecido, em 2014, ao abrigo deste acordo. O Programa de 80 milhões de euros foi financiado pelo 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento e abrangeu cinco Áreas de Resultados (AR) para dar apoio ao Quadro de Ação de Sendai para Redução do Risco de Desastres Naturais. Este foi implementado ao longo de cinco anos entre 2015-2020 (prolongado por mais um ano, devido à pandemia de Covid-19).

Este relatório destaca algumas das conquistas da AR2 - *As Comunidades Económicas Regionais Africanas têm capacidades de coordenação em RRD, assim como de planeamento e políticas, para suportar os Programas - regionais e sub-regionais - dos seus Estados-Membros* — que foi implementado pelas quatro Comunidades Económicas Regionais (CER) - Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) - com apoio à implementação prestado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Global para a Redução e Recuperação de Desastres Naturais (GFDRR).

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA E RESULTADOS EXPECTÁVEIS

As CER ficaram responsáveis pela partilha do conhecimento sobre GRD a nível regional, promovendo boas-práticas, coordenando a preparação e ações de resposta, formulando ainda as políticas e estratégias regionais para GRD em torno dos cinco resultados expectáveis que aqui resumimos. Mais detalhes poderão ser encontrados no relatório principal.

01. As estratégias de Redução do Risco de Desastres (RRD) das CER tornaram-se operacionais com os seus respetivos planos de ação, com base nas realizações de iniciativas anteriores.

As CER, através das suas respetivas Unidades de RRD, apoiaram uma série de atividades que fortaleceram o diálogo sobre políticas de RRD nas suas regiões. Todas as CER participaram na Terceira Conferência Mundial sobre RRD - que decorreu em Sendai, no Japão, em março de 2015 -, para contribuir com as perspetivas sub-regionais da África Subsariana para o documento de políticas globais de RRD. Desde então, todas as CER formularam os seus Planos de Ação e Estratégias Sub-Regionais, de acordo com os

1 UNDRR, 2020.

2 Banco Mundial, 2014.

3 Renomeado como Secretariado da Organização de Estados de África, Caraíbas e Pacífico (OACPS) em abril de 2020.

princípios de Sendai. Todas as CER desenvolveram, também, planos de ação e estratégias tendo em conta o gênero, para formular abordagens adaptadas ao gênero, idade e vulnerabilidades dos grupos-alvo.

02. O conhecimento e a compreensão de GRD regional foram melhorados, com foco no fortalecimento das capacidades nacionais de tomada de decisão.

O Programa focou no fortalecimento da compreensão sobre a meteorologia e os perigos relacionados ao clima, permitindo à CEEAC, à CEDEAO, à IGAD e à SADC partilhar o seu conhecimento e formular políticas relevantes. Os destaques do Programa incluem, entre outros, na formulação da Estratégia de Gestão de Risco de Inundação do CEDEAO, sustentada em trabalhos analíticos sobre zonas propensas a inundações e em diretrizes sobre boas-práticas para previsão de inundações. No caso da África Austral, foi preparado um estudo regional sobre risco e resiliência de áreas urbanas, em colaboração com a UNHABITAT. Os trabalhos analíticos sobre o estado da hidrometeorologia e dos serviços de aviso antecipado foram implementados na CEEAC, CEDEAO e SADC. Fóruns da Hydromet — convocados pela CEEAC, CEDEAO e SADC em 2018 e 2021 - reuniram agências nacionais meteorológicas, hidrológicas e de gestão de riscos de desastres, assim como parceiros de desenvolvimento, acadêmicos, do setor privado e da sociedade civil, para debater sobre o fortalecimento destes serviços no desenvolvimento sustentável. A IGAD e a SADC também deram o seu apoio a fóruns de perspectivas climáticas, como o Fórum de Perspetivas Climáticas do Grande Corno de África (GHACOF) e o Fórum Regional de Perspetivas Climáticas da África Austral (SARCOF), para disseminar perspectivas e informação regional e sazonal sobre o clima.

O Programa também permitiu que as CER participassem em conferências globais de partilha de conhecimento e de ativismo, como a conferência “Understanding Risk e a World Reconstruction” sobre noções básicas sobre risco e reconstrução global. Estas deram a oportunidades de capacitação nas últimas tendências em ferramentas e metodologias para a compreensão de riscos.

03. Houve uma melhoria da cooperação e interligação entre as CER e os centros técnicos e de pesquisa nacionais, regionais e globais, para fortalecer a integração de GRD e o desenvolvimento sustentável.

As atividades práticas de investigação e de desenvolvimento de competências apoiadas pelo Programa incluíram programas de formação ministrados por universidades, no âmbito da GRD e áreas relacionadas; oportunidades de estágio para estudantes de mestrado e licenciados na CEEAC e CEDEAO; assim como formação em avaliação de risco, baseadas em GIS e a observação da terra, em IGAD. Foram estabelecidos programas práticos de investigação na North-West University e na Stellenbosch University, na SADC e no Centro de Serviços Científicos da África Ocidental para as Alterações Climáticas e Uso Adaptado do Solo (WASCAL) na CEDEAO. Além disto, os estudantes de mestrado e os licenciados estiveram presentes na Conferência RRD da SADC, no Fórum Hydromet da CEDEAO e no Fórum Hydromet da CEEAC em 2018 e 2021. Isto fez com que ficassem expostos às melhores práticas de GRD das suas regiões a oportunidade para estabelecer ligações e transferir conhecimento, assim como de crescer profissionalmente.

04. A assistência técnica dada aos Estados-Membros das CER para o desenvolvimento de políticas de GRD nacionais, assim como estratégias e programas de redução de risco.

Através do programa, as CER desenvolveram programas de parceria robustos com os seus Estados-Membros, que incluem assistência técnica para desenvolvimento de competências, fortalecimento das plataformas e políticas de RRD nacionais, promoção da aprendizagem inter-pares entre Estados-Membros, encorajando o suporte analítico e a formação. A CEEAC e a CEDEAO também apoiaram as instituições nacionais de gestão de catástrofe dos seus Estados-Membros através de equipamentos de escritório, incluindo computadores, impressoras e programas de computador.

05. As capacidades nacionais de apoio à Avaliação de Necessidades Pós-Catástrofe (PDNA) e planeamento de recuperação/reconstrução foram melhoradas.

Ao abrigo do Programa, as CER apoiaram várias formações para os especialistas dos Estados-Membros no âmbito da metodologia de PDNA e planeamento de recuperação, a nível regional e nacional. O

Programa apoiou uma avaliação dos 10 anos de assistência a países para a condução de PDNAs, tirar lições e preparar uma equipa de especialistas regionais para planeamento de recuperação. O Programa deu ainda suporte à fundação do Centro de Operações Humanitárias da SADC (SHOC), de uma Equipa de Resposta de Emergência (ERE) de especialistas regionais e aos Fundos de Resposta a Desastres Naturais da SADC e da IGAD.

CONCLUSÕES E LIÇÕES APRENDIDAS

Ao longo do Programa, as CER reforçaram a sua capacidade institucional de colaboração, coordenação, comunicação e partilha de informação ao nível regional. As competências melhoradas das CER na liderança do desenvolvimento, na adoção e implementação de políticas, estratégias e planos de ação regionais foi muito apreciada pelos seus Estados-Membros.

No entanto, existem ainda desafios a superar. As conquistas do Programa são frágeis e requerem sustentação para se manterem por um período mais longo. O setor da GRD continua a ser encarado como um investimento, ao invés de um elemento integrante de todos os programas e políticas para o desenvolvimento. Em resultado disto, acaba por competir diretamente com prioridades regionais tais como a agricultura, a energia, os transportes, a saúde, a educação, etc. Ao impulsionar a GRD nas CER da África Subsariana, o Programa permitiu, também, colher algumas aprendizagens para o futuro.

- As entidades regionais são as peças que faltam no quebra-cabeças da resiliência. A cooperação regional é o mote do Programa. Ele permitiu que as CER convoquem os seus Estados-Membros, parceiros de desenvolvimento, assim como o setores privado, académico e da sociedade civil, para iniciativas regionais e ações prioritárias.
- As CER reconhecem que está na altura de passar do ativismo à ação. Depois de as CER terem formulado os seus planos, políticas e estratégias regionais, existe uma forte necessidade de prosseguir para as ações de implementação.
- Fortalecer a integração da GRD deve ser um processo em cascata com diferentes níveis. O processo de fortalecimento da integração da GRD/AAC deve ser concebido de forma a que todas as partes sejam envolvidas num quadro holístico encadeado.
- As políticas e os programas regionais só têm sucesso na medida do apoio que recebem dos Estados-Membros. Ao longo dos anos, muitas organizações regionais focaram na implementação de programas financiados por doadores, enquanto os Estados-Membros ficaram em dívida quanto às suas franquias de membro.
- O ativismo político é tão importante como o “know-how” técnico. É necessário equilibrar o desenvolvimento de competências funcionais e técnicas. A eficácia deste Programa deve-se a ter sido concebido para equilibrar a assistência técnica com o desenvolvimento de lideranças regionais.
- O desenvolvimento de competências é uma consequência programática, e não um resultado do projeto. Os processos de assistência técnica e de desenvolvimento de competências são morosos e exigem muita energia. Estas iniciativas deveriam ter um prazo de execução mais alargado, uma vez que envolvem um esforço sustentado e tempo até que as capacidades sejam desenvolvidas.
- Será necessária uma abordagem de dimensão considerável, programática e enquadrada para dar apoio às CER. Poderá ser tentado um enquadramento programático e a longo prazo do envolvimento dos parceiros de desenvolvimento, como roteiro para o desenvolvimento sustentável de capacidades de GRD das entidades regionais.

II. PREFÁCIO



VIJAY PILLAI

**DIRETOR INTERINO, INTEGRAÇÃO REGIONAL
DE ÁFRICA, MÉDIO ORIENTE E NORTE DE ÁFRICA**

É com grande satisfação que apresentamos esta publicação, que conta com algumas das conquistas e resultados do Programa “Criar resiliência contra desastres naturais nas regiões, países e comunidades da África Subsariana”. O relatório foca-se especialmente na Área de resultados 2 do Programa, onde as Comunidades Económicas Regionais (CERs) Africanas dispõe de capacidades de coordenação em Redução do Risco de Desastres Naturais (RRD), assim como de planeamento e políticas, para suportar os Programas - regionais e sub-regionais - dos seus Estados-Membros. O Programa foi financiado em 20 milhões de Euros pela União Europeia (UE), ao abrigo do 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), através do Fundo Global para Redução e Recuperação de Desastres Naturais (GFDRR) do Banco Mundial, ao se enquadrar numa das cinco Áreas de Resultados. Os projetos englobados na Área de Resultados 2 foram implementados com o apoio do Gabinete Global de Urbanismo, Resiliência e Solo do Banco Mundial para a região africana, sob supervisão da Unidade de Integração Regional de África do Banco. Os seus objetivos de desenvolvimento passam por reforçar a colaboração, coordenação, planeamento, aconselhamento político e disseminação de conhecimentos sobre RRD das CERs, para que possam servir melhor os seus Estados-Membros e prestar melhor assistência aos Programas regionais e sub-regionais. A UE também financiou o desenvolvimento de competências em RRD nas CERs africanas, através do 9º EDF, estando atualmente a programar a próxima ronda de financiamento para continuar a apoiar a construção de resiliência nas CERs da África Subsariana.

A Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), assim como os seus respetivos Estados-Membros e comunidades, foram as principais destinatárias e beneficiárias da assistência prestada pelo programa entre 2015 e 2021. Queremos expressar o nosso apreço pelos empenhados esforços envidados pelas CERs para a bem-sucedida implementação deste Programa.

Construir resiliência a desastres e choques climáticos requer uma ação coletiva dos países e dos seus intervenientes internos. É importante que os esforços das nações sejam complementados com iniciativas de desenvolvimento de competências e de apoio, tanto a nível regional como sub-regional. A nível sub-regional, as CERs podem desempenhar um papel fulcral na coordenação regional, assim como na cooperação técnica, troca de conhecimento, cooperação Sul-Sul, beneficiando ainda países individualmente ao aplicar economias de escala. O apoio dado às CERs para que desenvolvam competências, ao abrigo do programa, focou-se no exercício das responsabilidades a elas atribuídas. A assistência técnica e apoio para o desenvolvimento de competências prestados pela UE tem sido essencial e oportuno para robustecer as CERs na sua abordagem aos iminentes desafios de desenvolvimento, advindos dos riscos climáticos e de catástrofe.

Esperamos que esta publicação destaque as conquistas e os resultados das iniciativas de capacitação realizadas nas quatro CERs da África Subsariana ao longo dos últimos seis anos, ajudando também a dar informação para delinear o percurso vindouro para desenvolver capacidades regionais para desastres e resiliência climática na África.

III. SIGLAS / ABREVIATURAS

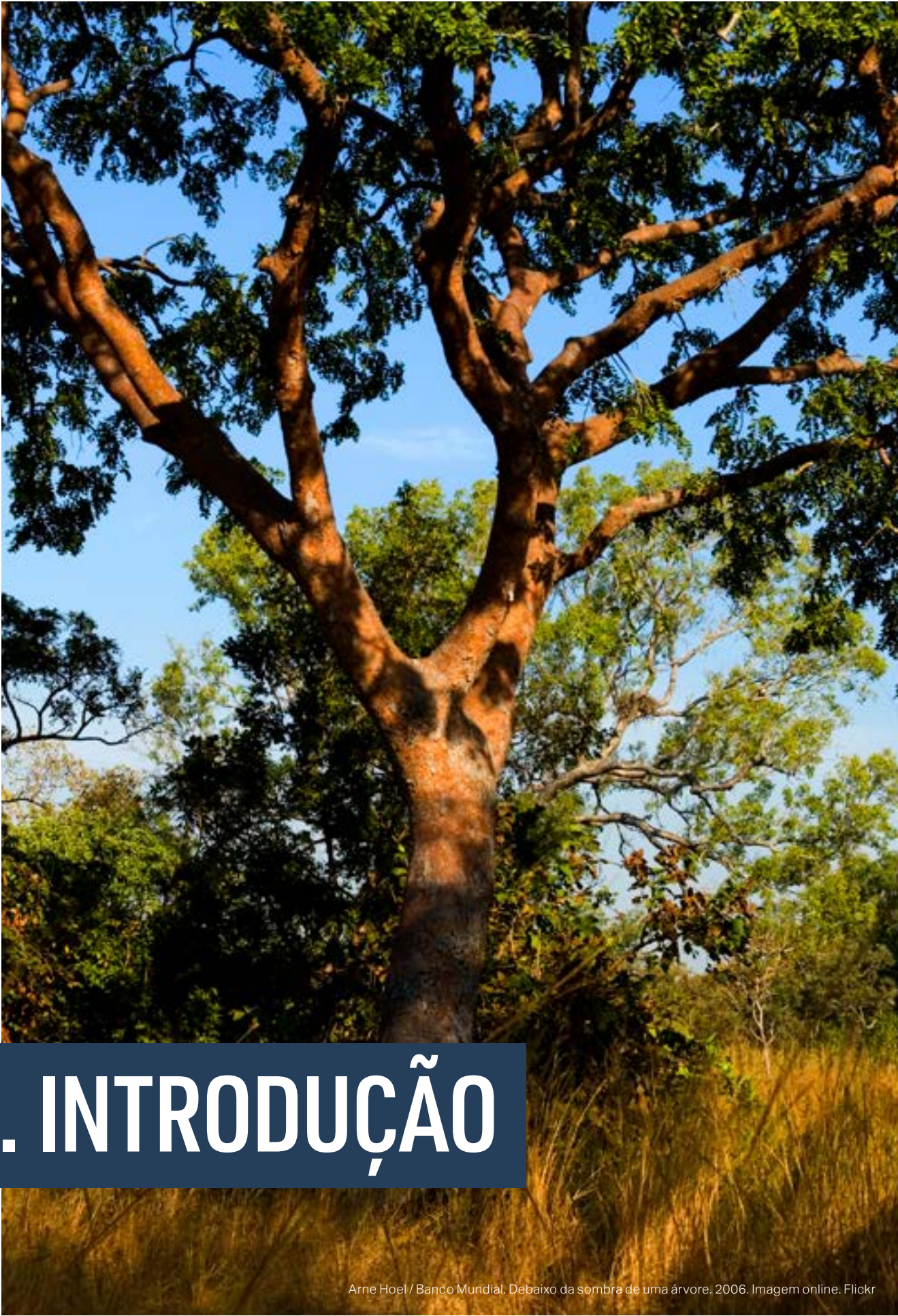
AAC	Adaptação às Alterações Climáticas	ERE	Equipa de Resposta a Emergências
ACP	Grupo de Estados de África, Caraíbas e Pacífico	EWS	Early Warning Systems (Sistemas de Alerta Precoce)
ANPC	Agence Nationale de la Protection Civile (Agência Nacional de Proteção Civil)	FANFAR	Previsões Operacionais de Inundações e Alertas na África Ocidental
AR2	Área de resultados 2 do Programa	FUTA	Federal University of Technology Akure (Universidade Federal de Tecnologia Akure)
AUC	Comissão da União Africana	GECEAO	Consulta Anual do Comité Regional de Oficiais de Gestão de Desastres na África Ocidental
CCR	Centro Climático Regional	GFDRR	Fundo Global para a Redução e Recuperação de Desastres
CCT	Comité de Consultoria Técnica	GHACOF	Fórum de Perspetivas Climáticas do Grande Corno de África
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental	GIS	Geospatial Information Systems (Sistemas de informação geoespacial)
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central	GIZ	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (Agência Alemã de Cooperação Internacional)
CER	Comunidades Económicas Regionais	GRD	Disaster Risk Management (Gestão de Riscos de Desastres)
CERFE	Centro di Ricerca e Documentazione Febbraio'74 (Centro de Pesquisa e Documentação Fevereiro de 74, Itália)	GSAP	Gender Strategies and Actions Plans (Estratégias e Planos de Ação de Género)
CILSS	Comité Interestadual Permanente para Controle da Seca no Sahel	GSR-AO/CEA	Gabinete Sub-regional para a África Ocidental da Comissão Económica das Nações Unidas para África
CSC	Climate Services Center (Centro de Serviços Climáticos)	GTT	Grupo de Trabalho Técnico
CSIR	Centro de Investigação Científica e Industrial		
DIMSUR	Centro Técnico para GRD, Sustentabilidade e Resiliência Urbana		
DRF	Disaster Recovery Framework (Quadro de Recuperação de Desastres Naturais)		

HAND	Height Above Nearest Drainage (Altura acima da drenagem mais próxima)	PDNA	Avaliação de Necessidades Pós-Catástrofe
ICPAC	Centro de Aplicações e Previsões Climáticas da IGAD	PIB	Produto Interno Bruto
IDRF	Fundo de Resposta a Catástrofes da IGAD	PIU	Unidade de Implementação de Projeto
IFRC	Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho	PMA	Programa Mundial de Alimentos
IGAD	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento	RDC	República Democrática do Congo
IPCC	Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas	REPARC	Rede Parlamentar Centro-Africana para RRD e Adaptação às Alterações Climáticas
IRD	Institute Française de Recherche pour le Développement (Instituto Francês de Pesquisa para o Desenvolvimento)	RINA	Avaliação de Necessidades de Impacto Rápido
M&A	Monitorização e Avaliação	RRD	Disaster Risk Reduction (Redução de Risco de Desastres Naturais)
NDAMA	National Disaster Management Agency (Agência Nacional de Gestão de Catástrofes)	SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
NDRR	Redução de Riscos de Catástrofe Natural	SARCOF	Fórum de Fórum de Perspetivas Climáticas Regional da África Austral
NMHS	National Meteorological and Hydrological Services (Serviços Nacionais de Meteorologia e Hidrologia)	SHOC	Centro de Operações Humanitárias da SADC
NWU	North-West University	ONU	Organização das Nações Unidas
OACPS	Organização de Estados de África, Caraíbas e Pacífico	PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
OCHA	Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários	UE	União Europeia
ONG	Organização Não-Governamental		

IV. ÍNDICE

I. SÍNTESE	I
II. PREFÁCIO	V
III. SIGLAS / ABREVIATURAS	VI
1. INTRODUÇÃO	02
1.1 VISÃO REGIONAL SOBRE O RISCO DE DESASTRES NATURAIS NA ÁFRICA SUBSARIANA	02
1.2 O PROGRAMA DE RESILIÊNCIA CONTRA DESASTRES NATURAIS PARA A ÁFRICA SUBSARIANA	03
1.3 FORÇA DA UNIÃO - UMA ABORDAGEM INTER-REGIONAL À GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES NATURAIS	05
1.4 ESTRUTURA DO RELATÓRIO	11
2. FORTALECER O DIÁLOGO REGIONAL E POLÍTICAS DE RRD	13
2.1 PRINCIPAIS CONQUISTAS DAS CERS EM RELAÇÃO AO RESULTADO EXPECTÁVEL Nº 1	14
2.2 CASOS DE ESTUDO NO ÂMBITO DE "FORTALECER O DIÁLOGO REGIONAL E POLÍTICAS DE RRD"	23
3. REFORÇAR O CONHECIMENTO REGIONAL SOBRE PERIGOS, VULNERABILIDADES E RISCO DE DESASTRES	28
3.1 PRINCIPAIS CONQUISTAS DAS CERS EM RELAÇÃO AO RESULTADO EXPECTÁVEL Nº 2:	28
3.2 CASOS DE ESTUDO NO ÂMBITO DE "ROBUSTECER O CONHECIMENTO SOBRE PERIGOS REGIONAIS, VULNERABILIDADES E RISCO DE CATÁSTROFE"	37

4. CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS E INVESTIGAÇÃO PRÁTICA	41
4.1 PRINCIPAIS CONQUISTAS DAS CERS EM RELAÇÃO AO RESULTADO EXPECTÁVEL Nº 3:	41
4.2 CASOS DE ESTUDO NO ÂMBITO DA "CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS E INVESTIGAÇÃO PRÁTICA"	45
5. ACONSELHAMENTO PARA POLÍTICAS E APOIO TÉCNICO AOS ESTADOS-MEMBROS	50
5.1 PRINCIPAIS CONQUISTAS DAS CERS EM RELAÇÃO AO RESULTADO EXPECTÁVEL Nº 4:	51
5.2 CASOS DE ESTUDO NO ÂMBITO DO "ACONSELHAMENTO PARA POLÍTICAS E APOIO TÉCNICO AOS ESTADOS-MEMBROS"	53
6. PRONTIDÃO E PLANEAMENTO DA RECUPERAÇÃO DE CATÁSTROFES	57
6.1. PRINCIPAIS CONQUISTAS DAS CERS EM RELAÇÃO AO RESULTADO EXPECTÁVEL Nº 5:	59
6.2. CASOS DE ESTUDO NO ÂMBITO DA "PRONTIDÃO E PLANEAMENTO DA RECUPERAÇÃO DE CATÁSTROFES"	61
7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	63
7.1. PAPEL PREPONDERANTE DO PROGRAMA NA INTEGRAÇÃO REGIONAL	63
7.2. DESAFIOS SUBSISTENTES E CAMINHO A PERCORRER	64
7.3. APRENDIZAGENS E RECOMENDAÇÕES	65



1. INTRODUÇÃO

Arne Hoel / Banco Mundial. Debaixo da sombra de uma árvore, 2006. Imagem online. Flickr

1. INTRODUÇÃO

1.1 VISÃO REGIONAL SOBRE O RISCO DE DESASTRES NATURAIS NA ÁFRICA SUBSARIANA

Apesar de a África Subsariana gerar apenas uma pequena parte das emissões de gases com efeito de estufa a nível global, ela é a região mais vulnerável no que toca aos impactos das alterações climáticas. Mais de 157 milhões de pessoas foram direta ou indiretamente afetadas por desastres naturais, entre 2008 e 2018¹; este número está condenado a aumentar, uma vez que as previsões apontam para eventos climáticos cada vez mais severos e frequentes, ainda que a subida global da temperatura fique abaixo dos 2°C, de acordo com os compromissos internacionais².

"FORAM REGISTADAS QUASE DUAS CATÁSTROFES DE PROPORÇÕES SIGNIFICATIVAS A CADA SEMANA NA ÁFRICA SUBSARIANA DESDE 2000, AFETANDO CERCA DE 12,5 MILHÕES DE PESSOAS POR ANO."³

A maioria dos desastres naturais nesta região são de origem 'hidrometeorológica', resultado de inundações, secas e dos seus impactos secundários, como as doenças. Estima-se que, em 2030, 118 milhões de pessoas - o equivalente a 7% da população da África Subsariana (1,6 mil milhões) - fiquem expostas a secas, inundações e calor extremo⁴. Isto pode ter consequências especialmente catastróficas considerando que a região depende largamente na agricultura como provedora de emprego e rendimento, assim como de alimentos. Dos 11 países com maior exposição à pobreza causada por desastres naturais em todo mundo, oito estão na África Subsariana⁵.

A população da África Subsariana quintuplicou - passando de 227 milhões para 1000 milhões - fazendo dela a região com maior crescimento populacional relativo no mundo, no período entre 1960 e 2018. Projeta-se que este número duplique, para 2,2 mil milhões, até 2050. Em resultado disto, estima-se que a percentagem de população da África Subsariana na população mundial - que era de 7% em 1960 e 14% em 2018 - chegue aos 23% em 2050.

Apesar dos grandes avanços no desenvolvimento, com a proporção de pessoas a viver abaixo do limiar da pobreza a diminuir de 56% em 1990 para 40% em 2018, o rápido crescimento populacional implica que, em termos absolutos, o número de pessoas que vivem com menos de US\$ 1,90 por dia é maior do que nunca. Estima-se que 433 milhões de Subsarianos vivam em condições de pobreza extrema em 2018, em contraste com os 284 milhões que assim viviam em 1990⁶. A pobreza está intimamente ligada à vulnerabilidade quanto a desastres naturais, uma vez que as pessoas mais pobres são frequentemente empurradas para áreas perigosas, tendo menos capacidades para sobreviver durante acontecimentos perigosos.

A África Subsariana está, também, num rápido processo de urbanização, com um aumento de cerca de 65 milhões nos seus residentes urbanos a cada ano. Espera-se que população urbana atual, de 472 milhões, mais que duplique nos próximos 25 anos; este é um aumento proporcional de 44% para cerca de 65%⁷. O processo de urbanização pode exacerbar os riscos de desastres naturais e climáticos, uma vez que concentra comunidades vulneráveis e bens valiosos, com um agravamento decorrente de fatores externos, como a poluição.

1 UNDRR, 2020. Destaques: Relatório de avaliação regional de África (em breve). Nairobi, Quênia. Gabinete das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR). <https://www.undrr.org/publication/highlights-africa-regional-assessment-report-2020>

2 Turn Down the Heat: Confronting the New Climate Normal. (Baixar o calor: Confrontado a nova normalidade climática.) Banco Mundial, 2014

3 UNDRR, 2016. Notícia: Legisladores centro-africanos avançam para a redução dos riscos de catástrofe (p.1) ("Central African Lawmakers Step Up Disaster Risk Reduction") <https://www.undrr.org/news/central-african-lawmakers-step-disaster-risk-reduction>

4 Instituto de Desenvolvimento Ultramarino (Overseas Development Institute). 2013. Desastres ameaçam a guerra global contra a pobreza extrema. Disponível em: <https://odi.org/en/press/disasters-threaten-to-derail-the-global-war-on-extreme-poverty>

5 Instituto de Desenvolvimento Ultramarino (Overseas Development Institute). 2013. Desastres ameaçam a guerra global contra a pobreza extrema. Disponível em: <https://odi.org/en/press/disasters-threaten-to-derail-the-global-war-on-extreme-poverty>

6 Schoch, M. and Lakner, C. 2020. O número de pessoas em situação de pobreza continua a aumentar na África Subsariana, apesar de um lento decréscimo na taxa de pobreza. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/opendata/number-poor-people-continues-rise-sub-saharan-africa-despite-slow-decline-poverty-rate>

7 Centro para Estudos Internacionais e Estratégicos (Center for Strategic & International Studies). 2018. Urbanização na África Subsariana cumpre desafios ao aproximar intervenientes. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/urbanization-sub-saharan-africa>

Como tal, o perfil de risco climático e de desastres naturais da África Subsariana está a ser agravado pelo desafio complexo de desenvolvimento que combina crescimento populacional, urbanização rápida e pobreza enraizada.

O BANCO MUNDIAL PREVÊ QUE A ÁFRICA SUBSARIANA PRECISE DE ENTRE US\$ 14 MIL MILHÕES E US\$ 17 MIL MILHÕES POR ANO, ENTRE 2010 E 2050, PARA SE ADAPTAR ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E REDUZIR A SUA VULNERABILIDADE A DESASTRES NATURAIS.⁸

Além disto, os esforços de gestão de riscos de desastres (GRD) desenvolvem-se num contexto de dificuldades persistentes ao nível técnico, institucional e de capacidade financeira. Para proteger vidas, modos de subsistência e o desenvolvimento sustentado na África Subsariana, é essencial fortalecer e desenvolver o conhecimento, cooperação, competências e quadros legislativos regionais de GRD. Criar resiliência a desastres naturais nos países e comunidades da África Subsariana não é apenas uma alta prioridade, mas sim uma condição essencial para alcançar o desenvolvimento sócio-económico, paz, estabilidade e crescimento na região.

1.2 O PROGRAMA DE RESILIÊNCIA CONTRA DESASTRES NATURAIS PARA A ÁFRICA SUBSARIANA

Vários parceiros de desenvolvimento da África Subsariana têm vindo a apoiar o desenvolvimento da resiliência climática e contra desastres naturais a nível local, nacional e regional. O Banco Mundial, a União Europeia e vários outros parceiros bilaterais têm, em particular, vindo a trabalhar para criar resiliência para um crescimento e desenvolvimento sustentado na África Subsariana, através de compromissos continuados com os governos, comunidades económicas regionais, setor privado, sociedade civil, comunidade académica e instituições técnicas. Na senda do anterior apoio financeiro, a União Europeia e o Grupo de Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP)⁹ assinaram um acordo, em 2013, para programar recursos de apoio e aceleração da efetiva integração da GRD nos programas e no planeamento para o desenvolvimento, reforçando as suas ligações com a redução da pobreza e adaptação às alterações climáticas, assim como a integração dos países da ACP na economia regional.

Tabela 1. Principais parceiros do Programa “Criar resiliência contra desastres naturais- nas regiões, países e comunidades da África Subsariana”

INSTITUIÇÃO



VISÃO GERAL E PAPEL

UNIÃO EUROPEIA (UE)

A UE assinou o Acordo de Cotonou com o Grupo de Estados de África, Caraíbas e Pacífico em 2000. O Programa, cujos resultados e conquistas se encontram descritos nesta publicação, foi financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento.



ORGANIZAÇÃO DE ESTADOS DE ÁFRICA, CARAÍBAS E PACÍFICO (OACPS)

O Grupo de Estados de África, Caraíbas e Pacífico, criado pelo Acordo de Georgetown em 1975, conta com todos os países de África, Caraíbas e Pacífico - à exceção de Cuba - como membros. Foi reconhecida, em abril de 2020, como organização internacional, sob a égide Organização de Estados de África, Caraíbas e Pacífico (OACPS).



FUNDO GLOBAL PARA REDUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE DESASTRES (GFDRR)

O GFDRR é uma parceria global e um mecanismo de financiamento, sendo gerida pelo Banco Mundial. Fornece assistência técnica e serviços de desenvolvimento de competências para apoiar a implementação do Quadro de Ação de Sendai através da integração de GRD, AAC e recuperação resiliente nas estratégias de desenvolvimento e investimentos.

⁸ Fórum Económico Mundial. Relatório Global de Risco 2016, 11ª Edição. 2016. Genebra

⁹ Renomeado como Secretariado da Organização de Estados de África, Caraíbas e Pacífico (OACPS) desde abril de 2020.

Ao abrigo deste acordo foi estabelecido, em 2014, o programa **“Criar resiliência a desastres naturais nas regiões, países e comunidades da África Subsaariana”**, sublinhando a parceria entre a Comissão da União Africana, a União Europeia e as comunidades económicas regionais e países da África Subsaariana. O objetivo dele centrava-se em **reforçar a resiliência das comunidades, países e regiões da África Subsaariana quanto aos impactos das desastres naturais**, incluindo os potenciais impactos das alterações climáticas na redução da pobreza e no desenvolvimento sustentável.

O Programa, com uma dotação de 80 milhões de euros, financiado pelo 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento, abrangia cinco Áreas de Resultados (ver Tabela 2, abaixo) para apoiar o Quadro de Ação de Sendai para a Redução do Risco de Desastres (RRD) ao longo de cinco anos (2015 a 2020, prolongado até 2021 devido à pandemia de Covid-19). Este programa facilitou a implementação do Quadro de Ação através de um apoio abrangente para a identificação, avaliação e redução de riscos, assim como para a prontidão em desastres naturais, financiamento de riscos de catástrofe e recuperação resiliente. A finalidade deste relatório é apresentar as conquistas na Área de resultados 2 (R2) do Programa.

Tabela 2. Visão geral do Programa “Criar resiliência a desastres naturais nas regiões, países e comunidades da África Subsaariana” e seus parceiros de implementação

NOME DO PROGRAMA

Criar resiliência contra desastres naturais nas regiões, países e comunidades da África Subsaariana

OBJETIVO DO PROGRAMA

Reforçar a resiliência das comunidades, países e regiões da África Subsaariana quanto aos impactos das desastres naturais

Implementado pela Comissão da União Africana (AUC) e pelo Gabinete das Nações Unidas para a RRD (UNDRR).

ÁREA DE RESULTADOS 1

Programa de Ação Alargado para a implementação da Estratégia Regional de RRD para África.

Implementado pelo Fundo Global para Redução e Recuperação de Desastres (GFDRR).

ÁREA DE RESULTADOS 2

As Comunidades Económicas Regionais Africanas têm capacidades de coordenação em RRD, assim como de planeamento e políticas, para suportar os Programas - regionais e sub-regionais - dos seus Estados-Membros.

Implementado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB).

ÁREA DE RESULTADOS 3

As capacidades nucleares dos centros climáticos especializados, nacionais e regionais, são melhoradas para atender às necessidades das agências de GRD e dos setores socioeconómicos, para que seja feita uma utilização eficaz dos serviços de meteorologia e clima, assim como dos sistemas de alerta precoce (EWS) focados na comunidade.

Implementado pela UNDRR.

ÁREA DE RESULTADOS 4

Os países africanos melhoraram os seus conhecimentos sobre os riscos através da compilação de dados históricos relativos a desastres naturais, que servem para fornecer informação na avaliação e modelagem de futuros riscos.

Implementado pelo GFDRR.

ÁREA DE RESULTADOS 5

São desenvolvidas estratégias de financiamento multirrisco a nível local, nacional e regional para ajudar os países africanos a tomar decisões informadas e a mitigar os impactos socioeconómicos, fiscais e financeiros de desastres naturais.

1.3 FORÇA DA UNIÃO - UMA ABORDAGEM INTER-REGIONAL À GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES NATURAIS

O Quadro de Ação de Sendai reconhece o papel fulcral da cooperação regional para a redução dos riscos de desastres naturais, assim como a importância de fortalecer os mecanismos regionais e nacionais para apoiar políticas e estratégias, partilhar informação e promover a aprendizagem mútua, formação e desenvolvimento de competências.

Para apoiar esta vertente do Quadro de Ação de Sendai, a Área de Resultados 2 (R2) do Programa deu suporte às seguintes Comunidades Económicas Regionais Africanas (CERs):

- Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC)
- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)
- Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD)
- Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)



Peter Kapuscinski / Banco Mundial. Agricultores na colheita perto de Kisumu, Quênia. 2015. Imagem online. Flickr

VISÃO GERAL DAS COMUNIDADES ECONÓMICAS REGIONAIS DA ÁFRICA SUBSARIANA

COMUNIDADE ECONÓMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA CENTRAL (CEEAC)

Fundação: 1983. Passou ao estado de Comissão em 2020

Sede: Libreville, Gabão.

11 Estados-Membros: Angola, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, República do Congo, Ruanda e São Tomé e Príncipe.

População total: 204 milhões (2020)¹.

Página web: <https://ceeac-eccas.org/>

A Unidade de GRD e AAC da CEEAC está alojada dentro do Departamento para o Ambiente, Recursos Naturais, Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Componentes

da Área de resultados 2 do Programa na CEEAC:

01. Construir conhecimento regional sobre perigos, vulnerabilidades e riscos através do mapeamento de perigos transfronteiriços;
02. Reforçar as capacidades regionais e nacionais em RRD e AAC
03. Fortalecer o diálogo sobre políticas e legislação para RRD e AAC;
04. Melhorar a capacidade regional de resposta, avaliação pós-catástrofe e planeamento de reconstrução; e
05. Fortalecer as competências técnicas e de gestão no Secretariado da CEEAC.



¹ UNCTAD. 2021. População total e urbana, anual. <https://unctadstat.unctad.org/wds/TableView/tableView.aspx?ReportId=97>

COMUNIDADE ECONÓMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL (CEDEAO)

Fundação: 1975, pelo Tratado de Lagos.

Sede: Abuja, Nigéria.

15 Estados-Membros: Benim, Burquina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

População total: 397 milhões (2020)¹.

Página web: <https://www.ecowas.int/>

A Unidade de RRD da CEDEAO está alojada na Direção de Assuntos Sociais e Humanitários sob supervisão geral do Comissário para Assuntos Sociais e de Género.

Componentes da Área de resultados 2 do Programa na CEDEAO:

01. Reforçar as políticas de GRD e as instituições a nível nacional e regional;
02. Reforçar a capacidade de gestão de inundações regional;
03. Melhorar o planeamento regional de recuperação pós-catástrofe; e
04. Reforçar a capacidade e coordenação para GRD.



¹ UNCTAD. 2021. População total e urbana, anual. <https://unctadstat.unctad.org/wds/TableView/tableView.aspx?ReportId=97>

AUTORIDADE INTERGOVERNAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO (IGAD)

Fundação: 1986, para lidar com a seca e desertificação no Corno de África.

Sede: Djibuti, Djibuti.

8 Estados-Membros: Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão do Sul, Sudão e Uganda.

População total: 290 milhões (2020)¹.

Página web: <https://igad.int> e <https://www.icpac.net/>

A Unidade de GRD da IGAD é alojada pelo Centro de Aplicações e Previsões Climáticas (ICPAC) em Nairóbi, Quênia.

Componentes da Área de resultados 2 do Programa na IGAD:

01. Reforçar a capacidade da IGAD para liderar a agenda de GRD e AAC da região, assim como dos Estados-Membros da IGAD para implementar intervenções de GRD e AAC com vista a melhorar a resiliência a perigos naturais;
02. Reforçar a capacidade de coordenação para GRD e AAC na região da IGAD; e
03. Reforçar a Unidade de GRD da IGAD.



¹ UNCTAD. 2021. População total e urbana, anual. <https://unctadstat.unctad.org/wds/TableView/tableView.aspx?ReportId=97>

COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC)

Fundação: 1980.

Sede: Gaborone, Botswana.

16 Estados-Membros: Angola, África do Sul, Botswana, Comores, República Democrática do Congo, Essuatíni, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seicheles, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

População total: 363 milhões (2020)¹.

Página web: <https://www.sadc.int/>

A Unidade de RRD está sob alçada do Subsecretário Executivo de Integração Regional.

Componentes da Área de resultados 2 do Programa na SADC:

01. Melhorar os mecanismos institucionais e de coordenação da prontidão e resposta regional a desastres naturais;
02. Operacionalizar os sistemas de gestão da informação e conhecimento de RRD nacionais e regionais;
03. Reforçar o ativismo para as políticas de RRD regionais e o programa de desenvolvimento de competências;
04. Melhorar a integração da RRD nos planos e estratégias de desenvolvimento; e
05. Reforçar a implementação e a capacidade de coordenação do Secretariado da SADC.



¹ UNCTAD. 2021. População total e urbana, anual. <https://unctadstat.unctad.org/wds/TableView/tableView.aspx?ReportId=97>

As CERs da África Subsariana são centros de integração político-económica regional, desempenhando um papel fundamental para facilitar a colaboração dos seus respetivos Estados-Membros com a Comissão da UA, para promover o crescimento, a paz e a estabilidade. Enquanto instituições regionais que representam Estados-Membros, as CERs garantiram que as componentes e atividades da R2 do Programa eram adaptadas ao contexto sub-regional, mantendo em simultâneo uma abordagem regional. As CERs são responsáveis pela partilha de conhecimento regional sobre RRD, pela promoção de boas-práticas, por coordenar a prontidão e as ações de resposta e ainda por formular políticas e estratégias regionais de RRD.

A Área de Resultados 2 do Programa foi concebida para alcançar o seu objetivo de desenvolvimento ao:

01. Fortalecer a capacidade de coordenação das CERs para fazer avançar a agenda de GRD regional;
02. Reforçar as capacidades de planeamento, aconselhamento de políticas e disseminação de conhecimento das CERs, permitindo-lhes dar apoio aos seus Estados-Membros na tomada de decisões informadas no âmbito da resiliência a desastres naturais, apoiando os programas regionais de GRD; e
03. Facilitar uma plataforma de ativismo para melhorar a cooperação e as ligações entre as instituições técnicas globais, regionais e nacionais.

Os resultados expectáveis da Área de resultados 2 do Programa são:

- a. A entrada em vigor das estratégias de RRD das CERs, em linha com os seus respetivos planos de ação, dando continuidade às conquistas alcançadas por iniciativas de GRD anteriores;
- b. O melhoramento do conhecimento regional e compreensão da GRD, com particular foco no reforço das capacidades nacionais de tomada de decisão;
- c. A melhoria da cooperação e ligação entre as CERs e as instituições de investigação e centros técnicos globais, regionais e nacionais, para reforçar as GRD e integrá-las no desenvolvimento sustentável;
- d. Aconselhar e dar assistência técnica aos Estados-Membros das CERs para que desenvolvam políticas, estratégias e programas de redução de risco de GRD a nível nacional; e
- e. Melhorar as capacidades regionais para Avaliação de Necessidades Pós-Catástrofe (PDNAs) e para o planeamento de recuperação/reconstrução.

É possível monitorizar que os resultados expectáveis foram alcançados através das seguintes metas:

- As CERs operacionalizaram as suas respetivas estratégias de RRD, de acordo com os seus planos de ação, dando continuidade às conquistas de iniciativas de GRD anteriores;
- As CERs organizaram, pelo menos, oito eventos de formação sub-regionais;
- As CERs desenvolveram a capacidade de aconselhar e dar assistência técnica aos seus Estados-Membros para o desenvolvimento de políticas, estratégias e programas de redução de risco de GRD; e
- As CERs melhoraram a sua capacidade de apoiar os seus Estados-Membros quanto às PDNAs e ao planeamento de recuperação.

As CERs participantes dispõem de Unidades de GRD dedicadas para apoiar a integração das políticas de GRD regionais nas estratégias, políticas e planeamento do desenvolvimento a nível nacional. Estas unidades são responsáveis pelo desenvolvimento de competências, assistência técnica e funções de coordenação para reforçar as instituições de RRD nacionais para que aumentem a conscientização, implementem medidas de RRD e adotem medidas para uma maior resiliência quanto a riscos climáticos e de catástrofe. No decurso da implementação da R2 do Programa, as Unidades de GRD estiveram em estreita colaboração com um vasto leque de parceiros globais, regionais e nacionais, assim como com o setor privado, sociedade civil, instituições técnicas e académicas, autoridades fluviais, etc.

A CEEAC, a CEDEAO e a IGAD incluíram, cada uma, um posto de Oficial de GRD com caráter regular no seu design aquando do lançamento do Programa, tendo construído a sua Unidade de Implementação de Projeto (UIP) em torno desta posição. A SADC não dispunha de um posto regular financiado para GRD quando o programa teve início, tendo criado - durante a implementação - posições regulares para gestão das atividades de GRD, em acréscimo à UIP financiada pelo Programa.

1.4 ESTRUTURA DO RELATÓRIO

Este relatório apresenta as conquistas relevantes na Área de resultados 2 do Programa “Criar resiliência a desastres naturais nas regiões, países e comunidades da África Subsariana”. Com base no meticuloso escrutínio dos documentos do Programa e em mais de 30 entrevistas com os principais intervenientes, o relatório é moldado pelos testemunhos e histórias de algumas dessas pessoas. O relatório almeja, também, resumir as aprendizagens e recomendações enquanto conclusões para futuro. Não tem, no entanto, a intenção de ser um relatório de monitorização e avaliação. A tabela 3, abaixo, apresenta os destaques e principais conquistas do Programa nas respetivas CERs participantes.

Tabela 3. Visão geral dos diferentes resultados expectáveis do Programa.

RESULTADO EXPECTÁVEL	CEEAC	CEDEAO	IGAD	SADC
RE1	Rede Parlamentar Centro-Africana para RRD e Adaptação às Alterações Climáticas (REPARC)	Estratégia de Género e Plano de Ação RRD	Quadro Político para integrar GRD e AAC	Conferência RRD da SADC
RE2	Avaliação de perigos regionais, vulnerabilidades e riscos na África Central	Estratégia de Gestão de Risco de Inundação da CEDEAO	Iniciativa de agricultura climaticamente inteligente no Quénia	Planeamento de resiliência urbana na África Austral
RE3	Construção de competências e investigação prática na África Central	Fóruns e Conferências regionais Hydromet	Formação na Avaliação de Perigos usando ferramentas GIS e de observação da terra	Investigação prática de RRD na África Austral
RE4	Estratégias de RRD em 5 Estados-Membros	Formação em Avaliação Rápida Pós-Catástrofe no Togo	Estratégias de RRD para Sudão, Sudão do Sul e Somália	Aprendizagens e Apoio Pós-Catástrofe no Malawi, em Moçambique e no Zimbabué após os ciclones Idai e Kenneth
RE5	Formações PNDA			

2. FORTALECER O DIÁLOGO REGIONAL E POLÍTICAS DE RRD



©Jessica Tinkler. Costa do Marfim. 2017.

2. REFORÇAR O DIÁLOGO E AS POLÍTICAS REGIONAIS DE RRD

RESULTADO EXPECTÁVEL Nº 1: A ENTRADA EM VIGOR DAS ESTRATÉGIAS DE RRD DAS CERS, EM LINHA COM OS SEUS RESPECTIVOS PLANOS DE AÇÃO, DANDO CONTINUIDADE ÀS CONQUISTAS ALCANÇADAS POR INICIATIVAS DE GRD ANTERIORES;

Neste resultado expectável, a CEEAC, a CEDEAO, a IGAD e a SADC deram prioridade a alinhar as suas respetivas políticas e estratégias regionais de RRD com o Quadro de Ação de Sendai para RRD. Validadas pelos seus Estados-Membros, as estratégias de RRD regionais das CERS foram instrumentais para incluir assuntos transversais como o género, as relações sociais, a saúde e as alterações climáticas, com o objetivo global de desenvolver estratégias e políticas regionais comuns para dar apoio aos Estados-Membros no reforço da sua prontidão, mitigação, resposta e recuperação. O desenvolvimento de estratégias regionais e nacionais de RRD reporta-se ao alvo E do Quadro de Ação de Sendai: “Aumentar substancialmente o número de países com estratégias nacionais e locais de risco de catástrofe” (UNDRR, 2015). Todas as ações e resultados conexos (resultados e consequências) do Programa estão interligados com o Resultado expectável Nº 1.

Como ferramentas de orientação de políticas, as estratégias de RRD regionais são construídas em torno de alvos tangíveis e indicadores com cronogramas realistas. As estratégias servem, também, como ferramentas de planeamento, permitindo monitorar e avaliar as metas definidas. Adicionalmente, a CEEAC, a CEDEAO, a IGAD e a SADC deram orientação e apoio aos seus Estados-Membros no desenvolvimento nacional de estratégias de GRD, políticas de RRD e planos de ação consistentes com as políticas e estratégias regionais.



Programa da UN Habitat CityRAP, Moçambique

2.1 PRINCIPAIS CONQUISTAS DAS CERS NO ÂMBITO DO RESULTADO EXPECTÁVEL Nº 1

As CERS participantes, através das respetivas Unidades de RRD, deram apoio a um conjunto de atividades que reforçaram o diálogo e as políticas de RRD nas suas regiões. Os dois conjuntos de políticas, em seguida, são particularmente importantes:

- a. As políticas, estratégias e planos de ação para RRD cujo objetivo é esmiuçar os alvos do Quadro de Ação de Sendai para alvos e ações específicos e sub-regionais. Na verdade, uma das primeiras ações apoiadas ao abrigo do Programa foi a participação das quatro CERS na Terceira Conferência Mundial da ONU sobre RRD, no mês de março de 2015 em Sendai, no Japão, para dar informações sob a perspetiva sub-regional da África Subsariana a incluir no documento de políticas globais de RRD. Os alvos e as recomendações de políticas do Quadro de Ação de Sendai foram, então, levadas a cabo a nível regional e sub-regional, tendo servido de base para as respetivas estratégias sub-regionais com apoio do Programa.
- b. As estratégias e os planos de ação específicos, centrados no papel das mulheres, dos jovens e de outros grupos vulneráveis na redução de risco, prontidão e resposta a catástrofes que derivam das políticas genéricas. Esta área prioritária foi amplamente reconhecida por todas as CERS, que desenvolveram estratégias e planos de ação tendo em conta o género, adaptadas aos respetivos contextos sub-regionais, usando metodologia e padrões comuns. Por exemplo, uma vez que o Plano de Ação RRD do CEDEAO 2015-2030 já definia ações específicas com base no género, a iniciativa focou-se em dar orientações adicionais sobre o cenário contextual e a implementação de ações de género na região.

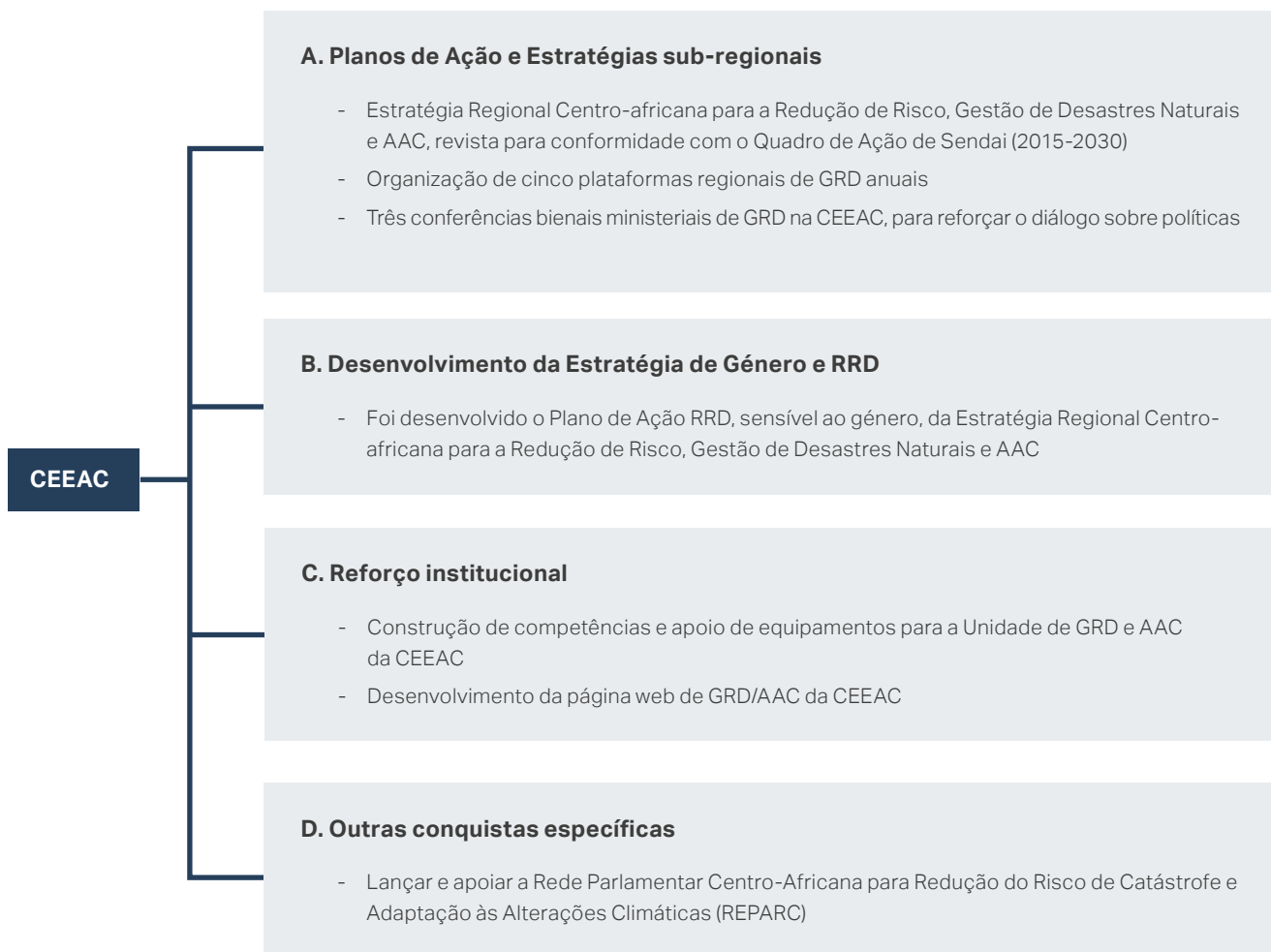
Todas as ações e resultados expectáveis estão agrupados nos quatro cabeçalhos seguintes:

- A. Políticas, estratégias e planos de ação de GRD sub-regionais
- B. Estratégias de Género e Planos de Ação (GSAP)
- C. Reforço institucional
- D. Outras conquistas específicas



Isabelle Forge/Banco Mundial, 2020

CEEAC



A. PLANOS DE AÇÃO E ESTRATÉGIAS SUB-REGIONAIS

O Programa apoiou a CEEAC na atualização da Estratégia Regional de RRD e AAC Centro-africana, para que ficasse alinhada com o Quadro de Ação de Sendai para RRD. Também facilitou a sua tradução e impressão nos quatro idiomas oficiais da CEEAC. O Programa apoiou cinco plataformas regionais anuais de GRD: Kinshasa 2015, Yaoundé 2016, Brazzaville 2017, Bujumbura 2019 e Kinshasa 2019. Cada plataforma reuniu uma média de 80 participantes, incluindo RRD, Clima, pontos focais de Hidrologia e Meteorologia, representantes governamentais, o setor privado, organizações técnicas e académicas, organizações de raiz comunitária, organizações da sociedade civil (incluindo grupos femininos e de jovens), parlamentares e parceiros de desenvolvimento, tais como a UE.

Essas reuniões contribuíram para atualizar o Plano de Ação Centro-africano para RRD, de acordo com o Plano de Ação RRD Africano, dando prioridade a atividades e reforçando a integração da RRD nas legislações nacionais. As plataformas propuseram recomendações sobre o caminho a seguir para o Secretariado da CEEAC, os Estados-Membros e os parceiros, acerca da necessidade de construir competências de GRD e AAC e fortalecer os serviços de hidrometeorologia.

O Conferência de Ministros da CEEAC sobre GRD foi organizada consecutivamente com a plataforma regional a cada dois anos. Foram realizadas três reuniões ministeriais durante o Programa (em 2015, 2017 e 2019). O comunicado da 4ª conferência ministerial, em 2019, deu recomendações de planos de contingência para gestão de riscos vulcânicos no Ruanda e na RDC, para o estabelecimento de mecanismos de financiamento para resposta a desastres naturais na CEEAC, para a inclusão do género nas atividades de GRD dos Estados-Membros da CEEAC e para a integração da GRD no currículo académico. O Programa forneceu recursos para as ações subsequentes às recomendações sobre inclusão de género e formação para GRD.

B. DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA DE GÉNERO E RRD

O Plano de Ação para RRD da CEEAC, sensível ao género, foi desenvolvido para ajudar a combater a disparidade de género no campo da GRD, incluindo esta temática nas diferentes atividades de RRD. O seu objetivo é orientar os Estados-Membros da CEEAC quanto aos métodos e ações destinadas a melhorar a inclusão económica, social e cultural das mulheres na GRD. A Estratégia de Género e o Plano de Ação para GRD da CEEAC foi adotado numa oficina de validação organizado pela CEEAC em Libreville, no ano de 2020. A oficina reuniu 59 participantes, incluindo 29 mulheres provenientes de todos os Estados-Membros da CEEAC. Foi o pontapé de saída da CEEAC para incluir o género na sua Estratégia Regional de RRD e AAC.

C. REFORÇO INSTITUCIONAL

O Programa facilitou o estabelecimento de uma Unidade de GRD e AAC no Secretariado da CEEAC. Ajudou, também, a instalar uma Unidade de Implantação de Projeto (UIP), totalmente equipada para apoiar o coordenador de GRD. A UIP conta com um especialista em GRD, um perito GRD, um assistente financeiro, um analista de abastecimento, um especialista de monitorização e avaliação e um assistente de contabilidade.

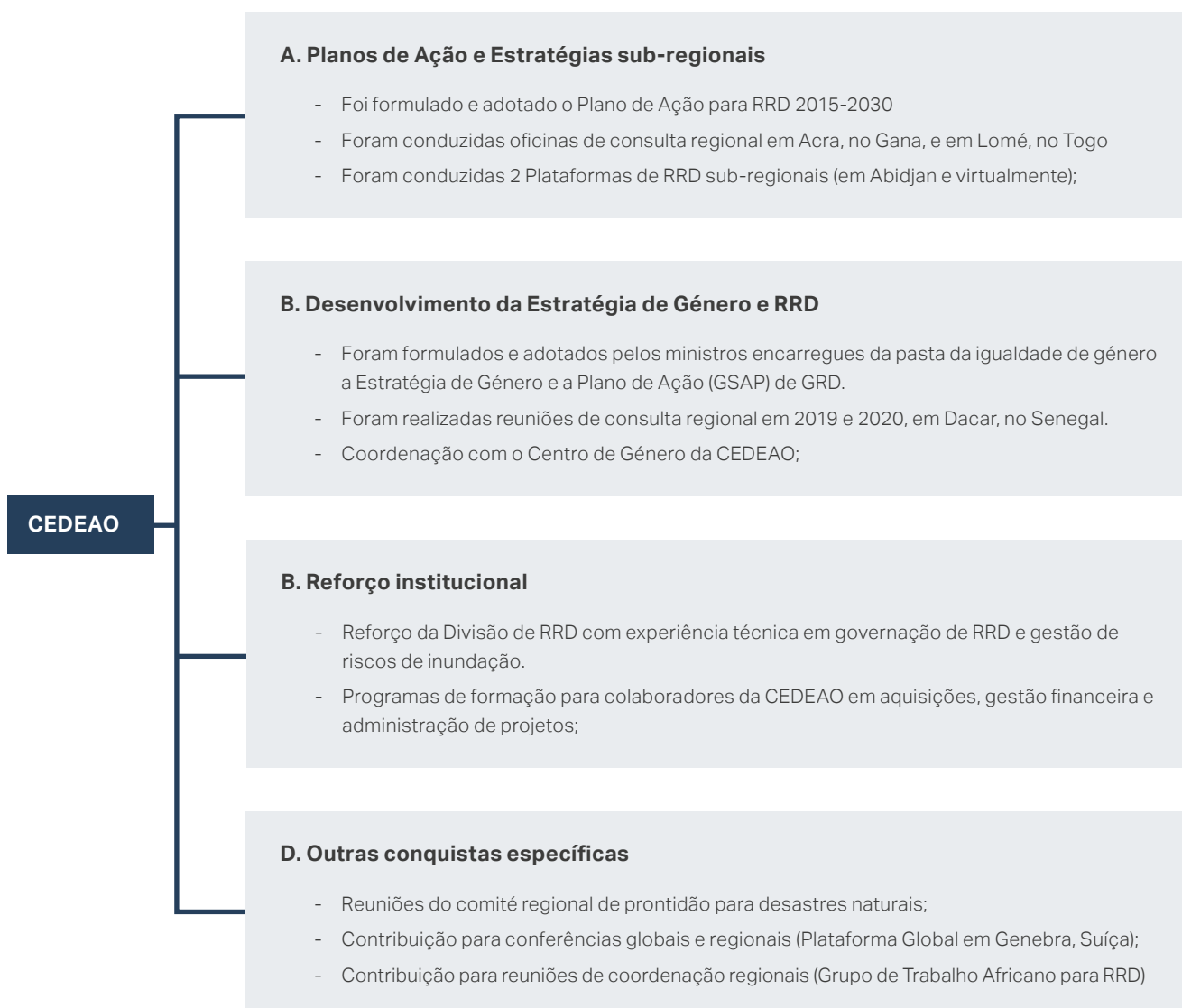
O Programa apoiou o desenvolvimento de uma página web de RRD para a CEEAC (<http://www.grc-ceeac.org>), que foi colocada online em 2020, contendo dados, informação e vídeos relevantes. Os resultados-chave são carregados com frequência, sendo que a página web é atualizada com informações fornecidas pelo Centro de Previsões e Aplicações Climáticas da África Central (Centre d'Application et de Prévisions Climatologiques de l'Afrique Centrale - CAPC-AC) sediado em Douala.

D. OUTRAS CONQUISTAS ESPECÍFICAS

A CEEAC lançou a sua Rede Parlamentar Centro-Africana para RRD e AAC (REPARC) em 2015. O Programa apoiou a participação do grupo em eventos regionais e internacionais, dando aos seus membros a oportunidade de compreenderem melhor os assuntos e desafios relativos a GRD/AAC, para poderem liderar as agendas de resiliência climática e contra desastres naturais nos seus respetivos círculos eleitorais, parlamentos e governos.

A REPARC tem sido um forte mecanismo de ativismo para acelerar a conscientização e a troca de conhecimento sobre GRD e as AAC nos parlamentos nacionais, funcionando também como alavancagem aos processos legislativos para institucionalizar estes imperativos de desenvolvimento nas políticas e planeamentos nacionais.

CEDEAO



A. PLANOS DE AÇÃO E ESTRATÉGIAS SUB-REGIONAIS

A formulação de políticas e estratégias de GRD regionais, que congreguem os Estados-Membros da CEDEAO em torno de uma visão, política e estratégia comum tem sido uma das principais ações do Programa na África Ocidental. O Plano de Ação RRD 2015-2030 da CEDEAO foi formulado na sequência de uma série de consultas com especialistas dos Estados-Membros, ocorridas em 2015 (Lomé) e 2016 (Acra). Ele fornece uma visão geral de objetivos mesuráveis, ações focadas no género e um orçamento de implementação, estando também alinhado com o Quadro de Ação de Sendai.

A CEDEAO organizou plataformas regionais de RRD consecutivas nos Fóruns Hydromet, em Abidjan (2018) e virtualmente (2021), com especialistas dos Estados-Membros, e também dos setores académico, civil e técnico, contando ainda com os parceiros de desenvolvimento e do setor privado.

B. DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA DE GÊNERO E RRD

Na sequência do desenvolvimento do Plano de Ação de RRD 2015-2030 da CEDEAO, os intervenientes pediram ao bloco regional que desenvolvesse uma Estratégias de Género e Planos de Ação (GSAP) para orientar a implementação do Plano de Ação tendo em conta o género, fornecendo alicerces analíticos para as ações deste tipo. A consulta dos parceiros regionais decorreu entre 2019 e 2020, sob a liderança do Centro de Género da CEDEAO, em Dacar. A Estratégia de Género e Plano de Ação para GRD foi finalmente adotada pelos ministros com a pasta da igualdade de género no Fórum Hydromet da CEDEAO e Plataforma Sub-regional de RRD, em 2021.

C. REFORÇO INSTITUCIONAL

O Programa reforçou o Departamento de Assuntos Humanitários da CEDEAO, trazendo experiência adicional em governação de RRD e gestão de riscos de inundação. Entre 2018 e 2021, o Programa apoiou dois peritos a longo prazo, para garantir a implementação atempada de todas as ações e gerir o diálogo regional sobre políticas de RRD e de gestão de risco de inundação. Além disto, o Programa apoiou a formação dos especialistas da CEDEAO envolvidos na implementação e gestão do projeto, nas aquisições e na gestão financeira.

D. OUTRAS CONQUISTAS ESPECÍFICAS

A CEDEAO desempenhou um papel de liderança no desenvolvimento de políticas na África Ocidental. O bloco organizou a Consulta Regional do Comité Regional de Oficiais de Gestão de Desastres na África Ocidental (GECEAO), que ocorreu na Monróvia em 2017, em colaboração com parceiros técnicos, com a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC), com o Gabinete para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), com o Gabinete Sub-regional da UNECA para a África Ocidental (UNECA-SROWA) e com a Agência Nacional de Gestão de Catástrofes (NDAMA) da Libéria. O intuito da reunião era identificar formas de fortalecer continuamente a capacidade dos governos e instituições para melhorar os esforços de prontidão e responder de forma eficaz a desastres naturais e causadas pelo homem, incluindo perigos de etiologia climática que afetam comunidades vulneráveis.

Os especialistas da CEDEAO assistiram também à 3ª Conferência Mundial de RRD de 2015, em Sendai, Japão, assim como à Plataforma Global de RRD em 2019, em Genebra. Compareceram também regularmente ao Grupo de Trabalho Africano de RRD, organizado pela UNDRR e a Comissão da UA, cujo intuito é traduzir as políticas globais em ações regionais e sub-regionais.



Banco Mundial. Mulheres da Associação Défal. 2015. Imagem online. Flickr.

IGAD



A. PLANOS DE AÇÃO E ESTRATÉGIAS SUB-REGIONAIS

O Programa apoiou a Unidade de RRD da IGAD no desenvolvimento e validação da Estratégia de Gestão de Risco de Inundação da IGAD para a década 2020-2030. A estratégia pretende apoiar o desenvolvimento sustentável na região da IGAD ao reforçar a sua resiliência face aos riscos de inundação. O Quadro Regional da IGAD para Integrar GRD e AAC foi validado e adotado em 2019, para criar resiliência nos Estados-Membros contra perigos hidrometeorológicos, assim como para orientar essas comunidades na integração da GRD e das AAC.

B. DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA DE GÉNERO E RRD

A IGAD validou e adotou a sua Estratégia de Género e RRD em maio de 2020. Esta estratégia, que abrange o período de 2020-2030, abriu a oportunidade de atualizar as atividades de GRD e AAC sob uma perspetiva de género. Foca-se no papel e nas responsabilidades da IGAD e no seu apoio aos Estados-Membros para que incluam o género nas estratégias e planos de ação de GRD. Este documento dá continuidade à Estratégia de GRD de 2019 da IGAD, que incorporou o Quadro de Ação de Sendai.

C. REFORÇO INSTITUCIONAL

O Programa apoiou a IGAD no reforço da sua unidade de RRD (sedeada no ICPAC, em Nairobi) através de capacidades técnicas e de implementação. Foram recrutados um coordenador de projeto, um especialista em GRD, um oficial de monitorização e avaliação, um oficial financeiro/contabilidade, um oficial de abastecimento, um assistente administrativo e um motorista para apoiar o projeto ao longo da sua implementação. Os membros da UIP receberam também várias formações em gestão financeira, monitorização e avaliação, aquisições e competências de liderança.

D. OUTRAS CONQUISTAS ESPECÍFICAS

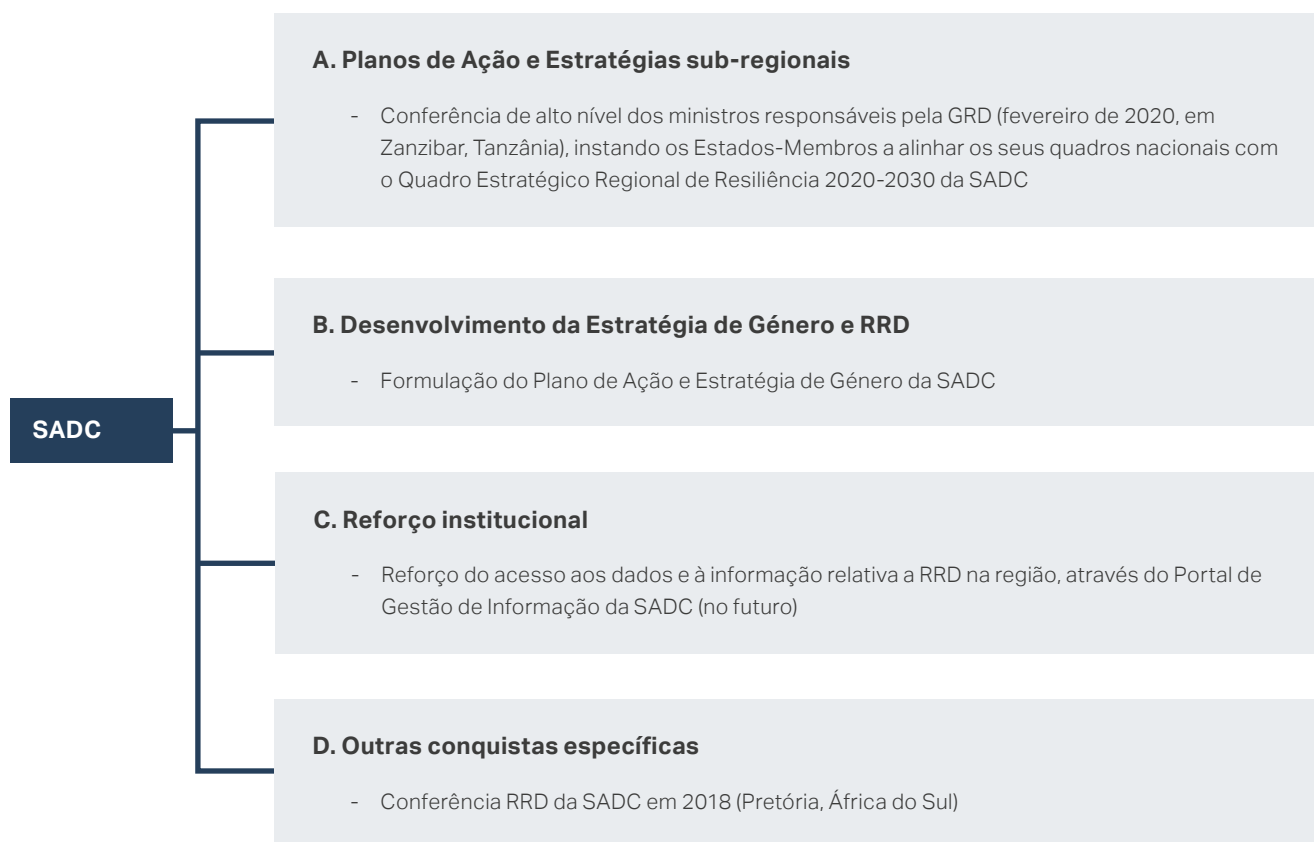
O Programa apoiou o desenvolvimento e adoção do Quadro da IGAD para Inclusão da GRD no currículo escolar. O seu principal objetivo é orientar os Estados-Membros da IGAD sobre a forma de incluir, através dos currículos escolares, a GRD e as AAC nos processos de desenvolvimento sustentável e de crescimento económico. Esta abordagem coloca o seu foco na prevenção, prontidão e recuperação resiliente.

O Programa financiou diretamente um projeto de Adaptação Climática Inteligente da Agricultura em Kulan, a este do Quênia, em associação com a Cruz Vermelha Queniana. A meta do projeto foi melhorar a resiliência a desastres naturais das comunidades vulneráveis em zonas áridas e semiáridas, promovendo medidas de AAC e de práticas de agricultura climaticamente inteligentes, que levem em conta os riscos climáticos e de catástrofe.



Arne Hoel / Banco Mundial. Escola Primária em Kampala. 2003. Imagem online. Flickr.

SADC



A. PLANOS DE AÇÃO E ESTRATÉGIAS SUB-REGIONAIS

Em 2020, o Programa deu apoio à conferência de ministros da SADC sobre GRD, em Zanzibar, que resultou na adoção e lançamento do Quadro Estratégico de Resiliência Regional da SADC 2020-2030. O quadro fornece orientações de políticas para ações regionais tendentes à criação de resiliência na África Austral.

Sob a orientação das equipas da SADC e do Banco Mundial, a DIMSUR/UNHABITAT foi envolvida para conduzir uma análise regional sobre os percursos do risco urbano e da resiliência na África Austral. O estudo, financiado pelo Programa, olhou para os pontos comuns e para as políticas regionais que impelem a resiliência urbana na África Austral. O Programa forneceu, ainda, apoio para o planeamento participativo e ações de criação de resiliência em seis cidades da África Austral — Lusaca e Chipata (Zâmbia), Lilongwe (Malawi), Dondo (Moçambique), Fomboni (Comores) e Mutare (Zimbabué) — usando o quadro de Planeamento de Ações para Cidades Resilientes (CityRAP).

B. DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA DE GÉNERO E RRD

Foram formulados um Plano de Ação e uma Estratégia de Género regional, na sequência da estreita colaboração entre grupos de foco na igualdade de género dos Estados-Membros, sociedade civil e especialistas em GRD do secretariado da SADC. O documento dá prioridade a ações que assegurem a igualdade de género e a sensibilidade para o género nas políticas, planeamento, planos de ação e estratégias de RRD para a região, propondo medidas concretas para alcançar a igualdade de género na inclusão da RRD.

C. REFORÇO INSTITUCIONAL

A gestão de conhecimento e informação tem-se revelado um entrave crítico para a coordenação de assuntos de GRD na África Austral. O Programa apoiou o Secretariado da SADC para estabelecer um portal online que fornece informações atualizadas relativamente a políticas, perigos, riscos e atores regionais dos Estados-Membros, para otimizar a cooperação regional e a partilha de conhecimento. O Programa deu apoio ao reforço da unidade de RRD da SADC através da alocação de colaboradores adicionais nas áreas de gestão de projeto, aquisições e gestão financeira.

D. OUTRAS CONQUISTAS ESPECÍFICAS

O Programa apoiou a primeira Conferência Regional de RRD da SADC, que teve lugar em Pretória no ano de 2018. O evento foi acolhido pela SADC e pelo Governo da África do Sul, tendo sido organizado pelo Banco Mundial. Com cerca de 150 participantes de todos os Estados-Membros da SADC, a conferência juntou especialistas de sociedade civil, parceiros de desenvolvimento, assim como instituições académicas e regionais para discutir assuntos prementes relativos às políticas de GRD e a sua aplicação na África Austral. Em 2021, o Programa apoiou ainda o Fórum Hydromet da SADC, organizado virtualmente pelo Banco Mundial a pedido do Secretariado da SADC. O Fórum reuniu peritos técnicos dos Estados-Membros da SADC, o Secretariado da SADC, organizações fluviais, centros de excelência mundiais — como o WMO — e outros intervenientes. A reunião resultou na formulação de uma abordagem comum para modernizar os serviços hidrológicos, meteorológicos e de alerta precoce na África Austral.

O Programa apoiou a SADC na formulação de diretrizes para incluir a RRD nas políticas de setores como a água, energia, agricultura e segurança alimentar. Foram formuladas, no total, cinco “diretrizes de inclusão” setoriais, além das diretrizes gerais para aconselhar os governos nacionais, regionais e locais, assim como o setor privado sobre como considerar os assuntos de RRD na formulação de novas políticas, planos e investimentos de RRD.



Programa UN Habitat CityRAP, Zambia

2.2 CASOS DE ESTUDO NO ÂMBITO DE “FORTALECER O DIÁLOGO REGIONAL E POLÍTICAS DE RRD”

CASO DE ESTUDO: ESTRATÉGIA E PLANO DE AÇÃO PARA REDUÇÃO DO RISCO DE CATÁSTROFE SENSÍVEL AO GÊNERO

Tendo em conta as desigualdades sociais e económicas, as mulheres têm maior probabilidade de ser afetadas e morrer em desastres naturais que os homens.¹ No seu papel de cuidadoras de idosos e crianças, é frequente que as mulheres priorizem permanecer com estes grupos, ao invés de procurar abrigo, durante um evento de desastres naturais. Após a catástrofe, é também mais provável que sejam as mulheres a enfrentar violência doméstica e sexual², o que explica que muitas evitem procurar abrigos, por medo de serem agredidas ou exploradas. Além disto, é também frequente que as necessidades nutricionais específicas das mulheres grávidas e em processo de amamentação não possam ser satisfeitas em situação de seca, sendo que a disponibilidade alimentar fica também reduzida durante inundações. As hierarquias alimentares culturais, que priorizam a alimentação dos homens e meninos, exacerbam a situação das mulheres, fazendo com que muitas padeçam de malnutrição.

Para abordar estes problemas, as quatro CERs comprometeram-se a adaptar as suas estratégias e os seus planos de ação regionais de RRD tendo em conta o género, atacando as causas primordiais da desigualdade de género. O Programa apoiou as CERs na inclusão do fator de género nas políticas e estratégias de GRD. Foram organizadas mais de 200 consultas — reunindo grupos focais de género e RRD, académicos e ONGs — com as CERs e os seus Estados-Membros para compreender os desafios e prioridades. Desde compreender a forma como é preciso comunicar os alertas precoces nos vários grupos de género, a dar prioridade à segurança das mulheres em situações de catástrofe, e garantir que as necessidades das grávidas e mães a amamentar são satisfeitas, estas discussões foram multifacetadas e levaram a CEDEAO, a CEEAC, a IGAD e a SADC a formular a suas Estratégias de Género e Planos de Ação (GASPs) para reforçar a integração do fator género na RRD.

“Compreender as disparidades nas necessidades e competências das mulheres e dos homens é central para uma GRD eficaz e inclusiva quanto ao género”, diz a Dr. Siga Fatima Jagne, CEDEAO, Comissária para os Assuntos Sociais e Igualdade de Género.

“Todos sabemos bem que as esastres naturais afetam homens e mulheres de forma diferente: É hora de assegurarmos que todos os nossos esforços, todo o nosso financiamento, todos os nossos programas são sensíveis ao género,” diz ela.³

Os participantes das oficinas de validação sublinharam a necessidade de fazer circular amplamente as análises e estratégias de género, assegurando que os Estados-Membros atualizam as suas estratégias de RRD de acordo com estes dados. As oficinas reforçaram, ainda, a necessidade de um plano de operacionalização, tendo sublinhado a importância das campanhas de conscientização apoiadas pelos média, pela sociedade civil e pelo setor privado.

“O GSAP dá alavancagem e um guião essencial para os intervenientes no desenvolvimento planearem eficazmente uma intervenção à escala comunitária. Enquanto trabalhadora da linha da frente na RRD, com experiência em estratégias de intervenção para comunidades afetadas, o GSAP tem sido aplicado em situações de envolvimento para planeamento e reconstrução aprimorada. Aguardamos expectantes pelas futuras oportunidades de desagregar totalmente este documento único para ajudar na completa implementação da inclusão do género em todas as regiões,” disse Tosin Victoria Apiriola-Ajayi, Diretora Executiva da Iniciativa de Mulheres pelo Desenvolvimento Ambiental e da Juventude.

1 IUCN. 2008. Ficha Estatística de Desastres Naturais e Género. Disponível em: https://www.unisdr.org/files/48152_disasterandgenderstatistics.pdf

2 IUCN. 2008. Ficha Estatística de Desastres Naturai e Género. Disponível em: https://www.unisdr.org/files/48152_disasterandgenderstatistics.pdf

3 Considerações finais da Comissária para os Assuntos Sociais e Igualdade de Género da CEDEAO na Oficina de Validação Regional para o Plano de Ação e Estratégia de Género de RRD 2020-2030 do CEDEAO - Dacar, Senegal, 11-12 de fevereiro de 2020

O Programa apoiou diretamente as CERs para que se focassem na igualdade e inclusão de gênero nos planos de ação, estratégias e políticas de GRD. Na SADC e na IGAD, que já tinham uma estratégia de RRD, o esquema de gênero foi incluído nas estratégias existentes. Na CEDEAO, o Plano de Ação para RRD 2015-2030 tem um largo foco nas ações de gênero para RRD. A CEEAC adotou um plano de ação de gênero em 2012, tendo aproveitado a oportunidade para integrar as considerações de gênero no seu Plano de Ação de RRD.

CASO DE ESTUDO: REDE PARLAMENTAR CENTRO-AFRICANA PARA RRD E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (REPARC)

A Rede Parlamentar Centro-Africana para RRD, conhecida pela sua sigla francesa REPARC, foi instituída em 2015 para abordar as medidas de RRD e AAC nos 11 Estados-Membros da CEEAC, assim como para aumentar o apoio político à implementação do Quadro de Ação de Sendai e do seu Plano de Ação. Conta, atualmente, com parlamentares do Burundi, dos Camarões, da República Centro Africana, do Chade, da República Democrática do Congo, da República do Congo, da Guiné Equatorial, do Gabão e de São Tomé e Príncipe.

O Programa facilitou as reuniões anuais da rede, para deliberar e construir a sua base de conhecimento acerca de assuntos relativos a RRD, incluindo os serviços de hidrometeorologia. O seu objetivo é aumentar a consciência política das assembleias nacionais para o clima e os riscos de catástrofe, assim como para a sua gestão eficiente.

O trabalho da REPARC é orientado pelo Quadro de Ação de Sendai, pela Estratégia Regional Africana de RRD e pela Declaração de Yaoundé, com os cinco objetivos seguintes:

- Facilitar a integração da RRD e da AAC nas legislações nacionais;
- Organizar formações e desenvolvimento de competências para os seus membros;
- Promover a partilha de experiências e a solidariedade entre os parlamentares da CEEAC;
- Construir uma comunidade resiliente na África Central, baseada na democracia, na justiça social e na paz; e
- Assegurar o ativismo político pela integração da RRD e AAC nas políticas nacionais.

Em 2016, a REPARC teve a sua primeira reunião anual em Libreville, Gabão, durante a oficina de formação do PDNA/Quadro de Recuperação de Desastres Naturais (DRF). Os parlamentares discutiram o progresso e os desafios relacionados com o ativismo e os regulamentos a nível nacional. Ao agir como rede regional, isso assegura que o seu impacto tem mais força e transversalidade, uma vez que existe partilha de conhecimento e recursos. A participação nas conferências de RRD e AAC aumentou o apreço dos parlamentares pela agenda de GRD, tendo reforçado a consentização política, apesar de a manutenção da dinâmica política entre reuniões se ter revelado desafiadora num período inicial.

O Relatório Anual de 2020 da REPARC destacou alguns progressos-chave, incluindo os esforços de ativismo levados a cabo junto das populações locais e os parlamentares. No Gabão, por exemplo, será apresentada uma lei de RRD na Assembleia Nacional, tendo a RRD sido incluída no novo Código de Hidrocarbonetos e no Código de Planeamento Urbano. No Congo foi lançada uma rede de RRD da sociedade civil.

CASO DE ESTUDO: QUADRO POLÍTICO PARA INTEGRAR GRD E AAC

Para abordar a problemática da coerência nas iniciativas de GRD existentes, o Programa apoiou o desenvolvimento de uma Estratégia Regional de GRD na região IGAD. A estratégia definiu a visão, a missão, os resultados, os objetivos, os princípios orientadores e os alvos, de acordo com o Quadro de Ação de Sendai, para assegurar a coerência vertical e horizontal entre os diferentes planos e programas de GRD. A visão da IGAD (2020¹) é

“PARA ALCANÇAR UMA REGIÃO ONDE VIDAS, POSSES E SUBSISTÊNCIAS ESTÃO SALVAGUARDADAS DOS EFEITOS ADVERSOS DOS PERIGOS NATURAIS E DE ORIGEM HUMANA.”

A estratégia visa apoiar os Estados-Membros a reforçarem as instituições, competências e mecanismos de GRD, para melhorar a resiliência a perigos naturais e de origem humana de forma holística, sensível ao género e integrada. Os princípios orientadores da estratégia assumem uma abordagem multifatorial para tomada de decisão inclusiva, informada para os riscos, com base na troca e disseminação aberta de dados desagregados.

A Estratégia Regional deu ensejo ao Sudão do Sul, à Etiópia e à Somália para que preparassem as suas primeiras estratégias nacionais de RRD, com apoio do Programa.

“Ter uma Estratégia Regional implementada ajudou a estabelecer um quadro no qual os Estados-Membros podem desenvolver as suas próprias estratégias nacionais de GRD,” disse o Dr. Joshua Banak, Diretor-geral de Gestão de Desastres Naturais e RRD do Grupo Focal Nacional do Ministério de Assuntos Humanitários e Gestão de Catástrofes da República do Sudão do Sul.

“O desenvolvimento da estratégia deu “uma grande oportunidade” ao Sudão do Sul — e às suas instituições recentes — para se envolverem com os parceiros regionais e começar a incluir a RRD,” disse o Dr. Banak.

“A Estratégia Regional permitiu-nos compreender o significado e a eficácia da RRD. Reforçou as nossas parcerias com outras agências da ONU, ONGIs e ONGs, permitindo-nos ter agora uma ligação sólida com plataformas e fóruns globais e regionais de RRD. A estratégia nacional de GRD do Sudão do Sul foi submetida ao conselho para aprovação. Isto é, para nós, um grande passo.” O Dr. Mahmudul, Conselheiro sénior de políticas para RRD do Sudão do Sul, diz que a orientação global e regional foi essencial para desenvolver a estratégia nacional do Sudão do Sul.

“IMPLEMENTAMOS UMA ABORDAGEM COM TODOS OS PERIGOS, TODOS OS SETORES E TODOS OS NÍVEIS SOCIAIS (CHAMADA PAYAM). COM O APOIO DA IGAD, UM GRUPO DE TRABALHO COMPOSTO POR VÁRIOS MINISTROS DESENVOLVEU UM ROTEIRO DE GRD. DESLOCÁMO-NOS A TODOS OS DEZ ESTADOS DO SUDÃO DO SUL PARA OBTER FEEDBACK SOBRE O QUE DEVERIA SER INCLUÍDO NA ESTRATÉGIA NACIONAL DE RRD. A IGAD TAMBÉM AUXILIOU NA CONCEÇÃO DE UMA ABORDAGEM PARTICIPATIVA NO NOSSO PROCESSO DE CONSULTA.”

Com o apoio do programa, a Estratégia e Quadro de GRD da IGAD deu o mote, mas é necessário ainda mais trabalho para **“harmonizar melhor as atividades de RRD em toda a região, integrando assuntos transversais em todos os setores sociais e económicos do desenvolvimento sustentado.”** conclui o Dr. Banak.

¹ Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), 2020: Estratégia Regional da IGAD para a Gestão de Riscos de Catástrofe. Quênia

CASO DE ESTUDO: CONFERÊNCIA RRD DA SADC

O Programa apoiou, em 2018, a primeira Conferência de RRD da SADC, que teve lugar em Tshwane/Pretória, África do Sul. O evento reuniu 178 participantes dos Estados-Membros da SADC, académicos, grupos da sociedade civil, organizações da ONU, o setor privado e agências doadoras para discutir o risco e a resiliência na região da SADC. A discussão sobre as melhores práticas e soluções para coordenação e planeamento de RRD na África Austral foi facilitada pelas muitas sessões de debate.

A conferência solidificou as aprendizagens dos programas regionais de RRD, fornecendo informação para futuro planeamento, com foco na capacidade regional, gestão de risco e coordenação humanitária. Foi uma **“atividade essencial de governança para a SADC identificar problemas de GRD e adotar um programa de ação,”** disse o Dr. Mmaphaka Ephraim Tau, Subdiretor Geral do Centro Nacional de Gestão de Catástrofes da África do Sul.

A Secretária Executiva, Dra. Stergomena Lawrence Tax, convidou todos os principais intervenientes a implementar os compromissos alcançados na conferência em linha com os quadros de RRD nacionais, regionais e internacionais.

“Pedimos aos Estados-Membros da SADC, assim como aos parceiros financeiros, técnicos e académicos que vão além de desenvolver políticas, planos e estratégias para acelerar a implementação de ações coordenadas”¹ comentou a Dra. Tax. Russell Dlamini, CEO da Agência de Gestão de Catástrofes de Essuatíni e líder a delegação nacional, disse que a conferência providenciou uma oportunidade para ligar uma **“rede de profissionais de RRD, assim como para a partilha de experiências dos diferentes países da região.”** A conferência permitiu também aos Estados-Membros desenvolver parcerias e aprender com os desafios dos congéneres. **“É importante aproveitar as oportunidades de melhorar, para impulsionar mudanças a longo prazo no sentido de uma maior resposta institucional de GRD e resiliência em desastres naturais”,** disse Dlamini.

Nas suas considerações finais, a Dra. Tax instou os Estados-Membros **“a acelerar a implementação das disposições do Fundo e Estratégia Regional de Prontidão e Resposta a Desastres Naturais, para prevenir e minimizar a perda de vidas e subsistências durante desastres futuros.”**

O Dr. Tau ressaltou que a conferência deu início a um apoio governamental de alto nível para a RRD e gerou impedância que culminou no primeiro “Meeting da Comissão de Ministros com a pasta da GRD na SADC”, organizada pela Tanzânia em 2021. Esta impedância precisa de se tornar autossuficiente para alcançar uma resiliência de longo prazo na África Austral.



Banco Mundial. 2018. Conferência SADC DRR

¹ Secretariado da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). 2019. Conferência de Redução de Risco de Catástrofe da SADC Resiliência para o Desenvolvimento Sustentável, 26-28 de março de 2018. Pp 6.



3. REFORCAR O CONHECIMENTO REGIONAL SOBRE PERIGOS, VULNERABILIDADES E RISCO DE DESASTRES NATURAIS

Arne Hoel / Banco Mundial. Solo ressecado pelo Nilo Branco. Khartoum, Sudão. 2005. Imagem online. Flickr

3. REFORÇAR O CONHECIMENTO REGIONAL SOBRE PERIGOS, VULNERABILIDADES E RISCO DE DESASTRES NATURAIS

RESULTADO EXPECTÁVEL Nº 2: O MELHORAMENTO DO CONHECIMENTO REGIONAL E COMPREENSÃO DA GRD, COM PARTICULAR FOCO NO REFORÇO DAS CAPACIDADES NACIONAIS DE TOMADA DE DECISÃO (COMPREENDER O RISCO)

Com cerca de 157 milhões de pessoas afetadas por desastres naturais em África entre 2008 e 2018, as economias do continente e os modos de subsistência das populações estão particularmente vulneráveis a perigos naturais. Por outro lado, o conhecimento e a compreensão dos perigos, vulnerabilidades e riscos transfronteiriços subjacentes são insuficientes e difusos. Razão pela qual a Ação Prioritária 1 do Quadro de Ação de Sendai sublinha a necessidade de investir na compreensão de riscos, declarando,

“A GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES NATURAIS PRECISA DE SE BASEAR NA COMPREENSÃO DO RISCO EM TODAS AS SUAS DIMENSÕES: DE VULNERABILIDADE, CAPACIDADE, EXPOSIÇÃO DE PESSOAS E BENS, CARACTERÍSTICAS DO PERIGO E DO AMBIENTE.” (UNDRR, 2015).

Neste contexto, o R2 do Programa apoiou as CERs na avaliação de perigos, no mapeamento de risco transfronteiriço e regional, na compreensão dos percursos de risco urbano e de resiliência, assim como na aprendizagem de boas-práticas para previsão de inundações. O objetivo era permitir a formulação de políticas regionais com base no risco, assim como planos de ação para a resiliência.

3.1 PRINCIPAIS CONQUISTAS DAS CERS EM RELAÇÃO AO RESULTADO EXPECTÁVEL Nº 2:

O Programa apoiou as quatro CERs participantes a reforçar a compreensão das vulnerabilidades, perigos e riscos, assim como no intercâmbio de boas-práticas de avaliação, previsão e análise de riscos, e ainda a comunicar eficazmente as informações de risco às comunidades e aos decisores políticos. Os resultados e consequências deste apoio estão agrupadas em quatro temas:

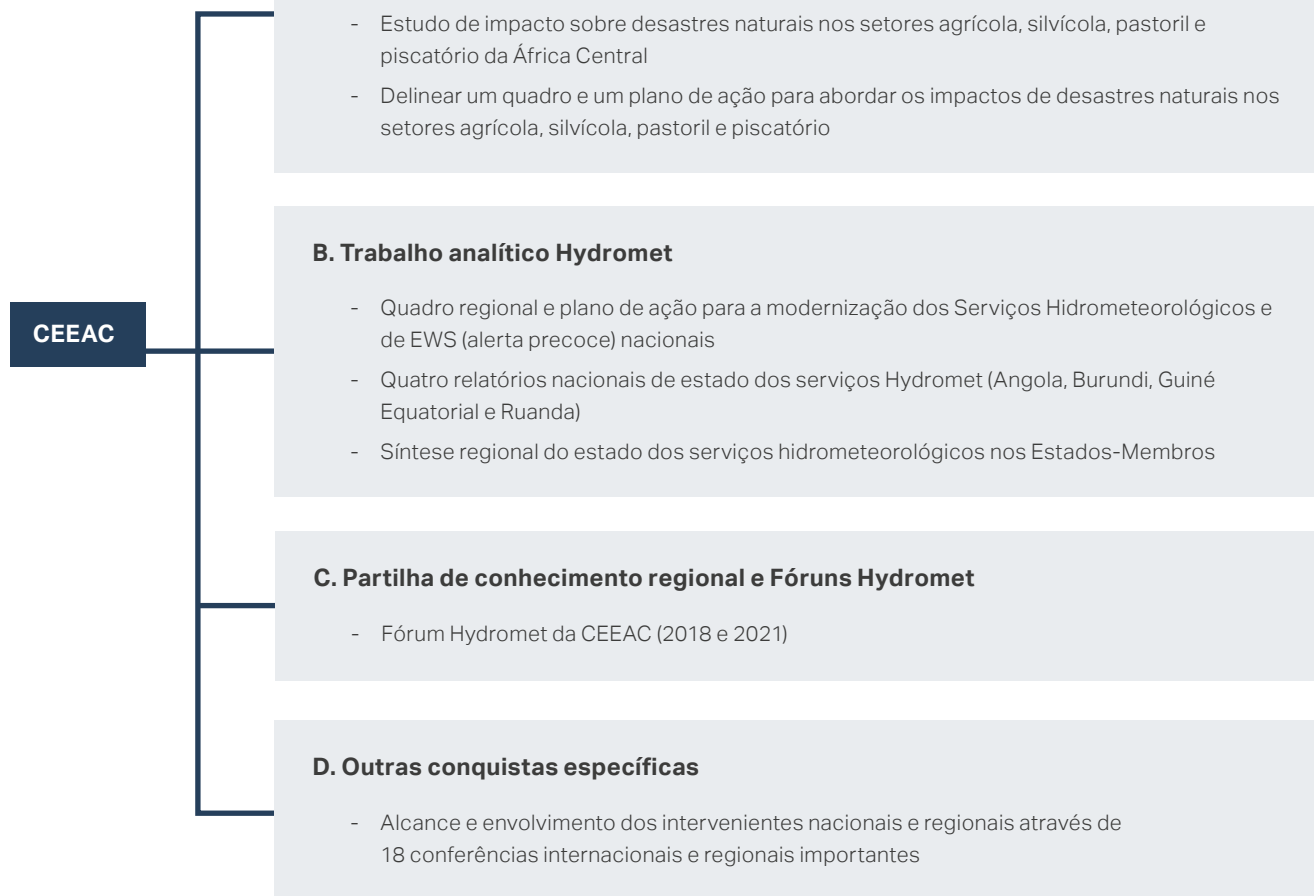
- Informação de risco: Trabalho analítico facilitando a compreensão dos perigos naturais e dos riscos transfronteiriços;
- Trabalho analítico Hydromet: Trabalho analítico de suporte aos serviços de meteorologia, hidrologia, clima e alerta precoce, para prover suporte informativo às políticas e ações regionais;
- Partilha de conhecimento regional e Fóruns Hydromet;
- Outras conquistas específicas.

O Programa permitiu que as CERs participassem e contribuíssem em conferências globais de partilha de conhecimento e de ativismo, como as conferências “Understanding Risk” e a “World Reconstruction”. Estes eventos proporcionaram uma oportunidade de aumentar a conscientização sobre as últimas tendências globais em ferramentas e metodologias para compreender riscos.

Os fóruns de perspetivas climáticas regionais e Fóruns Hydromet — conduzidos pela CEEAC, CEDEAO e SADC em 2018 e 2021 — foram os principais destaques do apoio do Programa. As reuniões juntaram representantes das agências nacionais de meteorologia, hidrologia e gestão de riscos de desastres, assim como parceiros internacionais e membros do setor privado e da sociedade civil para discutir o reforço dos serviços de meteorologia, hidrologia, clima

e alerta precoce por forma a apoiar o desenvolvimento sustentável das regiões. Em 2021, os Fóruns Hydromet foram conduzidos na SADC pela primeira vez, e na CEDEAO e CEEAC também, em formato virtual, ligando mais de 1000 especialistas e decisores regionais e internacionais. Além disto, a IGAD e a SADC também deram o seu apoio a fóruns regionais de perspectivas climáticas através deste Programa — como o Fórum de Perspetivas Climáticas do Grande Corno de África (GHACOF) e o Fórum de Perspetivas Climáticas Regional da África Austral (SARCOF) —, para disseminar perspetivas e informação regional e sazonal sobre o clima.

CEEAC



A. INFORMAÇÃO DE RISCO

O Programa apoiou o desenvolvimento de uma Avaliação Regional de Perigos, Vulnerabilidades e Riscos, assim como de um Atlas, com o objetivo de mapear os principais perigos e riscos na região CEEAC e conscientizar para os perigos, avaliação de vulnerabilidades e análise de riscos. Esta base de dados georreferenciada de perigos naturais, vulnerabilidades e riscos nacionais e transfronteiriços serve como uma das melhores ferramentas para os decisores se focarem nas principais áreas em risco (ver abaixo o caso de estudo: *Avaliação e Atlas Regional de Perigos, Vulnerabilidades e Riscos*), em complemento ao sistema de informação hídrica da CEEAC, também parcialmente suportado pelo Programa.

O estudo “*Conhecimento e capacidade de reporte técnico e institucional de GRD na África Central: Análise de pontos fortes e fracos*” também foi produzido com o apoio do Programa. O relatório inclui uma compilação de base sobre os recursos e necessidades de desenvolvimento de competências dos profissionais de GRD na região CEEAC, identificando áreas de cooperação Sul-Sul entre os principais intervenientes, tais como organizações regionais, universidades e redes de investigação, para reforçar a RRD.

Por fim, o Programa apoiou o desenvolvimento do relatório *“Impactos de desastres naturais nos setores agrícola, silvícola, pastoril e piscatório na África Central”* para reforçar a resiliência do setor agrícola e das populações rurais através de um conhecimento aprimorado sobre os efeitos de desastres naturais. A análise identifica os tipos de danos e perdas por perigo natural desde 2010, como os setores responderam a crises e sobre como a segurança alimentar e subsistência são impactadas durante e depois de desastres naturais. O relatório também destaca a falta de dados e a necessidade de os governos os processarem de forma sistemática. Fornecendo um guia para os mecanismos existentes, como a agricultura climaticamente inteligente, o estudo identifica finalmente as necessidades específicas dos setores agrícola, silvícola, pastoril e piscatório quanto a serviços hidrometeorológicos, dando informação para que a CEEAC elabore um quadro e plano de ação para abordar o impacto de desastres naturais a nível regional e nacional.

B. TRABALHO ANALÍTICO HYDROMET

O Programa permitiu, também, aprofundar o conhecimento da região sobre serviços hidrometeorológicos. Os relatórios de estado nacionais foram produzidos por Angola, Burundi, Guiné Equatorial e Ruanda. Os quatro relatórios incluem estudos de base sobre os serviços meteorológicos e hidrológicos nacionais; um inventário das redes de observação, transmissão e processamento de dados (meteorológicos/climáticos, hidrológicos e monitorização piezométrica); quadro de recursos humanos e institucionais; e a descrição dos maiores desafios. Os relatórios fornecem também um quadro para o planeamento das iniciativas de modernização hidrometeorológica nos países da região.

Foi também desenvolvida uma síntese regional do estado dos serviços hidrometeorológicos nos Estados-Membros. O estudo resume os aspetos legislativos, institucionais, técnicos, financeiros e educativos dos serviços, assim como dos seus recursos humanos, nos 11 países da CEEAC. Também destaca os constrangimentos que impedem o correto funcionamento dos Serviços Nacionais de Meteorologia e Hidrologia (SNMH). Esta síntese, baseada nas consultas virtuais aos intervenientes, demonstrou que a insuficiente disponibilidade orçamental, a falta de investimento, a incapacidade de recrutar e reter profissionais qualificados, a obsolescência do equipamento e a inaptidão dos sistemas, quando combinadas com os problemas de governação atrasam os esforços dos SNMH para melhorar os serviços. A OMS categoriza os SNMH de acordo com os seus padrões técnicos e capacidades de serviço.

Com exceção de Ruanda e Angola, todos os SNMH são categorizados como “básicos”, no que respeita ao seu nível de serviço hidrometeorológico. Nalguns países, os SNMH interagem de forma estruturada com os ministérios encarregues das pastas da prevenção de catástrofes ou proteção civil. No entanto, a interação com outras entidades continua a ser limitada. O relatório estende recomendações para os decisores no sentido de uma modernização profunda e sustentada dos serviços de hidrometeorologia, com fito no crescimento e desenvolvimento dos setores e utilizadores finais.

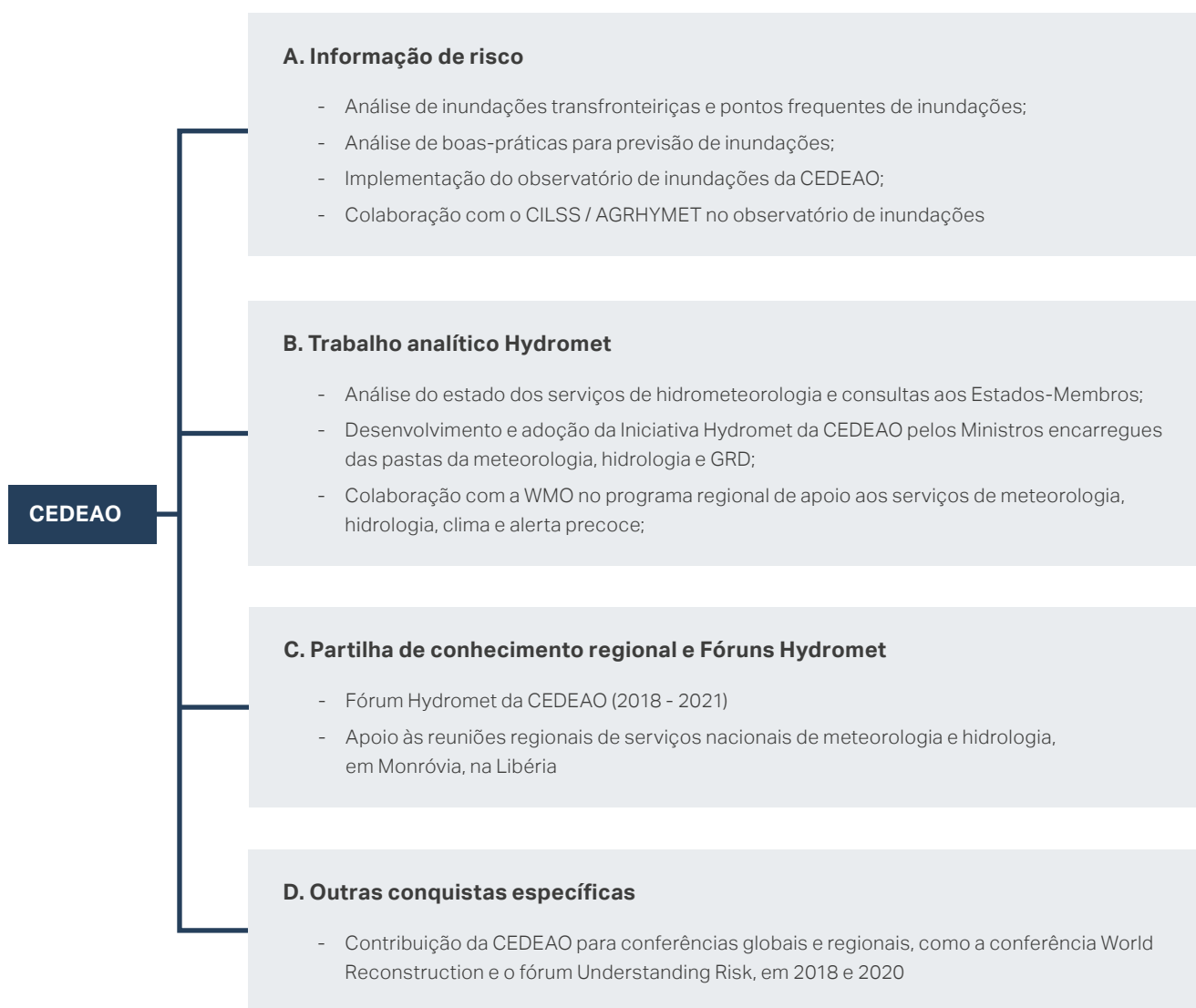
C. PARTILHA DE CONHECIMENTO REGIONAL E FÓRUMS HYDROMET

O Programa apoiou a CEEAC na reunião dos Fóruns Hydromet de 2018 e 2021, com o apoio do Banco Mundial e da Organização Mundial de Meteorologia. Estes eventos juntaram participantes de todos os 11 Estados-Membros; especialistas de GRD, AAC, meteorologia, hidrologia e agricultura; representantes governamentais, organizações da sociedade civil (incluindo grupos de mulheres e jovens); parlamentares, membros da delegação da UE e outros intervenientes no desenvolvimento. Os comunicados finais dos fóruns estabeleceram um roteiro para a melhoria dos serviços de hidrometeorologia da região.

D. OUTRAS CONQUISTAS ESPECÍFICAS

O Programa facilitou o alcance e a ligação da CEEAC com os seus parceiros nacionais, regionais e globais, através das 18 principais conferências internacionais e regionais, incluindo as Plataformas Globais de RRD da UNDRR, a Conferência de Partes da UNFCCC, em todas as edições entre 2016 e 2019, as conferências Understanding Risk, as conferências World Reconstruction, os Dias Europeus para o Desenvolvimento, o Dia de Foco no Programa NDRR da ACP-UE, e nas Plataformas Regionais Africanas para RRD (em 2016 e 2018).

CEDEAO



A. INFORMAÇÃO DE RISCO

O Programa facilitou a colaboração da CEDEAO com o Centro de Serviço Científico da África Ocidental sobre Mudanças Climáticas e Uso Adaptado do Solo (WASCAL), uma organização científica alavancada nas principais universidades de 10 países na África Ocidental. Em conjunto com outros parceiros, o WASCAL conduziu uma análise dos perigos de inundação, vulnerabilidades e exposição nos 15 países da CEDEAO, focando-se em pontos de inundação frequente e nos riscos de inundação transfronteiriços. Os mapas de perigo de inundação e exposição foram criados para diferentes períodos de retorno, com base nos dados da rede de drenagem hidrológica e em dados geográficos e topográfico de fonte aberta. Os mapas de perigo inundação, baseados numa abordagem de altura acima da drenagem mais próxima (HAND), fornecem uma visão geral sobre as áreas expostas aparelhos inundação. No entanto, seriam necessários mais dados modelos e com maior nível de detalhe para refinar os mapas de perigo inundação que consideram a precipitação efetiva e escoamento, fatores que originam inundações nos sistemas fluviais da África Ocidental. Não obstante, os mapas de perigo de inundação e exposição para a formulação da Política de Gestão de Riscos de Inundações da CEDEAO e para o processo de consulta que levou à sua adoção em 2021.

Partindo do mapeamento de perigos de inundações, foi preparada uma análise de previsão de inundações com base em diferentes modelos de previsão a nível regional. Foi estabelecida uma prova de conceito para um modelo de previsão

de inundações regional e de fonte aberta, com o objetivo de - eventualmente - implementar um observatório de inundações. Em 2020, o Programa apoiou a CEDEAO na contratação da AGRHYMET, o centro agro-hidrometeorológico regional do Comitê Interestadual Permanente para Controle da Seca no Sahel (CILSS), para dar formação e estabelecer o observatório. Desde 2021, a CEDEAO tem a capacidade de aceder aos produtos e serviços de previsão de inundações da AGRHYMET ao abrigo do projeto FANFAR (Previsões Operacionais de Inundações e Alertas na África Ocidental¹). Nesta matéria, o Programa reforçou a colaboração operacional e técnica entre a CEDEAO, o WASCAL e o AGRHYMET para gestão de inundações.

B. TRABALHO ANALÍTICO HYDROMET

O Programa apoiou o desenvolvimento da Iniciativa Hydromet da CEDEAO, adotada pelos Ministros encarregues das pastas da meteorologia, hidrologia e GRD em 2021. A iniciativa apelou ao esforço conjunto de governos, do setor privado e dos parceiros de desenvolvimento para aumentar o apoio aos serviços de hidrometeorologia e de alerta precoce na região. Baseia-se na análise das lacunas e necessidades dos 15 países da CEDEAO. A consulta dos Estados-Membros e das organizações regionais decorreu entre 2019 e 2020, com a oficina de validação a ser realizada em Dacar, no ano de 2020. O estudo técnico foi complementado por uma análise económica dos benefícios e custos do investimento em serviços de hidrometeorologia e alerta precoce. A análise concluiu que cada dólar investido em serviços de hidrometeorologia na África Ocidental poderia obter um retorno de entre 7 e 10 dólares. Para garantir a aplicação dos padrões da WHO, o Programa facilitou a supervisão técnica desta entidade no desenvolvimento da iniciativa e da Estratégia de Gestão de Inundações.

C. PARTILHA DE CONHECIMENTO REGIONAL E FÓRUMS HYDROMET

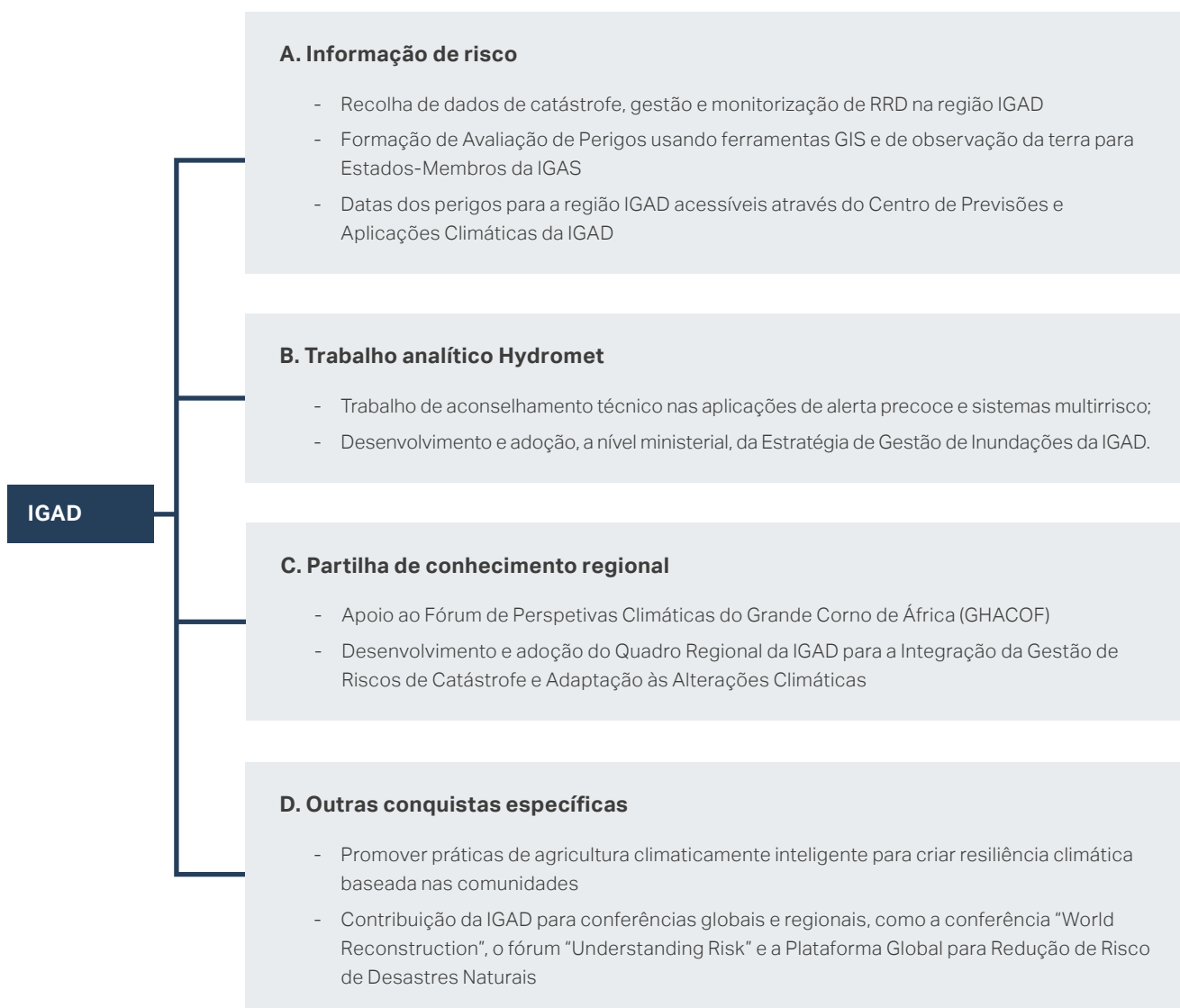
O Programa apoiou a CEDEAO na sua convocatória dos representantes de governos nacionais, entidades regionais, organizações de bacias fluviais, agências da ONU, parceiros de desenvolvimento, setor privado e sociedade civil, em 2018 e 2021, para os Fóruns Hydromet da CEDEAO e para as Plataformas de RRD Sub-regionais. As reuniões foram organizadas pela CEDEAO e pelo Banco Mundial, em parceria com a WHO, com a colaboração dos governos da Costa do Marfim e da Gâmbia, respetivamente. Em 2018, mais de 250 participantes reuniram-se no primeiro fórum, em Abidjan, tendo pedido a implementação de uma iniciativa de hidrometeorologia e de instrumentos políticos para gerir os riscos de inundações na África Ocidental. Devido à pandemia de Covid-19, o segundo fórum decorreu virtualmente, em 2021, contando com mais de 500 participantes. Os ministros encarregues das pastas de meteorologia, hidrologia e GRD estiveram presente no evento, tendo adotado a Iniciativa Hydromet da CEDEAO, a Estratégia de Gestão de Risco de Inundação e o Plano de Ação e Estratégia de Género. Adicionalmente, o Programa apoiou a reunião de coordenação regional dos diretores de serviços nacionais de meteorologia e hidrologia dos 15 Estados-Membros, que decorrem na Monróvia, Libéria, em outubro de 2019.

D. OUTRAS CONQUISTAS ESPECÍFICAS

A CEDEAO participou em vários fóruns globais e regionais, tais como a Conferência “World Reconstruction” e o Fórum Hydromet África, ambos em 2017, e no Fórum “Understanding Risk”, em 2018, para um trocar impressões sobre boas-práticas e o mais recente conhecimento de GRD com especialistas de nível global. Além disto, a CEDEAO participou, em 2020 e 2021, em várias conferências virtuais, como a conferência virtual “Understanding Risk”, onde o trabalho do CEDEAO na gestão de inundações foi debatido.

¹ Pode ser encontrada mais informação a respeito em www.fanfar.eu

IGAD



A. INFORMAÇÃO DE RISCO

O Programa apoiou a IGAD na implementação e reforço de mecanismos consultivos, com especial relevo para o Comité de Consultoria Técnica (CAT), que facilitou um diálogo de partilha de experiências entre os países da IGAD acerca de desastres naturais e riscos climáticos, assim como a forma como estes são geridos na região. O Programa também deu apoio à IGAD para organizar o Fórum de Perspetivas Climáticas do Grande Corno de África (GHACOF), bianualmente durante o projeto. Os fóruns contaram com a participação de cientistas, decisores políticos, membros do parlamento, especialistas da IGAD, líderes locais e membros dos CAT de GRD, tendo-se focado no desenvolvimento de planos de contingência baseados nas previsões climáticas para a região.

Através do Programa, a IGAD organizou também formações de avaliação de perigos usando ferramentas GIS e de observação da terra. Esta atividade foi implementada por oito países da região.

B. TRABALHO ANALÍTICO HYDROMET

Com sede em Nairobi, o Centro de Previsões e Aplicações Climáticas da IGAD (ICPAC) é uma instituição especializada da IGAD que fornece serviços e ferramentas de clima, incluindo monitorização e previsão climática, a governos, economias e comunidades na região. O ICPAC é o Centro Climático Regional (RRC) designado pela WHO para a zona da África Oriental, abrangendo 11 países. É uma importante ferramenta que auxilia a IGAD, tendo como foco a monitorização de perigos e EWS, mapeamento de inundações e secas — os perigos mais comuns na região. O Centro de Dados Climáticos do ICPAC fornece produtos de dados de fonte aberta, incluindo as áreas de clima (dados históricos e previsões), ambiente e agricultura. A sua biblioteca de dados climáticos é um repositório de dados livremente acessível na web, sendo uma ferramenta analítica ao dispor de todos. Pode ser encontrada mais informação a respeito aqui (<http://digilib.icpac.net/>).

O Programa apoiou o ICPAC na discussão e disseminação de previsões sazonais para a região, através do GHACOF, tendo permitido ao grupo monitorizar a informação de alerta precoce atempadamente, coordenando a informação entre todos os intervenientes. Outra característica importante do GHACOF são os seus serviços de consultoria aos utilizadores finais nos setores envolvidos no desenvolvimento sustentável e crescimento económico.

C. PARTILHA DE CONHECIMENTO REGIONAL

O Programa facilitou a colaboração entre a IGAD e a UNDRR no programa “Monitor e Bases de Dados de Perdas em Catástrofe do Quadro de Ação de Sendai (DesInventar) — Acelerar a recolha de dados, gestão e monitorização de RRD na região IGAD” para partilhar conhecimentos e experiências, debater metodologias, aferir progressos e identificar desafios, melhorando a disponibilidade e a utilização de dados pertinentes a perdas e danos por catástrofe na região.

D. OUTRAS CONQUISTAS ESPECÍFICAS

O Programa permitiu também à IGAD colaborar com a Cruz Vermelha do Quênia na implementação da Iniciativa de Agricultura Climaticamente Inteligente, para criar resiliência para as 6500 pessoas afetadas pela seca em Kulan, a este do Quênia. A iniciativa tinha como objetivo abordar as ameaças causadas pelas alterações climáticas na estabilidade e produtividade agrícola das regiões frágeis, tais como as do Corno de África. Em virtude dos riscos climáticos e agro-ecológicos, preservar a segurança alimentar requer que os sistemas de produção agrícola aumentem a sua produtividade e se adaptem a uma variabilidade de baixo rendimento.

A IGAD produziu também um documentário destacando os principais perigos que afetam a região, assim como a importância da GRD. O documentário foi criado usando documentação sobre o impacto do Programa nas várias localidades da região.



Peter Kapuscinski / Banco Mundial. Mulher carrega água do Lago Vitória na Praia Dunga em Kisumu, Quênia. 2015. Imagem online. Flickr.

SADC



A. INFORMAÇÃO DE RISCO

O Programa apoiou o desenvolvimento de um sistema de gestão de informação regional, para facilitar a troca de informação entre Estados-Membros e com o Secretariado da SADC. Foi criado um portal online, que fornece uma visão geral dos contactos principais dos Estados-Membros, assim como informações de risco e questões legislativas e institucionais. O trabalho de formação foi também possibilitado com o apoio do Programa, versando sobre risco urbano e resiliência, através dos serviços do Centro DIMSUR da UNHABITAT e da colaboração de investigação prática da Universidade North-West da África do Sul.

B. TRABALHO ANALÍTICO HYDROMET

Em 2020 e 2021, foi conduzida uma análise regional sobre o estado e o fortalecimento dos serviços de meteorologia, clima, hidrologia e alerta precoce na África Austral, através da recolha de dados e de consultas aos Estados-Membros, bem como a organizações globais, de bacias fluviais e regionais. Esta avaliação inclui a análise meteorológica e um quadro de investimento regional para reforçar e modernizar estas valências, provendo orientações para o envolvimento do setor privado e para a colaboração com universidades. As conclusões do relatório foram validadas através de várias oficinas virtuais intranacionais e regionais. Devido às restrições impostas pela pandemia de COVID-19, o trabalho analítico foi conduzido por intermédio de oficinas virtuais, questionários online e ferramentas colaborativas de mapeamento remoto.

C. PARTILHA DE CONHECIMENTO REGIONAL E FÓRUNS HYDROMET

O Programa facilitou a organização do primeiro Fórum Hydromet da SADC, organizado virtualmente pelo Secretariado da SADC, pelo Banco Mundial e pela WMO em 2021. O Fórum deu continuidade a outros eventos de intercâmbio de conhecimento apoiados pelo Programa, incluindo a Conferência RRD da SADC, que decorreu em Pretória no ano de 2018, e aos Fóruns Hydromet na África Ocidental e Central, em 2018 e 2021. O Fórum Hydromet da SADC contou com mais de 340 participantes online, para debater assuntos relacionados com o estado atual e o caminho a percorrer pelos serviços de hidrometeorologia da região, assim como para trabalhar conjuntamente com o setor privado e as instituições académicas para reforçar esses serviços.

O Programa apoiou o Centro de Serviços Climáticos da SADC na organização do Fórum de Perspetivas Climáticas Regional da África Austral (SARCOF), em 2017, com o objetivo de disseminar as conclusões das perspetivas climáticas sazonais junto de especialistas regionais e decisores políticos. Foram organizadas também várias reuniões de prontidão para desastres naturais sazonais, de forma a melhorar a prontidão de resposta a catástrofes.

Em parceria com a rede de universidades PeriPeriU, sediada na Universidade Stellenbosch da África do Sul, foi organizada, no início de 2021, uma formação virtual sobre a avaliação de risco e a utilização da informação de risco em contexto prático. Mais de 40 especialistas dos Estados-Membros da SADC aderiram à formação online, que contou com a acreditação da Universidade Stellenbosch, permitindo que os participantes com aproveitamento recebessem créditos académicos.

D. OUTRAS CONQUISTAS ESPECÍFICAS

Sendo uma das regiões em mais rápido processo de urbanização em todo o mundo, e albergando duas das megacidades africanas (Kinshasa na RDC e Gauteng (área Pretória-Joanesburgo) na África do Sul), a compreensão mais aprofundada dos percursos de risco urbano e da resiliência urbana reveste-se de especial importância na SADC. O Programa permitiu que o Secretariado da SADC colaborasse com a UNHABITAT numa análise regional sobre os percursos de risco urbanos, as tendências de urbanização e as oportunidades de criação de resiliência urbana. A análise complementou os trabalhos de Planeamento de Ações para Cidades Resilientes (CityRAP) em seis cidades da África Austral. Os resultados foram apresentados no Fórum "Understanding Risk" de 2020, tendo sido disseminados através de uma formação para formadores em George, África do Sul, nesse mesmo ano. As conclusões da investigação prática sobre resiliência urbana foram sintetizadas numa nota política, produzida em colaboração com a Universidade North-West, a Universidade do Botswana e a ONG "Development Initiative Networks" do Malawi.

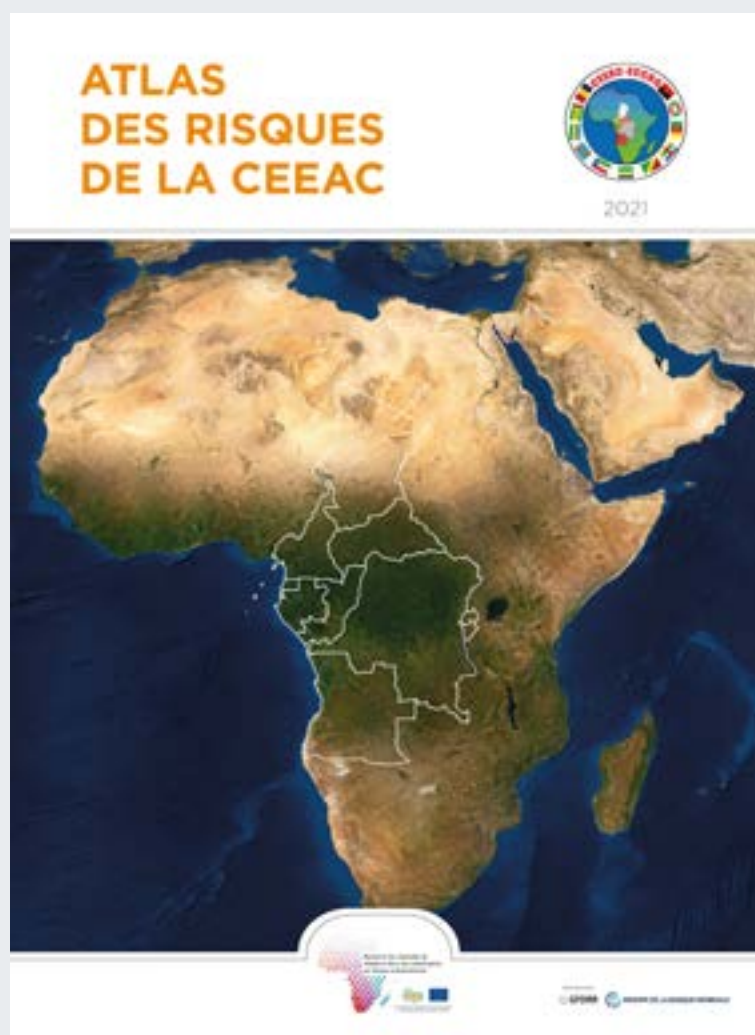
O Programa também permitiu que o Secretariado da SADC participasse em vários fóruns globais, como o "Understanding Risk" de 2018, na Cidade do México. Estes eventos facilitaram a troca de conhecimento e a partilha de experiências com especialistas de classe mundial sobre boas-práticas nos vários aspetos da GRD.

3.2 CASOS DE ESTUDO NO ÂMBITO DE “REFORÇAR O CONHECIMENTO REGIONAL SOBRE PERIGOS, VULNERABILIDADES E RISCO DE CATÁSTROFE”

CASO DE ESTUDO: AVALIAÇÃO REGIONAL DE PERIGOS, VULNERABILIDADES E RISCOS NA ÁFRICA CENTRAL

Para dar continuidade ao impulso da região em reforçar o conhecimento regional sobre GRD, a CEEAC desenvolveu uma avaliação regional de perigos, vulnerabilidades e riscos, assim como um atlas, para consolidar e melhorar a base de conhecimento sobre riscos de desastre na África Central. Para apoiar esta empreitada, os perigos e as vulnerabilidades em todos os Estados-Membros da CEEAC foram mapeados em várias escalas geográficas.

A avaliação fornece informação essencial para os decisores políticos sobre exposição e vulnerabilidade, identificando áreas de importância regional como as de risco de catástrofe transfronteiriço. É uma ferramenta única, para ajudar a aumentar a conscientização pública e governamental sobre perigos, vulnerabilidades e riscos. O atlas contextualiza os perigos, introduzindo uma série de abordagens e mapas que explicam os riscos, as suas consequências e os fatores determinantes de ordem física, sociocultural, histórica e geográfica. Também apresenta mapas com os principais perigos e sintetiza os maiores riscos, incluindo “visões em profundidade” acerca das 20 principais cidades.



Ao identificar as zonas de perigo transfronteiriças, esta avaliação e o seu atlas ilustram a forma como os riscos se propagam através das fronteiras, dando também ênfase à importância da coordenação regional e da resposta de gestão de risco.

Devido à pandemia de Covid-19, a oficina de apresentação dos resultados foi organizada virtualmente em 2021. Essa oficina reuniu especialistas técnicos e grupos de foco setoriais provenientes dos 11 Estados-Membros, das autoridades fluviais e de universidades. O encontro dos 40 participantes melhorou o entendimento dos intervenientes regionais sobre as avaliações de vulnerabilidade e de risco, assim como a sobre a forma de utilização da base de dados e do atlas para formular políticas e planos.

O apoio do Programa garantiu que todos os dados são de acesso livre, com base em camadas de GIS, para uso não-comercial e por organizações públicas e privadas. O Programa também complementa o Sistema de Informação Hídrica.

CASO DE ESTUDO: ESTRATÉGIA DE GESTÃO DE RISCO DE INUNDAÇÃO REGIONAL DA CEDEAO

A Estratégia de Gestão de Risco de Inundação Regional da CEDEAO foi desenvolvida para reforçar a coordenação e capacidade de gestão de riscos de inundações. Ele dá orientação para ações comuns, estando alinhado com vários quadros contextuais, incluindo o Plano de Ação para RRD da CEDEAO (2015-2030). A estratégia dá ainda orientações de gestão de risco de inundação às organizações intergovernamentais, Estados-Membros e os seus serviços nacionais, assim como organizações de bacias fluviais. Com base na análise das políticas de gestão de inundações e no mapeamento dos pontos frequentes de inundação na África Ocidental, o seu objetivo é dirimir as lacunas de conhecimento e governança a nível regional e nacional.

A formulação da Estratégia foi precedida de um processo de consulta, tendo culminado na reunião de validação regional em Dacar, Senegal, no ano de 2020. A estratégia foi adotada pelos Ministros encarregues das pastas da meteorologia, hidrologia e GRD em 2021. Um especialista do WASCAL comentou que **“somente pelo facto de estarem reunidos representantes de cada organização na mesma sala, podemos construir uma pequena rede [de colaboração] e manter o diálogo aberto.”** Com os olhos postos na implementação da estratégia, esse mesmo especialista acrescentou que **“cada Estado-Membro tem diferentes níveis de capacidades no que toca a infraestruturas e contextos institucionais para lidar com inundações. É importante apoiar os Estados-Membros com formação e acesso a informações de risco localizadas, permitindo-lhes implementar as ações. Trabalhar de forma colaborativa em toda a região permite, assim, construir o suporte político necessário e a responsabilização mútua.”**

CASO DE ESTUDO: INICIATIVA DE AGRICULTURA CLIMATICAMENTE INTELIGENTE NO QUÊNIA

Com os recursos do Programa e a supervisão técnica do Banco Mundial, o Centro de Previsões e Aplicações Climáticas da IGAD incumbiu a Sociedade da Cruz Vermelha do Quênia do lançamento de um projeto-piloto de agricultura climaticamente inteligente em Kulan, a este do Quênia, no ano de 2018. O objetivo desta iniciativa é melhorar a resiliência dos agricultores ao clima e aos riscos de catástrofe, criando abordagens inovadoras para dar resposta à insegurança alimentar.

A iniciativa deu formação sobre práticas agrícolas climaticamente inteligentes a 203 agricultores (incluindo 118 mulheres e 79 homens), entre 2017 e 2019, em áreas como gestão do solo, ecossistemas resilientes e produtividade hídrica. Promoveu também colheitas resistentes à seca, como o sorgo e o milho-painço (millet), introduzindo a agrossilvicultura com fins nutricionais. Também providenciou rendimento adicional através de frutas e vegetais (melancias, tomates e cebolas) e através de terrenos de demonstração ativa da agricultura climaticamente inteligente. Para uma comunidade pastorícia que pratica uma agricultura de subsistência, estas alterações implicaram muito desenvolvimento de competências.

“Houve momentos desafiantes — especialmente quando foi necessário convencer os agricultores a experimentar culturas com as quais não estavam familiarizados e a passar para novos sistemas de irrigação,” disse Eva Wanjiku, da Cruz Vermelha do Quênia.

Apesar dos desafios inerentes às más estradas, insegurança regional e hesitação inicial dos agricultores, a comunidade abraçou o projeto e envolveu-se na agricultura climaticamente inteligente. A iniciativa ajudou a comunidade local a adaptar-se à nova realidade das secas prolongadas, tirando ao mesmo tempo partido do potencial agrícola sub-explorado da região. Ao aprender com as previsões climáticas e meteorológicas apresentadas no GHACOF, a IGAD conseguiu disponibilizar serviços climáticos de suporte, para ajudar os agricultores a planear melhor as suas colheitas e fazerem escolhas mais informadas.

No final, a iniciativa resultou num aumento da produtividade, do rendimento e dos benefícios nutricionais.

“Este projeto revolucionou o rendimento dos agricultores”, disse Wanjiku.

CASO DE ESTUDO: PLANEAMENTO DE RESILIÊNCIA URBANA NA ÁFRICA AUSTRAL

As cidades em mais rápido crescimento em África são intervenientes essenciais na resiliência climática e a desastres naturais. Isto é especialmente verdade na África Austral, uma região em rápida urbanização, onde encontramos duas megacidades africanas - Kinshasa e Guateng (área Pretória-Joanesburgo). A demanda da população e do crescimento urbano ultrapassaram a capacidade das autoridades locais e nacionais para prover infraestruturas, o que resultou em aglomerações informais. Estas aglomerações tendem a situar-se em áreas com grande exposição a perigos naturais, enfrentando os impactos do clima cada vez mais severo.

Neste contexto, o Programa incumbiu o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos, através do seu Centro Técnico para GRD, Sustentabilidade e Resiliência Urbana (DIMSUR) em Moçambique, de fornecer apoio analítico e de desenvolvimento de competências para a resiliência urbana na África Austral. O Programa apoiou o planeamento de resiliência em seis cidades da África Austral: Lusaca e Chipata (Zâmbia), Lilongwe (Malawi), Dondo (Moçambique), Fomboni (Comores) e Mutare (Zimbábue), através da metodologia de Planeamento de Ações para Cidades Resilientes (CityRAP), uma ferramenta de planeamento participativo para distritos pequenos e médios dentro de grandes cidades.

A ferramenta CityRAP envolve as autoridades citadinas e os membros da comunidade num trabalho conjunto para identificar os assuntos urbanos mais prementes a necessitar de intervenção nas áreas das infraestruturas, gestão de resíduos, fornecimento de água, drenagem, pontes, diques e reflorestação. O resultado final é um documento de planeamento, chamado Quadro de Ação para Cidades, que destaca as prioridades para a resiliência urbana. A formação complementar ajuda as cidades a traduzir este plano em propostas de projetos financiáveis, para depois serem apresentadas a doadores ou empresas privadas para patrocínio.

O sucesso da ferramenta CityRAP não reside na localização de esforços de GRD, mas sim no seguimento de uma abordagem vertical que influencie a coordenação de GRD nacional e regional. Apesar dos desafios, a iniciativa CityRAP foi acolhida com grande interesse pelos municípios e comunidades que a implementaram. Por exemplo, a ferramenta CityRAP foi instrumental em redirecionar o foco da cidade de Mutare, no Zimbábue, para uma abordagem holística e inclusiva à RRD. Como sinal disto, o slogan consensualmente adotado pelos representantes das comunidades beneficiárias para a fase pioneira do processo CityRAP foi: "o que é para nós, sem o nosso envolvimento, não é para nós".

Kimberly Sithole, Presidente da Equipa de Resiliência Urbana, comentou: ***"A ferramenta CityRAP colocou a cidade em posição de desempenhar um papel de liderança na definição da agenda para o desenvolvimento de locais urbanos verdadeiramente resilientes, com o apoio da população beneficiária pró-ativa e o compromisso dos intervenientes."*** Da mesma forma, o CityRAP foi implementado em Lusaca, no ano de 2019, tendo levado a conversações proveitosas entre os residentes e os grupos de foco municipais, conduzindo a uma "vontade de abordar estes assuntos em conjunto e ver com mais atenção as perspetivas uns dos outros."

A iniciativa revelou uma grande procura das cidades e distritos municipais pela ferramenta. Apesar de a resiliência urbana ser um conceito complexo, o processo CityRAP permite que todos os intervenientes, incluindo os beneficiários, tenham uma maior consciência dos problemas e desafios.



Programa UN Habitat CityRAP, África do Sul



4. CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS E INVESTIGAÇÃO PRÁTICA

A'Melody Lee / Banco Mundial. Instalação de processamento de chá em Kitabi. 2013. Imagem online. Flickr.

4. CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS E INVESTIGAÇÃO PRÁTICA

RESULTADO EXPECTÁVEL Nº3: HOVE UMA MELHORIA DA COOPERAÇÃO E LIGAÇÃO ENTRE AS CERS E AS INSTITUIÇÕES DE INVESTIGAÇÃO E CENTROS TÉCNICOS GLOBAIS, REGIONAIS E NACIONAIS, PARA REFORÇAR AS GRD E INTEGRÁ-LAS NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL;

A África Subsariana tem um panorama diverso no que toca às universidades e instituições académicas. Algumas universidades reuniram esforços para fazer avançar a investigação e o desenvolvimento de competências em áreas específicas, como a investigação climática, gestão de recursos hídricos e RRD. A PeriPeriU, por exemplo, é uma rede continental de universidades — organizada pela Universidade Stellenbosch na África do Sul — que promove o desenvolvimento de competências para RRD. Como tal, o Centro de Serviço Científico da África Ocidental sobre Mudanças Climáticas e Uso Adaptado do Solo (WASCAL) é uma rede de universidades espalhadas por 10 países da África Ocidental, que encoraja a investigação conjunta e o desenvolvimento de competências em assuntos práticos relativos às alterações climáticas.

Uma das principais conquistas do Programa tem sido a facilitação da investigação prática e do apoio técnico prestado às CERS, ao incluir estas redes e universidades no processo. O Programa ajudou também a substituir formações fragmentadas por programas de desenvolvimento de competências mais sistemáticos.

4.1 PRINCIPAIS CONQUISTAS DAS CERS EM RELAÇÃO AO RESULTADO EXPECTÁVEL Nº 3

As atividades de investigação e desenvolvimento de competências apoiadas pelo Programa foram multifacetadas. Elas incluíram programas de formação ministrados por universidades, no âmbito da GRD e dos campos relacionados; oportunidades de estágio para estudantes de mestrado e licenciados na CEEAC e CEDEAO; assim como formação adaptada em avaliação de risco, usando o GIS e a observação da terra, na IGAD; e investigação prática com redes de comunicação académica, em parceria com as universidades sul-africanas de North-West e Stellenbosch, na SADC.

Além disto, os estudantes de mestrado e os jovens licenciados estiveram presentes na primeira Conferência RRD da SADC, no Fórum Hydromet da CEDEAO e no Fórum Hydromet da CEEAC em 2018. Isto fez com que ficassem expostos às melhores práticas de GRD das suas regiões e com que aproveitassem a oportunidade para estabelecer ligações e transferir conhecimento, assim como de crescessem profissionalmente.



Isabelle Forge/ Banco Mundial. 2020.

CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS E INVESTIGAÇÃO PRÁTICA

CEEAC

- Receber 6 estudantes de mestrado, em parceria com 6 universidades na África Central;
- Apoio à implementação de atividades de GRD na África Central, através de um programa de desenvolvimento de competências de RRD que envolve especialistas e intervenientes-chave.

CEDEAO

- Colaboração e investigação prática com o Centro de Serviço Científico da África Ocidental sobre Mudanças Climáticas e Uso Adaptado do Solo (WASCAL);
- Apoio a estágios e formação "no trabalho" para licenciados do WASCAL;
- 2 formações presenciais com o WASCAL e o CILSS/AGRYMET;
- 2 formações online com o WASCAL sobre aplicações GIS para gestão de inundações;
- Contribuições da Université Felix Houphouët Boigny (Abidjan, Costa do Marfim).

IGAD

- Fórum de Perspetivas Climáticas do Grande Corno de África
- Formação regional sobre RRD para jornalistas e técnicos de GRD;
- Condução de formações regionais pela IGAD para coordenadores de monitorização Sendai, em colaboração com a UNDRR;
- Colaboração da IGAD e do ICPAC para serviços climáticos em 11 países da África Oriental e do Corno de África;
- CCT de GRD da IGAD.

SADC

- Colaboração com universidades, incluindo a Universidade North-West, Universidade do Botswana e a rede PeriPeriU (Universidade Stellenbosch);
- 3 programas de formação presencial para especialistas;
- 1 formação online sobre avaliações de risco na Stellenbosch;
- Relatório analítico sobre a colaboração académica para RRD;
- Contribuição de estudantes licenciados para a Conferência de RRD da SADC, que teve lugar em Pretória no ano de 2018.

CEEAC

O Programa facilitou o programa de estágios para estudantes de mestrado, em parceria com seis universidades da África Central, do Burundi, Camarões, República Centro Africana, Chade, República do Congo e RD Congo. Também ajudou a implementar um programa de investigação prática e formação com universidades regionais, assim como um consórcio internacional de investigação composto pelo Instituto Francês de Investigação para o Desenvolvimento (IRD - Institut de Recherche pour le Développement), o Centro de Pesquisa e Documentação Fevereiro de 74 (Centro di Ricerca e Documentazione Febbraio '74), a Universidade de Buéa (Camarões), que integra a rede de universidades PeriPeriU, e o Centro Climático da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho Internacional (IRC). Adicionalmente, um módulo de treinamento sobre GRD e perigos na África Central foi desenvolvido, tendo sido delineado o currículo do Programa de Mestrado em GRD.

CEDEAO

Ao abrigo do Programa, o Centro de Serviço Científico da África Ocidental sobre Mudanças Climáticas e Uso Adaptado do Solo (WASCAL) — em conjunto com outros parceiros científicos, como a Universidade Federal de Tecnologia Akure (FUTA), na Nigéria, e o Centro de Investigação Científica e Industrial (CSIR), no Gana — apoiou, entre 2018 e 2021, atividades de investigação prática e de desenvolvimento de competências na região CEDEAO. A equipa de especialistas destas universidades providenciou investigação aplicada e trabalho analítico para o mapeamento de perigos de inundações, para identificar as melhores práticas de previsão de inundações e conduzir análise e investigação sobre políticas. No total, foram ministrados quatro cursos de formação, presencialmente e online, sobre gestão de risco de inundações e sistemas de informação geográfica aplicada. O programa de formação foi complementado pela parceria entre a CEDEAO e o AGRHYMET.

IGAD

A IGAD deu apoio à formação regional sobre RRD para jornalistas e técnicos de GRD. Foi também ministrada uma sessão de treinamento para especialistas e delegados de monitorização regional do Quadro de Ação de Sendai, em colaboração com a UNDRR. Adicionalmente, a IGAD conduziu uma formação regional sobre avaliação de riscos de catástrofe, monitorização e EWS, assim como oito formações (em oito países) sobre avaliação de perigos utilizando ferramentas de GIS e de observação da terra.

SADC

Foram implementados dois programas de investigação prática e de colaboração com a Universidade North-West (África do Sul), Universidade do Botswana, a ONG “Development Initiatives Networks” do Malawi, assim como com a rede de universidades PeriPeriU, organizada pela Universidade Stellenbosch (África do Sul). A colaboração com a equipa de especialistas, liderada pela Universidade North-West, focou-se em três cursos de formação de uma semana sobre EWS, governança de RRD e resiliência urbana. Além disto, a investigação prática envolveu sondagens extensas e a produção de documentos de políticas nesta área. A colaboração com a rede de universidades PeriPeriU focou-se no “networking” académico. Por fim, os licenciados e estudantes de mestrado da Universidade North-West desempenharam um papel preponderante no apoio à primeira Conferência RRD da SADC, que decorreu em Pretória no ano de 2018.

4.2 CASOS DE ESTUDO NO ÂMBITO DA “CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS E INVESTIGAÇÃO PRÁTICA”

CASO DE ESTUDO: CONSTRUÇÃO REGIONAL DE COMPETÊNCIAS E INVESTIGAÇÃO PRÁTICA NA ÁFRICA CENTRAL

O Programa apoiou o desenvolvimento de uma Iniciativa de Suporte à Construção de Competências para RRD, envolvendo 60 especialistas e intervenientes-chave de governos, academia, sociedade civil, mídia e setor privado. Foram organizadas duas oficinas em Douala (Camarões) e Libreville (Gabão) no ano de 2020. As apresentações técnicas e as atividades interativas focaram-se na análise de perigos específicos, envolvendo as comunidades na prontidão e resposta a desastres naturais usando ferramentas de modelagem para suportar a tomada de decisões no cenário da resiliência a desastres naturais. Foi também conduzida uma visita de campo ao observatório ambiental Tongo Bassa, gerido pela equipa do projeto Douala, Cidade Sustentável, para observar as várias ferramentas usadas na monitorização e prevenção dos riscos de inundação.

Um dos principais sucessos da iniciativa foi a organização de uma atividade de troca de conhecimento Sul-Sul sobre GRD, para partilhar as melhores práticas implementadas pelos profissionais de GRD. Os participantes tiveram a oportunidade de partilhar as suas experiências, que abrangem desde os serviços de previsão até aos produtos de conhecimento relativos às populações em risco de catástrofe.

Marie Temoifo Nkon, Representante da Sociedade Civil para o Género e a Juventude e Diretora Executiva da Associação Jeunesse Verte du Cameroun (Juventude Verde dos Camarões), disseminou as boas-práticas pela sua rede em 2020, através de várias apresentações. Ela explica que:

“ENQUANTO COORDENADORA DA REDE, EU NÃO SABIA O QUE SE ESTAVA A PASSAR NO ÂMBITO DA GRD. NO NOSSO NÍVEL, FOCAMO-NOS MAIS NAS FLORESTAS E NA BIODIVERSIDADE. A GRD E A RRD ESTÃO, GERALMENTE, RESERVADAS PARA AS PESSOAS COM ALTO GRAU DE ESPECIALIZAÇÃO E FORMAÇÃO TÉCNICA, PELO QUE NEM SEMPRE SÃO TEMAS MUITO INCLUSIVOS. ESTA FORMAÇÃO DEU-ME A OPORTUNIDADE DE APRENDER OS CONCEITOS BÁSICOS DE GRD, PODENDO PARTILHÁ-LOS AO LONGO DA MINHA REDE. QUANTOS MAIS EVENTOS DESTES FIZERMOS, MAIOR SERÁ A PARTICIPAÇÃO. DEPOIS, COLOCAMOS OS GRUPOS DE FOCO RRD EM CONTACTO COM AS REDES DE JUVENTUDE E DE GÉNERO, PARA QUE POSSAM PROSSEGUIR COM AS SUAS CONVERSAS DIRETAS.”

Estas oficinas são a primeira abordagem da contribuição da CEEAC para o desenvolvimento de competências de RRD/GRD nos países da África Central, mas Marie Tamoifo espera que estas sessões de formação se manifestem rapidamente na forma de ações tangíveis nas comunidades. **“Espero ver que as decisões estão a ser tomadas e que o trabalho está a ser feito, tornando-se visível no terreno e impactando a vida das pessoas”,** disse ela. **“No geral, o programa tem reforçado a nossa capacidade de compreender o que está em jogo, mas gostaríamos de lhe dar seguimento através de ações mais tangíveis.”**

A Comissão da CEEAC também acolheu seis estudantes de mestrado, provenientes de seis universidades dos Estados-Membros, dando-lhes oportunidades de estágio em trabalhos de RRD e adaptação climática. Com o apoio dos seus supervisores académicos, os estudantes apresentaram seis teses em tópicos como “Resiliência urbana: Vulnerabilidade das populações aos riscos de inundação e deslizamento de terras (Caso de Libreville).” Os estágios deram aos estudantes uma experiência no terreno, permitindo-lhes adquirir competências práticas em RRD, AAC e políticas regionais. Ao frequentarem oficial regional e investigarem sobre temas críticos de RRD, os estudantes alargaram também a sua compreensão acerca dos desafios enfrentados pelos seus países e pela região.

Vários estagiários compartilharam as suas experiências:

“Este estágio mudou a minha percepção sobre a gestão de RRD. O conhecimento que adquiri permitiu-me conscientizar os meus parentes acerca da atenção especial que deve ser dada à RRD, explicando-lhes as causas e consequências de muitos desastres naturais que ocorrem a nível sub-regional. No final, espero contribuir para achatar a curva do progresso da RRD na África Central, fazendo campanha por ações mais saudáveis e responsáveis para as populações do meu país e na sua sub-região”, disse Janvier Biol Ndeyimana, um estagiário do Programa oriundo do Burundi.

“O meu estágio na CEEAC foi um sucesso, e ajudou-me a compreender as questões relacionadas com género, mas sobretudo deu-me uma visão geral sobre as ligações entre o género e as alterações climáticas”, disse Eunice Kasuma Mbuy, uma estagiária do Programa oriunda da República Democrática do Congo.

“Graças a este estágio participámos em várias reuniões de trabalho e oficinas sub-regionais, o que nos permitiu obter uma visão regional da GRD. Sinto-me capacitada para aplicar estas aprendizagens no meu país e na sub-região, para que estes riscos sejam minimizados”, disse Georgia Paola Charline Nguenendji Kizzo, uma estagiária do Programa oriunda da República Centro Africana.

“Trabalhei com a equipa de GRD, o que facilitou a minha investigação, uma vez que tive acesso a documentos estratégicos e pude conhecer as pessoas envolvidas na gestão de riscos e desastres naturais. Todas essas aprendizagens me deram uma visão para trabalhar na RRD em Brazzaville, ajudando o meu país que está exposto a riscos de catástrofe”, disse Edvan Seydel Mbete Matondo, estagiário do Programa oriundo do Congo.

CASO DE ESTUDO: INVESTIGAÇÃO PRÁTICA DE RRD E “NETWORKING” ACADÉMICO NA ÁFRICA AUSTRAL

Entre 2017 e 2019, o Programa financiou a Universidade North-West (NWU), em conjunto com a Universidade do Botswana e a “Development Initiative” do Malawi (uma ONG que trabalha para reduzir a pobreza e criar mudanças duradouras nas comunidades vulneráveis), para apoiar programas de investigação prática e de formação de especialistas dos Estados-Membros da SADC.

Uma equipa de investigadores desenvolveu três artigos de pesquisa e três sessões de formação em torno dos principais tópicos de RRD, incluindo orçamentação do setor público, EWSs multirrisco e planeamento de RRD urbano. Os artigos foram revistos entre pares, tendo visto as suas conclusões validadas em oficinas regionais. A formação foi um verdadeiro sucesso. Os cursos obrigaram as pessoas a “sair da zona de conforto” e foram “uma experiência de aprendizagem particularmente boa”, disse Livhuwani Nemaconde, investigador-principal na Universidade North-West e co-chefia do projeto.

Ajudaram também a criar uma “rede” de profissionais de RRD. No seguimento das sessões, foram criados vários grupos de WhatsApp — que são, ainda, usados — pelos profissionais para partilhar informações, dados e alertas precoces. Estes grupos foram amplamente usados durante os ciclones Idai e Kenneth, que afetaram a África Austral em abril de 2019. ***“Sempre que existem problemas relacionados com desastres naturais num país, os profissionais partilham-nos na plataforma e enviam informação entre si. É uma espécie de comunidade prática”,*** diz Nemaconde. ***“É um excelente exemplo de como as pessoas se podem organizar sozinhas se tiverem um interesse comum. Ainda assim, o desafio para o futuro será manter este “ímpeto” acesso”,*** diz ele. O sucesso da iniciativa destaca o papel que a SADC pode desempenhar enquanto facilitadora, agregadora e mediadora de conhecimento entre os Estados-Membros. ***“Somente por juntar as pessoas e apresentá-las, as sessões de formação criam uma ligação, que se traduz num trabalho em rede muito melhor mais tarde”,*** acrescenta o Professor Dewald Van Niekerk da Universidade North-West e cochefia deste projeto.

CASO DE ESTUDO: FORMAÇÃO NA AVALIAÇÃO DE PERIGOS USANDO FERRAMENTAS GIS E DE OBSERVAÇÃO DA TERRA

A IGAD conduziu uma série de formações técnicas para os seus Estados-Membros no domínio da avaliação de perigos, especialmente no que toca a secas e inundações. O Programa apoiou esta iniciativa através do financiamento da parceria entre a IGAD e o Instituto das Nações Unidas para a Formação e Investigação (UNITAR). O objetivo é aumentar a capacidade dos países de desenvolver bases de dados e mapeamento espacial, identificando assim áreas de alto risco e minimizar os riscos de catástrofe, mitigando os seus impactos.

A formação reuniu 226 participantes, incluindo 94 mulheres, provenientes de oito Estados-Membros. Os participantes vieram de diferentes departamentos, incluindo saúde, ambiente e infraestruturas. As equipas nacionais foram treinadas para a utilização de ferramentas de sensores remotos e GIS de fonte aberta. A UNITAR e a IGAD conduziram inquéritos pós-formação, que demonstram que mais de 93% dos formandos “concordam veementemente” que o conteúdo foi relevante, ou que recomendariam esta formação a colegas seus.

Hafsa Ahmed, especialista em GIS do Governo do Sudão, disse que a formação a ajudou a melhorar o seu conhecimento sobre GIS e observação da terra. Ela explica que:

“A FORMAÇÃO AUMENTOU AS MINHAS COMPETÊNCIAS ANALÍTICAS PARA INTERPRETAR IMAGENS DE PRECIPITAÇÃO E MAPAS DE PERIGO, ASSIM COMO PARA ANALISAR VULNERABILIDADES. USO AS COMPETÊNCIAS QUE ADQUIRI NA FORMAÇÃO NO MEU TRABALHO QUOTIDIANO, PARA DESENVOLVER MAPAS DE PRECIPITAÇÃO E DE RISCO PARA O PORTAL GEOESPACIAL DA IGAD NA WEB.”

Ahmed tornou-se formadora e ministrou sessões de formação em ferramentas GIS, no Djibouti, com 20 participantes das instituições de RRD nos departamentos de agricultura, infraestruturas e departamento. **“A parte boa das ferramentas GIS e de observação da terra é que são relevantes para vários setores”,** acrescenta ela.

Com o aumento de capacidade, o Gabinete Central de Estatística do Sudão pode agora visualizar os dados dos censos através da aplicação ArcGIS, permitindo o mapeamento e análise GIS, diz Ahmed. Ela acrescenta ainda que ter um mapa de perigos em GIS por perto ajudou a identificar áreas de risco quando o Sudão foi afetado, em 2020, por inundações devastadoras.

Com os olhos postos no futuro, Ahmed considera que um dos principais desafios será **“sustentar o conhecimento e competências adquiridas, levando em conta a grande rotatividade das equipas dos ministérios e agências públicas em muitos países da África Oriental”.**

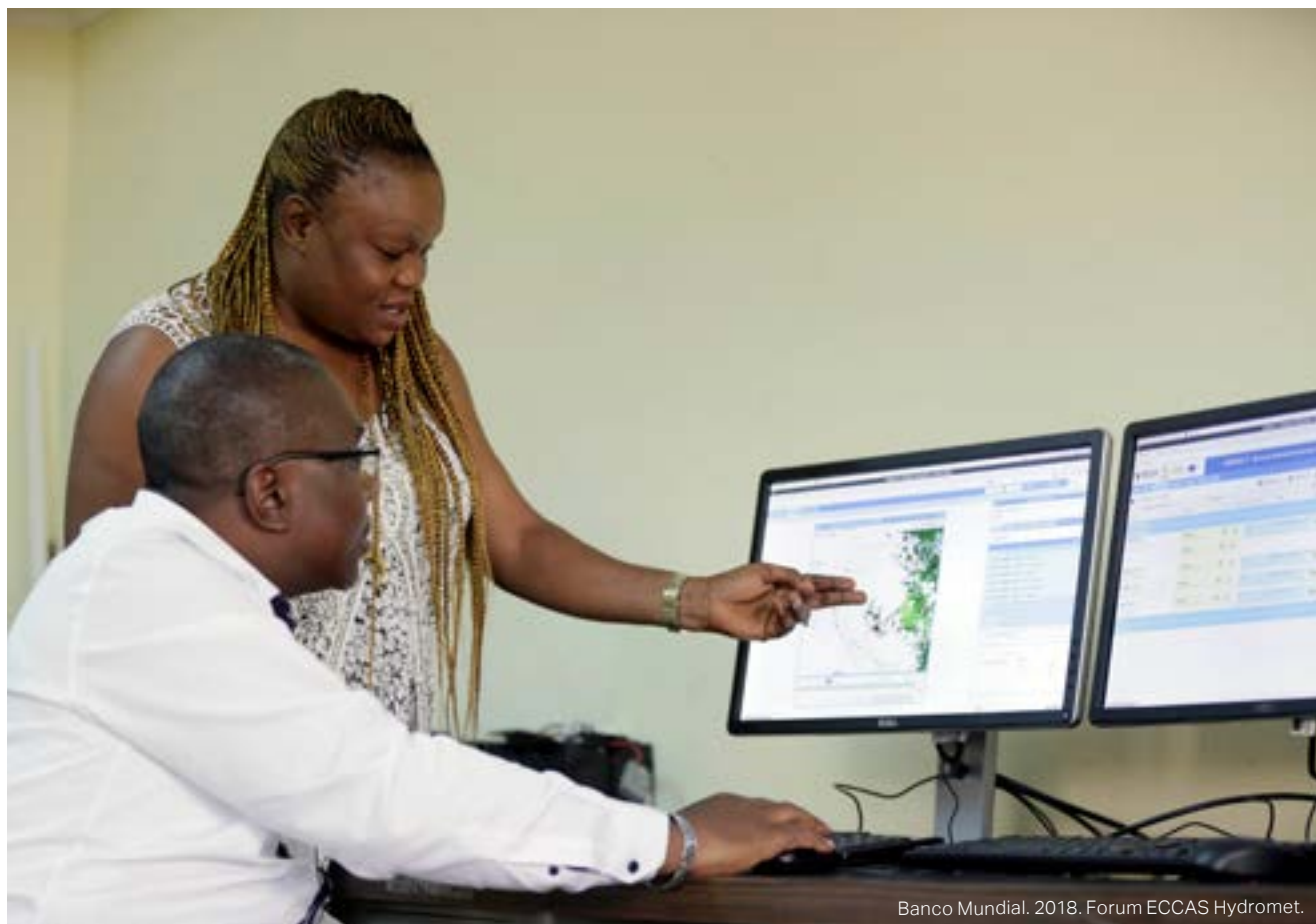
CASO DE ESTUDO: FÓRUNS E CONFERÊNCIAS REGIONAIS HYDROMET

Para realçar a necessidade de colaboração regional nos serviços de meteorologia, hidrologia, clima e alerta precoce, a que chamamos, coletivamente, de “serviços hydromet”, a CEEAC, a CEDEAO e a SADC organizaram vários Fóruns Hydromet Regionais. Em 2018, os fóruns decorreram em Abidjan (Costa do Marfim) e em Libreville (Gabão), tendo-se focado no ativismo pelo reforço dos serviços hydromet. Em 2021, os fóruns decorreram virtualmente, com a adesão de mais de 500 participantes online, para formular planos concretos, iniciativas e chamadas à ação pela modernização dos serviços hidrometeorológicos nas regiões.

Os Fóruns Hydromet e outras conferências, tais como a Conferência RRD da SADC de 2018, foram implementados com a participação de vários stakeholders, tendo providenciado uma oportunidade de aprendizagem para muitos estudantes nessas regiões. Por exemplo, os estudantes de licenciatura da WASCAL na Universidade Félix Houphouët-Boigny, em Abidjan, adquiriram experiência em primeira mão na organização de conferências, no acolhimento e no reporte das sessões. Da mesma forma, os estudantes e licenciados da Universidade Omar Bongo, de Libreville, estiveram envolvidos no Fórum Hydromet da CEEAC, ao passo que a Conferência RRD da SADC em Pretória contou a assistência de estudantes da Universidade North-West.

O reforço das redes nacionais permite que os países trabalhem em conjunto, partilhando conhecimento e recursos, tirando partido das economias de escala. A Dra. Fofana Rafatou, perita em hidrologia da Autoridade Fluvial do Volta, que esteve presente no Fórum Hydromet da CEDEAO em Abidjan, explica que a iniciativa **“criou oportunidades de aprender sobre novas perspetivas”**.

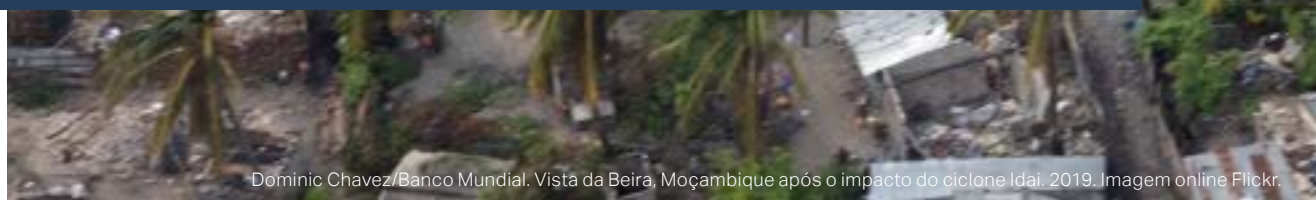
Ela diz: **“FOI MUITO ENRIQUECEDOR, E COM ESTE NOVO CONHECIMENTO, AS CAPACIDADES DE TOMADA DE DECISÃO FORAM APRIMORADAS. UMA VEZ QUE O NOSSO TRABALHO ABRANGE CAMPOS MULTIDISCIPLINARES, O FÓRUM OFERECEU A OPORTUNIDADE DE NOS FAMILIARIZARMOS COM TODOS OS MATERIAIS.”**



Banco Mundial. 2018. Forum ECCAS Hydromet.



5. ACONSELHAMENTO PARA POLÍTICAS E APOIO TÉCNICO AOS ESTADOS-MEMBROS



Dominic Chavez/Banco Mundial. Vista da Beira, Moçambique após o impacto do ciclone Idai. 2019. Imagem online Flickr.

5. ACONSELHAMENTO PARA POLÍTICAS E APOIO TÉCNICO AOS ESTADOS-MEMBROS

RESULTADO EXPECTÁVEL Nº 4 ACONSELHAR E DAR ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS ESTADOS-MEMBROS PARA QUE DESENVOLVAM POLÍTICAS, ESTRATÉGIAS E PROGRAMAS DE REDUÇÃO DE RISCO DE GRD A NÍVEL NACIONAL (POLÍTICAS NACIONAIS/APOIO AOS ESTADOS-MEMBROS)

As CERs reconheceram a importância das estruturas de governança robustas para o risco de catástrofe, conforme declarado na 13ª Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (Alvo 13.1) para a Ação Climática: “Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e os desastres naturais em todos os países.” Um dos instrumentos fundamentais para alcançar este objetivo é os países terem estratégias nacionais de RRD elaboradas (assim como políticas regionais de RRD, como declarado no Resultado expectável Nº 1). O alinhamento das políticas e estratégias de GRD regionais e nacionais com o Quadro de Ação de Sendai tem sido uma das prioridades do Programa. As CERs apoiaram os seus respetivos Estados-Membros para assegurar que as políticas nacionais são adaptadas ao contexto de cada país e seguem uma abordagem multirrisco.

Os Estados-Membros vêm beneficiando de orientação para incluir a RRD nas suas políticas nacionais e em múltiplos setores, incluindo agricultura, ambiente, saúde e infraestruturas. As plataformas de RRD nacionais — que envolvem instituições governamentais, ministérios, parceiros locais, sociedades civis e o setor privado numa abordagem participativa inclusiva — tem ajudado a apoiar o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de RRD.

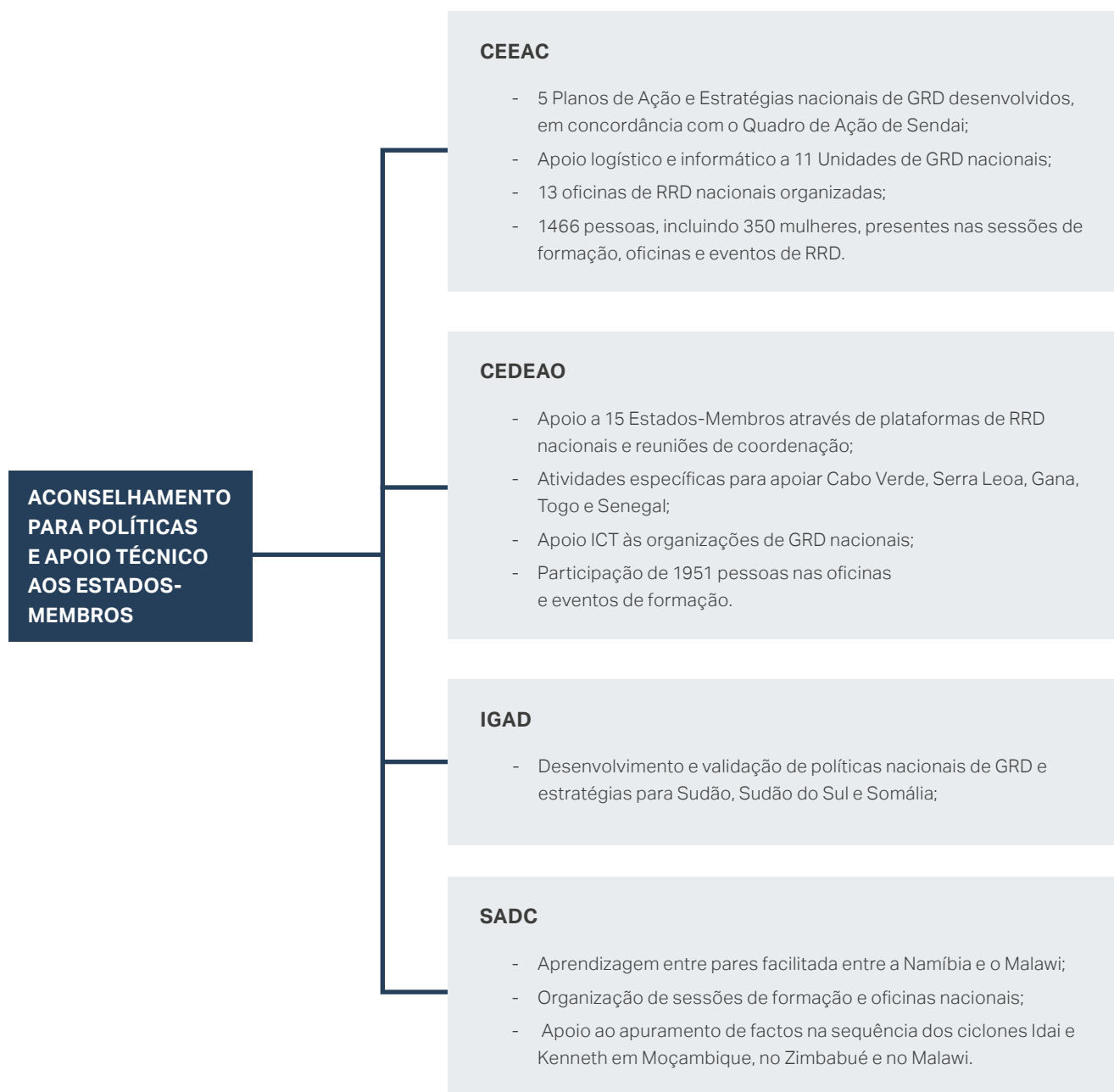


Banco Mundial. 2018. Forum ECCAS Hydromet.

5.1 PRINCIPAIS CONQUISTAS DAS CERS EM RELAÇÃO AO RESULTADO EXPECTÁVEL Nº 4

Através do programa, as quatro CERS desenvolveram um robusto programa de parceria com os seus Estados-Membros, que incluem assistência técnica para fortalecimento das plataformas e políticas de RRD nacionais, promover a aprendizagem interpares entre Estados-Membros, encorajar o suporte analítico e a formação. Além disto, a CEEAC e a CEDEAO também apoiaram as instituições nacionais de gestão de catástrofe dos seus Estados-Membros através de equipamentos de escritório, incluindo computadores, impressoras e programas de computador.

As principais conquistas das CERS em relação ao Resultado Expectável Nº 4 são resumidas em seguida:



CEEAC

Apesar de a estratégia regional para GRD e AAC da CEEAC ter sido adotada em 2015, e de estar alinhada com o Quadro de Ação de Sendai para RRD, a maioria dos Estados-Membros ainda não desenvolveu estratégias de GRD nacionais, sendo que Burundi e Ruanda são os únicos países a ter uma estratégia ou política de GRD. Nesse sentido, a CEEAC decidiu dar apoio aos seus Estados-Membros para que desenvolvessem as suas estratégias. O Programa deu assistência ao desenvolvimento de cinco estratégias nacionais de GRD, assim como os respetivos planos de ação, em consonância com o Quadro de Ação de Sendai nos Camarões, República do Congo, República Centro Africana, Chade e São Tomé e Príncipe.

O Programa deu apoio de informática — hardware e software —, incluindo formação para software, a 11 Unidades de GRD nacionais dos países CEEAC, por forma a minorar as lacunas de competências e equipamento. Graças ao Programa, todos os grupos focais de GRD da zona CEEAC têm agora computadores e impressoras funcionais.

Além disto, o Programa facilitou 13 oficinas nacionais de RRD, com a participação de 1466 pessoas - incluindo 350 mulheres - nas formações, oficinas e eventos do projeto, para melhorar as competências e conhecimento de RRD.

CEDEAO

Uma componente importante do Programa era permitir que a CEDEAO ajudasse os seus Estados-Membros a construir competências, apoio operacional, aconselhamento sobre políticas e envolvimento dos intervenientes. Este apoio, fornecido a todos os 15 países da CEDEAO, incluiu a disponibilização de equipamentos topo de gama para escritório e de informática (impressoras, computadores e fotocopiadoras), facilitando as operações diárias das organizações nacionais de GRD. Além disto, a CEDEAO auxiliou o seus Estados-Membros em diferentes atividades, como as oficinas de formação sobre planeamento de recuperação e metodologias de avaliação no Togo e no Senegal, avaliação de necessidades de formação para RRD e GRD no Gana, simulacros na Serra Leoa, avaliações de risco na Ilha Brava (Cabo Verde) e sessões de formação para membros das plataformas nacionais.

IGAD

A IGAD apoiou o desenvolvimento de políticas nacionais de GRD, consentâneas com o Quadro de Ação de Sendai, na Somália, no Sudão do Sul e no Sudão. Isto permitiu que esses três Estados-Membros formassem as suas primeiras políticas de GRD. O objetivo das políticas e estratégias de GRD é catalisar o desenvolvimento de programas e planos que levem em conta as alterações climáticas e os riscos de catástrofe. As entidades governamentais responsáveis pela GRD teriam a capacidade de acompanhar os indicadores de monitorização e avaliação, para assim atualizar as suas políticas no decorrer do tempo. Estas políticas de GRD devem ser integradas nas políticas ambientais e hídricas, para a coordenação operacional da prevenção e resposta.

SADC

O apoio da SADC aos seus Estados-Membros focou-se na aprendizagem e revisão entre pares. O Programa ajudou a estabelecer um quadro de trabalho para o processo de revisão entre pares, permitindo que os Estados-Membros se apoiassem mutuamente na implementação do Quadro de Ação de Sendai. O Malawi e a Namíbia foram dois dos países que participaram no processo de revisão entre pares e testaram o quadro de trabalho implementado. Espera-se que esta iniciativa se estenda a outros Estados-Membros. O Secretariado da SADC apoiou ainda os Estados-Membros com diferentes atividades de formação, tendo conduzido uma missão de apuramento de factos no Malawi, Moçambique e Zimbábue, na sequência dos ciclones Idai e Kenneth em 2019.

5.2 CASOS DE ESTUDO NO ÂMBITO DO “ACONSELHAMENTO PARA POLÍTICAS E APOIO TÉCNICO AOS ESTADOS-MEMBROS”

CASO DE ESTUDO: ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE GRD EM CINCO ESTADOS-MEMBROS DA CEEAC

A Estratégia Regional Centro-africana para a Redução de Risco, Gestão de Desastres Naturais e Adaptação Climática serviu de base para alicerçar as estratégias nacionais de GRD. O Programa permitiu que a Unidade de RRD da CEEAC desse apoio técnico a cinco Estados-Membros — Camarões, República do Congo, República Centro Africana, Chade e São Tomé e Príncipe — para rever ou desenvolver as suas estratégias de RRD nacionais e respetivos planos de ação, alinhados com o Quadro de Ação de Sendai e a Estratégia da UA. Esses documentos foram revistos entre pares pela UNDRR e pelas Comissão da UA, tendo sido validados em oficinas nacionais pelos grupos focais de RRD nacionais e pelos representantes de ministérios, autoridades locais e ONGs.

Estas estratégias orientarão os decisores políticos e serão essenciais para apoiar a implementação e monitorização das prioridades de redução de risco. Além disso, elas definem as principais responsabilidades dos atores governamentais e não-governamentais, identificando requisitos técnicos e de recursos financeiros. Nos Camarões, por exemplo, o documento será uma ferramenta de planeamento e orientação para a política de GRD, de acordo com Yap Mariatou, Representante do Ministro da Administração Territorial dos Camarões.

Apesar de a elaboração destas cinco estratégias de GRD nacionais e respetivos planos de ação ser um passo importante, será necessário mais apoio para implementar os mecanismos de coordenação, mandatos legislativos, capacidades humanas e financeiras, assim como forte investimento político.

CASO DE ESTUDO: FORMAÇÃO EM AVALIAÇÃO RÁPIDA PÓS-CATÁSTROFE NO TOGO

Em 2019, a CEDEAO apoiou a Agência Nacional de Proteção Civil (Agence Nationale de la Protection Civile (ANPC)) do Togo com um conjunto de técnicas de recolha de dados e análise relacionadas com a temática da Avaliação Rápida Humanitária Pós-Catástrofe. A oficina de formação incluiu o desenvolvimento de competências, orientações políticas regionais e partilha de boas-práticas. Juntou 50 participantes da Plataforma de RRD, das prefeituras, da equipa da ANPC e de organizações da sociedade civil. A oficina assumiu um formato participativo, que incluiu apresentações, trabalho em grupo, exercícios práticos, interpretação e debates.

A formação abordou as deficiências identificadas nas avaliações rápidas pós-catástrofe. Focou-se no desenvolvimento de ferramentas padronizadas de avaliação pós-catástrofe, para garantir que os resultados destes processos são bem coordenados e harmonizados. De acordo com o Ten. Cor. Yoma Baka, Diretor-Geral da ANPC, a informação pós-catástrofe era, no passado, imprecisa, contraditória e insuficiente. Isto tinha um impacto significativo nos processos de planeamento e tomada de decisão, incluindo na identificação de necessidades prioritárias e na organização dos esforços de resposta e recuperação.

Os participantes receberam treinamento para aplicar diferentes ferramentas, tais como uma ficha de identificação de ferramentas de avaliação rápida e de planos de ação, com o objetivo de melhorar a recolha de dados e permitir um planeamento de resposta rápido e em tempo real. Digitalizar os dados permite ainda uma análise detalhada, uma vez que esses dados podem ser desagregados para considerar indicadores-chave, tais como género, idade e incapacidades, permitindo a desagregação por esse tipo de fatores. Compreender as necessidades e prioridades das populações com maior risco e mais severamente afetadas é essencial para a GRD. Os dados permitem que a abordagem seja integral e centrada nas pessoas.

De acordo com o Ten. Cor. Yoma Baka, o impacto da formação já se fez sentir no terreno. Ele explica que: **“O Togo já passou por muitos eventos de inundações este ano, e esta ficha foi usada para recolher a informação necessária. No entanto, é ainda necessário treinar mais operacionais, particularmente aos níveis municipal e local.”**

CASO DE ESTUDO: APRENDIZAGENS E APOIO PÓS-CATÁSTROFE NO MALAWI, EM MOÇAMBIQUE E NO ZIMBABUÉ APÓS OS CICLONES IDAI E KENNETH

Em 2019, o Malawi, Moçambique e Zimbabué foram atingidos pelos ciclones tropicais Idai (14 de março de 2019) e Kenneth (25 de abril de 2019). Ao atingirem terra, estes ciclones fragilizaram as economias e meios de subsistência na região da África Austral, urgindo o Secretariado da SADC a apoiar os países afetados com recursos de contingência, reforçando a mobilização de recursos. Os países afetados receberam contribuições globais de 204 milhões USD para os esforços de resposta e recuperação. Com base nas perdas e danos reportadas pelo Governo de Moçambique, o Ciclone Idai sozinho afetou três milhões de pessoas, das quais 2347 ficaram feridas, 278.000 deslocadas e mais de 1000 perderam a vida. Além disto, mais de 800.000 hectares de terra ficaram inundados, levando à perda das reservas alimentares e fazendo disparar o preço dos alimentos.

Considerando este cenário, os países afetados pediram assistência técnica para construir competências locais de condução de Avaliações de Necessidades Pós-Catástrofe (PDNAs). Adicionalmente, o Governo do Malawi conduziu uma formação em PDNA, em abril de 2019, e uma Avaliação de Necessidades de Impacto Rápido (RINA) no Zimbabué, como percurso sentido da recuperação.

Para retirar aprendizagens desta(s) catástrofe(s), a SADC colaborou com o Centro de Serviços Climáticos (CSC) para rever o mecanismo de alerta precoce relacionado com a ferramenta de alerta de ciclones. Apesar de o CSC ter enviado um alerta atempadamente, o problema esteve na interação entre o CSC e os Serviços Nacionais de Meteorologia e Hidrologia (NMHS) e nas prováveis limitações na monitorização e no acompanhamento das atualizações ao vivo do ciclone. A revisão revelou que pode ter havido equipamento do sistema de radar disfuncional e uma capacidade operacional insuficiente. O exercício utilizou várias ferramentas para recolher informação a respeito da prontidão, primeiras ações, resposta e recuperação. Para a aquisição dos dados relevantes foi usado um vasto leque de abordagens interativas para gerar evidências.

No sentido de melhorar a monitorização e a colaboração, o Secretariado da SADC estabeleceu um Grupo Técnico de Trabalho (GTT) que envolve representantes das diferentes direções e unidades. Uma das maiores conquistas do GTT foi o Apelo Regional da SADC para Assistência Humanitária em Resposta ao Ciclone Tropical Idai, em abril de 2019.



Sarah Farhat / Banco Mundial. Na Beira, o Ciclone Idai causou danos às infraestruturas. 2019. Imagem online. Flickr.

CASO DE ESTUDO: ESTRATÉGIAS DE RRD PARA SUDÃO, SUDÃO DO SUL E SOMÁLIA

A Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) procurou desenvolver políticas nacionais de GRD e AAC, para aumentar a coerência no planeamento do desenvolvimento sustentável e resiliência regional. Ao abrigo do Programa, a IGAD apoiou os governos do Sudão do Sul, Sudão e Somália na elaboração das suas respetivas estratégias ou políticas de RRD, com o objetivo de conceber iniciativas apropriadas e assegurar a alocação de recursos no sentido de gerir o risco existente e prevenir novos riscos.

Em colaboração com a unidade de RRD da IGAD, a República do Sudão do Sul pôde delinear a sua Estratégia Nacional de GRD em 2019. O objetivo desta estratégia, segundo o seu documento principal, é

“CRIAR UM SISTEMA UNIFICADO, FLEXÍVEL E EFICIENTE, QUE ASSEGURE A REDUÇÃO DOS RISCOS DE CATÁSTROFE NATURAIS OU DE ORIGEM HUMANA, ATRAVÉS DA CONCERTAÇÃO DE ESFORÇOS E ATIVIDADES COORDENADAS ENTRE AS AGÊNCIAS, CONFORME DEFINIDO PELOS QUADROS REGULATÓRIOS E DE POLÍTICAS DO SUDÃO DO SUL”.

Esta estratégia revela-se particularmente importante, considerando a situação do país. O Sudão do Sul, que alcançou a sua independência a 9 de julho de 2011, na sequência de um processo pacífico de secessão do Sudão, está exposto a vários perigos naturais ou de origem humana, que são frequentemente catastróficos e agravam as condições económicas das comunidades, tornando-as socialmente vulneráveis. Estes perigos incluem secas, inundações, epidemias humanas e no gado, degradação ambiental e poluição, assim como conflitos. As perdas e os danos causados por desastres naturais têm aumentado nos últimos anos, infligindo custos graves à população. O rápido crescimento populacional, juntamente com o fraco planeamento urbano, a variabilidade e alterações do clima, a fragilidade do Estado e os conflitos têm sido os precursores destes perigos naturais, que se somam às migrações e deslocamento interno das populações.

Da mesma forma, a Unidade de RRD da IGAD tem apoiado o Governo da Somália no desenvolvimento da sua Política Nacional de GRD, cujo objetivo é estabelecer um quadro legislativo para incluir a GRD nas entidades governamentais apropriadas. A política foi validada em 2020, sendo expectável que venha a reforçar as capacidades nacionais de prontidão efetiva para desastres naturais, assim como para responder, mitigar, prevenir, recuperar e resistir a estes eventos.

Adicionalmente, o Governo do Sudão foi apoiado pela Unidade de RRD da IGAD durante o desenvolvimento da sua estratégia de RRD em 2018. O documento inclui as recomendações-chave das convenções e dos protocolos internacionais de GRD, alinhando-se com as prioridades e metas do país.

6. PRONTIDÃO E PLANEAMENTO DA RECUPERAÇÃO DE CATASTROFES



Curt Carnemark / Banco Mundial. Caminhando por um campo. 2015. Imagem online. Flickr.

6. PRONTIDÃO E PLANEAMENTO DA RECUPERAÇÃO DE CATÁSTROFES

RESULTADO EXPECTÁVEL Nº 5: AS CAPACIDADES NACIONAIS DE APOIO À AVALIAÇÃO DE NECESSIDADES PÓS-CATÁSTROFE (PDNAS) E PLANEAMENTO DE RECUPERAÇÃO/RECONSTRUÇÃO FORAM MELHORADAS.

Os desastres naturais impactam as pessoas, meios de subsistência e as economias em todo o continente africano. Entre 1970 e 2015, 460 milhões de pessoas foram afetadas por estes perigos no continente. Estes têm também impactos macroeconómicos, tendo reduzido o crescimento do PIB em muitos países. Apoiar os países para permitir a sua recuperação resiliente e melhor reconstrução é uma das principais prioridades das CERs e do Programa. O Quadro de Ação de Sendai, na sua 4ª Prioridade, enfatiza a “Melhor Reconstrução” na recuperação, reabilitação e reconstrução.

A Avaliação de Necessidades Pós-Catástrofe (PDNA) é um instrumento essencial para apoiar os países a avaliar sistematicamente os danos e perdas em desastres naturais, planeando a recuperação resiliente e a reconstrução. Baseia-se na Declaração Conjunta de Avaliação Pós-Catástrofe e Planeamento de Recuperação do Banco Mundial, da UE e do Grupo de Desenvolvimento da ONU sobre recuperação pós-catástrofe, assinada em 2008. Como tal, a formação sobre PDNA e planeamento de recuperação tem sido um elemento essencial deste Programa.



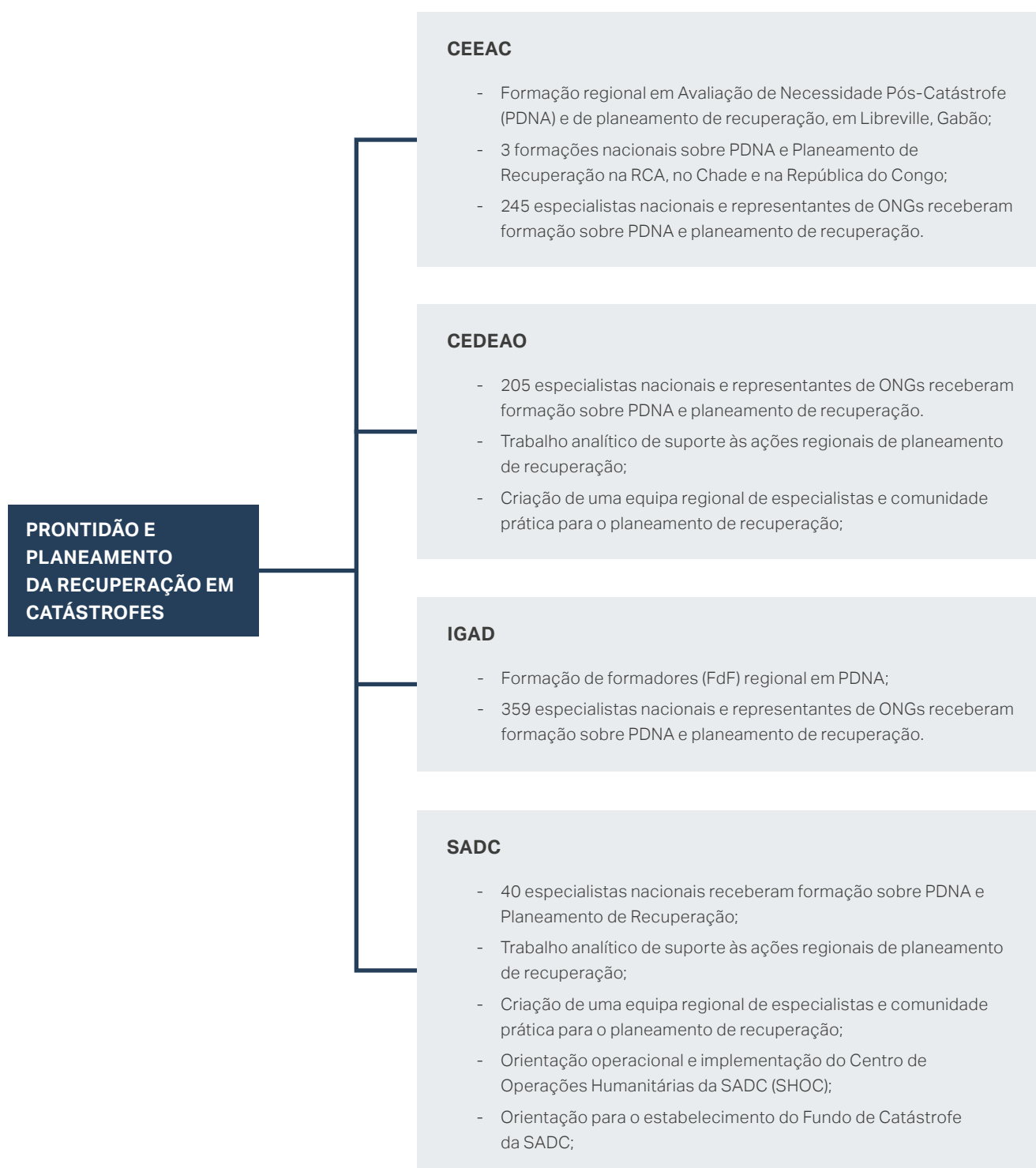
Programa UN Habitat CityRAP, Moçambique



Banco Mundial. 2018. ECCAS Hydromet

6.1 PRINCIPAIS CONQUISTAS DAS CERS EM RELAÇÃO AO RESULTADO EXPECTÁVEL Nº 5

As CERS participantes têm apoiado, ao abrigo do Programa, diferentes programas de desenvolvimento de competências e formações relacionadas com PDNA e planeamento de recuperação. Foram organizadas formações de PDNA para especialistas dos Estados-Membros, a nível regional e nacional. Em parceria com o UNDP, a experiência de mais de 10 anos de apoio aos países na condução de PDNAs foi avaliada, com o intento de retirar aprendizagens e preparar uma equipa regional de especialistas em planeamento de recuperação. O Programa deu ainda suporte à fundação do Centro de Operações Humanitárias da SADC (SHOC), criou uma Equipa de Resposta de Emergência (ERE) de especialistas regionais e do Fundo de Desastres Naturais da SADC.



CEEAC

O Programa facilitou a formação para os Estados-Membros da CEEAC em PDNA e no Quadro de Recuperação de Desastres Naturais (DRF). O objetivo das sessões, que beneficiaram 245 pessoas no total, foi desenvolver as competências regionais para abordar os desafios de uma situação pós-catástrofe e as necessidades futuras de planejar uma recuperação resiliente. Estas sessões incluíram um evento regional em Libreville, Gabão, e três oficinas nacionais de formação, que decorreram em N'Djamena (Chade), Bangui (República Centro Africana) e Brazzaville (Congo) em 2019.

Estas formações foram organizadas com o apoio do Banco Mundial/GFDRR e com formadores da UE e do UNDP. Os eventos contaram com a participação de especialistas do setor vindos do Secretariado da CEEAC, dos grupos focais dos 11 Estados-Membros, representantes governamentais, parlamentares da REPARC e especialistas de GRD. Estiveram também presentes nas oficinas profissionais de estatística, meteorologistas, hidrologistas, climatologistas e especialistas em agricultura, educação, ambiente e saúde.

CEDEAO

Na África Ocidental, o Programa apoiou várias formações de PDNA. Estas incluíram formações virtuais e a nível nacional na Gâmbia (2017), em Cabo Verde (2017), na Libéria (2020), no Gana (2021) e no Senegal (2021). Desde 2009, foi conduzida uma revisão das PDNAs na região com o apoio do WASCAL e do UNDP. Foi dada orientação para estabelecer uma equipa de especialistas dos Estados-Membros da CEDEAO.

IGAD

Na região IGAD, foram conduzidas 10 formações nacionais em PDNA ao abrigo do Programa. A Unidade de RRD da IGAD organizou também uma Formação de Formadores Regional, em 2019, para desenvolver uma bolsa de profissionais de GRD com capacidades de ministrar formação profissional em metodologias de PDNA e DRF. Entre os participantes, contavam-se os grupos focais de GRD e oficiais técnicos formados anteriormente em metodologias de PDNA.

SADC

Além da formação regional de PDNA para especialistas dos Estados-Membros da SADC, que ocorreu em Pretória no ano de 2019, a SADC usou os recursos do Programa para colocar uma forte ênfase na prontidão para desastres, coordenação humanitária e capacidade de resposta. A implementação do Centro de Operações Humanitárias da SADC (SHOC) tem sido uma das principais conquistas alcançadas através destes esforços. O Programa apoiou a formulação dos aspetos operacionais do SHOC, que ficará sediado em Moçambique. Foi criada também uma Equipa de Resposta de Emergência (ERE). Para isto, foram treinados especialistas dos Estados-Membros, que receberam material e equipamento de proteção individual. Por fim, o Programa apoiou os detalhes logísticos, institucionais e organizacionais do Fundo de Catástrofe da SADC, cujo objetivo é facilitar a recuperação pós-catástrofe.

6.2 CASOS DE ESTUDO NO ÂMBITO DA “PRONTIDÃO E PLANEAMENTO DA RECUPERAÇÃO DE CATÁSTROFES”

CASO DE ESTUDO: REFORÇAR A CAPACIDADE DE PDNA NA REGIÃO DA ÁFRICA SUBSARIANA

As formações em PDNA e planeamento de recuperação, em linha com o protocolo conjunto de recuperação pós-catástrofe do Banco Mundial, da UE e das agências da ONU, foram levadas a cabo em todas as quatro CERs. Estas formações foram conduzidas conjuntamente pelas CERs, os Estados-Membros envolvidos e os especialistas do Banco Mundial, do UNDP e da UE.

As formações de PDNA versaram sobre a avaliação conjunta e planeamento de recuperação para governos após uma catástrofe. Cada sessão de formação ensinou uma abordagem padronizada e uma metodologia para conduzir PDNAs, como formular estratégias de recuperação e planear a sua implementação bem-sucedida. As sessões foram adaptadas aos contextos nacionais específicos. No Chade, por exemplo, a formação focou-se nas pessoas deslocadas e nos riscos de saúde, tendo aumentado a visibilidade das ações da CEEAC em GRD e AAC na região. A formação aumentou a visibilidade das ações da CEEAC nos campos da GRD e da AAC na região, permitindo aos especialistas nacionais partilhar experiências sobre eventos catastróficos, prontidão para emergências e implementação de atividades ao abrigo de planos de ação nacionais.

Na Libéria, Abraham B. Tamba Senior, Administrador do Departamento de Resposta Médica de Emergência do Ministério da Saúde, disse:

“A FORMAÇÃO DEU-NOS UMA PERSPETIVA MAIS ALARGADA SOBRE AS BOAS-PRÁTICAS INTERNACIONAIS DE PDNA. AJUDOU-NOS A CONCENTRAR OS NOSSOS ESFORÇOS NAS PERDAS E DANOS APÓS UMA CATÁSTROFE, ASSIM COMO NAS NECESSIDADES DOS SOBREVIVENTES.”

Para defender as boas-práticas na formação de PDNA, especialmente em tempos de pandemia, Senior sugere que a Libéria implemente um “comité composto por especialistas, para aconselhar a Autoridade Nacional de Gestão de Catástrofes”. **“Isto asseguraria que é considerada uma abordagem multissetorial na resposta à pandemia, sustentando o conhecimento adquirido”**, afirma ele.

“O NOSSO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, NA LIBÉRIA, ESTÁ NA LIDERANÇA DO EXEMPLO DE BOAS-PRÁTICAS PARA UM COMITÉ DESSE GÉNERO, QUE INVESTIGA OS PRINCIPAIS INCIDENTES DE TRANSPORTE DE FORMA MULTISSETORIAL.”

Senior destaca que ao combinar soluções técnicas e científicas com a experiência e capacidades locais desempenha um papel importante na mitigação de desastres naturais.

7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES



Sarah Farhat / Banco Mundial. Aldeia de Soavina em Madagascar, 2019. Imagem online. Flickr.

7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O Quadro de Ação de Sendai reconhece o papel fulcral da cooperação regional para a RRD, e urge ao fortalecimento dos mecanismos regionais e nacionais para apoiar o desenvolvimento e a implementação de políticas e estratégias, partilhar informação e promover a aprendizagem mútua, formação e desenvolvimento de competências. O Programa sob análise, financiado pela ACP-UE e implementado pelo Banco Mundial/GFDRR, deu suporte às quatro CERs africanas (CEEAC, CEDEAO, IGAD e SADC) para que aumentassem as suas capacidades de apoiar a implementação do Quadro de Ação de Sendai.

Este relatório apresenta as atividades, produtos de conhecimento e estratégias suportadas pelo Programa nas quatro CERs e como estes elementos alcançaram os resultados expectáveis de forma holística. Os quatro alvos pré-definidos para monitorizar a obtenção dos resultados expectáveis foram alcançados:

- As quatro CERs africanas operacionalizaram as suas estratégias de RRD, de acordo com os seus respetivos planos de ação, dando continuidade às conquistas de iniciativas de GRD anteriores;
- Pelo menos oito eventos de formação sub-regionais foram organizados sob liderança das respetivas CERs.
- As quatro CERs africanas desenvolveram a capacidade de aconselhar e dar assistência técnica aos seus Estados-Membros para o desenvolvimento de políticas, estratégias e programas nacionais de redução de risco de GRD.
- As quatro CERs desenvolveram e/ou melhoraram a sua capacidade de apoiar os seus Estados-Membros quanto às PDNAs e ao planeamento de recuperação.

7.1 PAPEL PREPONDERANTE DO PROGRAMA NA INTEGRAÇÃO REGIONAL

Ao longo do Programa, as quatro CERs robusteceram a sua capacidade institucional de colaboração, coordenação e comunicação regional, assim como de partilha de informação dentro e entre regiões. O papel mais preponderante das CERs, reconhecido pelos seus Estados-Membros e parceiros, é evidenciado pela sua liderança no desenvolvimento, adoção e implementação de políticas, estratégias e planos de ação regionais. Os exemplos incluem as Estratégias de Gestão do Risco de Inundação da CEDEAO, assim como a inclusão do género na Estratégia de GRD e nos Planos de Ação adotados pelas quatro CERs. Com estas estratégias e políticas, o Programa criou um impacto duradouro nas regiões. Todos os intervenientes, incluindo Estados-Membros, parceiros de desenvolvimento, assim como os setores privado, académico e da sociedade civil, foram convocados pelas CERs para iniciativas regionais, tais como as Plataformas de RRD e fóruns Hydromet. O Programa permitiu, desta forma, que as CERs desempenhassem o seu papel na implementação do Quadro de Ação de Sendai, ao focarem-se nas ações regionais prioritárias.

As políticas e estratégias regionais, assim como os planos de ação, fornecem um quadro contextual para o desenvolvimento de estratégias e planos de ação de RRD nacionais. O Programa apoiou as CERs na prestação de assistência atempada aos Estados-Membros mais fragilizados, que tradicionalmente dispõe de menos acesso a assistência técnica e colaboração de topo. O Programa apoiou o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais, especialmente na Somália, no Sudão do Sul, nos Camarões e na República Centro Africana. Uma das conquistas concretas do Programa foi a facilitação do apoio aos Estados-Membros e o suporte dado a países mais fragilizados para que alcancem os seus vizinhos. Além disto, o programa reforçou a infraestrutura informática das unidades nacionais de GRD na CEDEAO e na CEEAC. No geral, o Programa demonstrou que programas/iniciativas de colaboração regional podem dar um apoio adicional crucial aos países mais frágeis e vulneráveis, para que estes possam formular as suas políticas nacionais e reforçar as capacidades das suas instituições.

A partilha de conhecimento regional e os eventos de desenvolvimento de competências no âmbito do programa permitiram melhorar a cooperação Sul-Sul, assim como a colaboração transfronteiriça e a aprendizagem mútua. As ações colaborativas encetadas durante o Programa — como as bases de dados de informação geográfica regional e o ativismo político conjunto pela integração da RRD e da AAC na IGAD e na CEEAC, assim como o planeamento

de prontidão pré-sazonal, de resposta e de ações precoces na SADC e na IGAD — reforçaram a integração regional e implementaram comunidades de prática. Os Fóruns Hydromet são um bom exemplo da convergência entre intervenientes pelas prioridades de ação urgentes.

Em simultâneo com o reforço institucional, o desenvolvimento de políticas e a colaboração regional, o Programa apoiou a formação e o desenvolvimento de competências a nível regional e nacional nas regiões CEEAC, CEDEAO, IGAD e SADC. A formação intensiva de funcionários públicos dos vários países em metodologias de PDNA em todas as CERs, e a formação de GIS na IGAD, são exemplos das conquistas de desenvolvimento de capacidades focalizadas do Programa. Também facilitou a colaboração com redes universitárias e de investigação na África Ocidental, Central e Austral. O Programa apoiou iniciativas de formação que tiraram partido desta ligação com as universidades, tais como o programa de estágios da CEEAC, a investigação prática sobre gestão de inundações com o WASCAL e os programas de investigação e formação com as Universidades North-West e Stellenbosch (África do Sul), Universidade do Botswana e parceiros da sociedade civil, como a ONG “Sustainable Development Initiative” do Malawi. Esta sinergia aumentou o conhecimento e desenvolveu as competências da próxima geração de profissionais e decisores de GRD.

O Programa facilitou a integração regional e atraiu a atenção internacional para os riscos climáticos e de catástrofe que ameaçam a África Subsariana. O Programa permitiu que as CERs desempenhassem o seu papel de ligação entre as esferas nacional e mundial, para representar as suas regiões em fóruns globais e para catalizar a colaboração entre governos nacionais, intervenientes e parceiros de desenvolvimento para atingir a resiliência climática e contra desastres naturais. O Programa deu também o muito necessário apoio a países vulneráveis e às suas Unidades de GRD, para que desenvolvessem políticas e melhorassem a sua eficiência.

7.2 DESAFIOS SUBSISTENTES E CAMINHO A PERCORRER

O Programa permitiu que as CERs reforçassem a coordenação nacional e regional para RRD, assim como políticas, planeamento, capacidade operacional, conhecimento e mecanismos institucionais nesse domínio. Esses esforços levam tempo a amadurecer e tornar-se autossuficientes, uma vez que os investimentos em conhecimento e desenvolvimento de competências são processos longos. As conquistas do Programa são frágeis e requerem sustentação por um período mais longo.

O setor da GRD continua a ser encarado como um investimento, ao invés de um elemento integrante de todos os programas e políticas para o desenvolvimento. Como tal, compete com um conjunto de prioridades regionais - que vão desde a paz e estabilidade à água e agricultura, energia e transportes, igualdade de género, saúde, educação, etc. Os percursos subjacentes de risco são indissociáveis dos processos de desenvolvimento socioeconómicos; a resiliência dá melhores frutos quando está incluída nos processos. Por outras palavras, a resiliência não é, por si só, um setor; é, sim, um elemento inseparável de todos eles. Na IGAD, o desenvolvimento de uma estratégia regional de GRD para integrar a GRD e a AAC (que abrangem tanto perigos naturais quanto aqueles de origem humana) é um bom exemplo para a inclusão coerente com os setores tradicionais.

Nos processos de GRD da África Subsariana, foi mantida uma ênfase relativa na resposta pós-catástrofe, recuperação e reconstrução. Deve ser posta a mesma ênfase na prevenção precoce, assim como na informação, redução e financiamento de riscos, na prontidão e na inclusão de sistemas de alerta rápido, para proteger vidas e meios de subsistência. O Programa fez grandes avanços para que a GRD fosse incluída no planeamento e nos investimentos para o desenvolvimento, equilibrando a ênfase à GRD posterior e anterior. No entanto, este é um processo contínuo, precisando de ser sustentado ao longo do tempo sob a tutela das lideranças nacionais e regionais.

Os Fóruns Hydromet regionais, convocados pela CEDEAO, CEEAC e SADC, são bons exemplos da junção possível entre governos nacionais, setor privado, academia e sociedade civil para se focarem nos aspetos preventivos da GRD, que incluem a informação, redução e prontidão para riscos. A informação de risco, de forma particular, também serve de base de comparação para financiamento de risco e seguros.

Alguns dos desafios à cooperação regional a nível operacional incluem as lacunas de implementação entre políticas e casos práticos, a disparidade entre capacidades institucionais das nações, a disponibilidade de recursos financeiros adequados e previsíveis, assim como a adaptação de estratégias e planos aos perfis de risco locais. Colmatar estas lacunas de implementação requer o levantamento de dados de campo quanto a estratégias regionais e nacionais de RRD, dando maior ênfase ao estabelecimento de um “ambiente capacitativo” para ações locais inclusivas, focado nos benefícios tangíveis a nível comunitário, particularmente nas comunidades mais vulneráveis e marginalizadas.

É necessário desenvolver competências e prover assistência técnica de forma contínua para reforçar as capacidades sub-nacionais e locais de governança de risco, para incluir considerações quanto ao risco de catástrofe no planeamento de desenvolvimento e na sua implementação, dando particular destaque aos grupos vulneráveis e de género. O apoio do Programa ao projeto-piloto de Agricultura Climaticamente Inteligente da IGAD, em colaboração com a Cruz Vermelha do Quênia, é um bom exemplo de GRD e AAC participativa e com base na comunidade que merece ser escalado.

Os perigos transfronteiriços, como por exemplo as inundações que ocorrem ao longo dos principais rios, são relevantes para as CERs e impulsionam algumas das políticas e ações regionais. As políticas e iniciativas regionais são tão boas quanto os dados, modelos e premissas que lhes servem de base. Por exemplo, a partilha limitada de informação hidrometeorológica, de perigos e de outros riscos baseados em localização continua a ser um das principais limitações das iniciativas de política regional. É essencial que, no futuro, sejam estabelecidos protocolos e sistemas capazes de partilhar dados eficazmente.

As CERs continuarão a funcionar como ponto de ligação entre instituições nacionais e locais, sendo centros de cooperação regional para os governos nacionais. O Programa deu um apoio essencial à formulação de políticas, ao desenvolvimento de estratégias e às ações de planeamento. Os desafios e oportunidades neste domínio residem no desenvolvimento e seguimento de um roteiro combinado para a implementação, aferição e reporte de ações, a nível regional e nacional. Isto inclui a cooperação regional e local para reforçar as principais capacidades operacionais, desenvolvendo princípios, padrões e abordagens, assim como a formação de “comunidades de prática” para partilhar conhecimento e apoiar a aprendizagem entre pares, em conjunto com a orientação aos Estados-Membros para que acedam a recursos financeiros domésticos e externos para implementar ações de desenvolvimento de resiliência.

7.3 LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES

AS ENTIDADES REGIONAIS SÃO AS PEÇAS QUE FALTAM NO QUEBRA-CABEÇA DA RESILIÊNCIA.

O aspeto crítico da integração e cooperação regional é o mote do Programa. Isso permitiu que todos os intervenientes, incluindo Estados-Membros, parceiros de desenvolvimento, assim como os setores privado, académico e da sociedade civil, fossem convocados pelas CERs para iniciativas regionais cujo foco são os assuntos comuns e a implementação do Quadro de Ação de Sendai através de ações regionais prioritárias. Como tal, é necessário que seja interiorizada a aprendizagem de manter o espaço regional como cerne crucial de colaboração e coordenação para desenhar operações futuras, assegurando assim a sustentabilidade, tutela e otimização de recursos através de economias de escala. Este enfoque regional também garante apoio adicional aos países mais vulneráveis na formulação de políticas, estratégias e planos de ação para as prioridades de resiliência.

AS CERS RECONHECEM QUE ESTÁ NA ALTURA DE PASSAR DO ATIVISMO PARA AS AÇÕES REGIONAIS DE RRD.

Agora que as CERs já defenderam a implementação de programas regionais de RRD robustos e formularam políticas, planos e estratégias regionais — como a Estratégia de Gestão de Risco de Inundação da CEDEAO e a GSAP —, é necessário passar à ação. Isto pode acontecer de várias formas e inclui o apoio concreto à implementação, que permita aos Estados-Membros criar resiliência e beneficiar de programas regionais. Uma ação concreta é o compartilhamento de dados e políticas de compartilhamento de dados relacionadas a perigos, vulnerabilidades e riscos. No futuro, os próximos Programas devem considerar o estabelecimento e reforço dos portais de dados, assim como garantir que a informação está acessível a todos os Estados-Membros.

FORTALECER A INTEGRAÇÃO DA GRD DEVE SER UM PROCESSO EM CASCATA COM DIFERENTES NÍVEIS.

As intervenções para reforçar a integração da GRD/AAC devem ser concebidas para que todas as partes sejam envolvidas num quadro holístico encadeado. Por exemplo, os programas podem ser concebidos de forma encadeada, com componentes verticais a nível local (com a sociedade civil e as comunidades), a nível nacional (com os governos nacionais) e a nível regional (com as comissões económicas regionais), tendo como componentes laterais a comunidade

académica, o setor privado e as organizações técnicas, como as autoridades de bacias fluviais. Este design multi-nível assegurará que os resultados e as consequências de um dos níveis reforçarão os resultados e consequências de outro. De outra forma, a necessidade de GRD/AAC dos governos nacionais - gerada através deste programa - irá desvanecer-se. Seguindo a mesma linha de raciocínio, até dentro de uma comissão económica regional a intervenção deve abordar todas as unidades relevantes, como água, agricultura, energia, hidrologia, meteorologia, educação e saúde, e não permanecer confinada à proteção civil e à gestão de desastres naturais.

AS POLÍTICAS E OS PROGRAMAS REGIONAIS SÓ PODEM TER RELEVÂNCIA NA MEDIDA DO APOIO QUE RECEBEM DOS ESTADOS-MEMBROS.

Ao longo dos anos, muitas organizações regionais focaram na implementação de programas financiados por doadores, enquanto os Estados-Membros ficaram em dívida quanto às suas franquias de membro. Os Programas futuros só podem ter sucesso na medida em que as CERs também os acolherem com co-financiamento substancial, e se os Estados-Membros aumentarem os seus esforços para quitar as suas dívidas (quando aplicável) às respetivas organizações regionais. A disponibilização de co-financiamento obrigatório, quer monetário quer humano, é, como tal, importante para as CERs e os seus Estados-Membros.

A LIDERANÇA E O ATIVISMO POLÍTICO SÃO TÃO IMPORTANTES COMO O "KNOW-HOW" TÉCNICO.

É necessário equilibrar o desenvolvimento de competências funcionais e técnicas. A eficácia deste programa deve-se a ter sido concebido para ir além da melhoria das competências técnicas. O projeto alocou recursos suficiente para que fosse desenvolvida a capacidade de tomar decisões e adotar ações eficazes no campo da GRD, incluindo a melhoria da coordenação e o desenvolvimento de políticas e planos. Estes aspetos não-técnicos do desenvolvimento de capacidades são chave para alcançar resultados nesta área.

O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS É UMA CONSEQUÊNCIA PROGRAMÁTICA, E NÃO UM RESULTADO DO PROJETO.

Os procesos de assistência técnica e de desenvolvimento de competências são morosos e exigem muita energia. Como tal, todas as iniciativas de desenvolvimento de competências deveriam ter um prazo de execução mais alargado, uma vez que envolvem mais esforço e tempo — ao invés de dinheiro — até que as capacidades sejam desenvolvidas. Existe um argumento válido para a abordagem programática ao desenvolvimento de competências em áreas transversais como a GRD/AAC e a sua inclusão. Os programas de desenvolvimento de competências, aprendizagem prática e intercâmbio Sul-Sul provaram ser um sucesso uma vez que estejam enraizados na região e sendo realizados por redes ou universidades regionais. Isto revelou-se mais fácil, por exemplo, na África Austral, onde existe uma forte rede de universidades focadas na investigação e desenvolvimento de competências de RRD. A institucionalização destas parcerias será importante para sustentar uma colaboração duradoura. Ela inclui o estabelecimento de redes e equipas de especialistas, que podem ser chamados pelas CERs e pelos Estados-Membros para abordar questões específicas. Por exemplo, algumas CERs - como a CEDEAO - têm equipas de especialistas para planeamento de recuperação e execução de PDNAs, com os quais podem apoiar os seus Estados-Membros.

SERÁ NECESSÁRIA UMA ABORDAGEM DE DIMENSÃO CONSIDERÁVEL, A MÉDIO-PRAZO, PROGRAMÁTICA E ENQUADRADA PARA DAR APOIO ÀS CERS.

Os parceiros de desenvolvimento poderão tentar um enquadramento programático e de envolvimento a longo prazo, como roteiro para o apoio de uma região. Isto irá trazer previsibilidade e adequação ao fluxo de recursos, melhorando a tutela dos países e aumentando a coordenação de doadores. Assegurará também que todas as regiões sejam financiadas de acordo com as suas necessidades e potenciais, e de que não existe um desequilíbrio involuntário entre o financiamento das diferentes regiões.

AGRADECIMENTOS

A equipa do Banco Mundial gostaria de agradecer à Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), à Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e à Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), assim como às suas administrações, autoridades e vários departamentos e unidades responsáveis pela redução do risco de catástrofe pela sua contribuição neste relatório: Reforçar a resiliência a desastres naturais na África Subsariana: Construir capacidades regionais de coordenação, planeamento e aconselhamento de políticas para gestão de riscos de desastres.

Este relatório foi possibilitado e preparado no contexto do Programa Criar Resiliência a Desastres Naturais nas regiões, países e comunidades da África Subsariana, uma iniciativa da Organização do Grupo de Estados da África, Caraíbas e Pacífico (OACPS), financiado pela União Europeia (UE) e implementado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Global para a Redução de Desastres e Recuperação (GFDRR). A equipa do Banco Mundial está grata à Organização do Grupo de Estados da África, Caraíbas e Pacífico e à União Europeia, assim como à Comissão da União Africana, pela sua orientação geral e liderança neste programa.

O relatório foi preparado com a orientação técnica e o apoio da AECOM Limited, cuja equipa foi liderada por Michael Henderson. A equipa do Banco Mundial neste relatório foi liderada por Prashant Singh, com os contributos de Carl Dingel, Isabelle Forge e Thembi Kumapley. O relatório beneficiou da orientação estratégica e do apoio generalizado de Sameh Wahba, Meskerem Brhane, Sylvie Debomy, Niels Holm Nielsen e Ana Campos.

O Banco Mundial, a CEEAC, a CEDEAO, a IGAD e o Secretariado da SADC, assim como todos os parceiros e consultores envolvidos, estendem a sua gratidão e reconhecimento aos muitos intervenientes que, de diversas formas, contribuíram para o estudo e para o desenvolvimento deste relatório.

EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Este relatório foi preparado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Global para a Redução e Recuperação de Desastres (GFDRR), com o contributo da CEEAC, da CEDEAO, da IGAD e da SADC. Os resultados, análises e conclusões expressas neste relatório não refletem a visão do Banco Mundial, do seu Conselho de Administração, dos governos que representam ou das organizações suas parceiras.

Apesar de o Banco Mundial e do GFDRR terem realizado todos os esforços para garantir que a informação contida neste relatório está correta, a sua precisão não pode ser garantida. O uso de quaisquer dados ou informação deste relatório decorre por conta e risco do utilizador. Não pode ser imputada qualquer responsabilidade ao Banco Mundial, ao GFDRR ou aos seus parceiros por qualquer perda, dano, responsabilidade ou despesa decorrente da utilização dos dados contidos neste documento.

As fronteiras, cores, denominações e outras informações mostradas em qualquer dos mapas deste trabalho não infere nenhum juízo por parte do Banco Mundial e dos seus parceiros relativamente ao estatuto legal de nenhum dos territórios ou expressa o apoio ou aceitação de tais limites.

O Programa em análise neste relatório foi financiado pela União Europeia, ao abrigo do 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento para cooperação no desenvolvimento, através do Secretariado ACP e implementado pelo Banco Mundial em conjunto com o GFDRR.



GFDRR
Global Facility for Disaster Reduction and Recovery



WORLD BANK GROUP